



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

LUCILENE DAMACENA PEREIRA

**O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO CRAS:
ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS**

CAMPO GRANDE – MS

2016

LUCILENE DAMACENA PEREIRA

**O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO CRAS:
ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS**

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência à obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia da Cunha Urt

CAMPO GRANDE – MS

2016

LUCILENE DAMACENA PEREIRA

O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO CRAS: ANÁLISE DAS PRÁTICAS
SOCIOEDUCATIVAS

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sônia da Cunha Urt
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Celi CorreaNeres
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Zaira de Andrade Lopes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande, 24 de Novembro de 2016

A minha filha Ana Júlia, pelo tempo que deixamos de estar juntas,

Aos meus pais, Jaci (In memorian) e Aulenita, por serem suporte e presença amorosa,

Ao meu irmão Jaci, pela leveza e descanso dos momentos em sua companhia,

Ao meu namorado Luiz Eduardo, pela compreensão e pelo companheirismo.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte suprema de todo conhecimento e virtude.

A Professora Sônia da Cunha Urt, pela dedicação nas correções e orientações neste período de aprendizado.

Aos meus colegas de pós-graduação, que foram alento e apoio num momento de intensa dedicação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL	15
2.1 A Teoria Histórico-Cultural: Bases Epistemológicas	15
2.2 Teoria Histórico-Cultural: Principais Conceitos e suas Aplicações à Psicologia e Educação	21
3 POLÍTICAS PÚBLICAS, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO.....	33
3.1 Políticas Públicas e Políticas Sociais.....	33
3.2 Alguns Marcos da Trajetória da Psicologia com as Políticas Públicas no Brasil	39
3.3 A Política de Assistência Social e o Psicólogo no CRAS: Alguns Apontamentos.....	41
3.4 A Educação e o Socioeducativo na Prática do Profissional de Psicologia.....	48
3.5 Um Recorte da Produção Acadêmica sobre a Atuação do Psicólogo no CRAS	52
4 AS PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS NA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NO CRAS.....	60
4.1 Pressupostos Teórico-metodológicos da Pesquisa	60
4.2 Local e Sujeitos da Pesquisa	63
4.3 Percurso Metodológico.....	66
4.4 Análise dos Dados	68
4.4.1 Motivos da Atuação	68
4.4.2 Realização Profissional	71
4.4.2.1 Dos Pontos Negativos	73
4.4.2.2 Dos Pontos Positivos	75
4.4.3 Identidade	76
4.4.4 Atividades Desenvolvidas	80
4.4.5 Estratégias e Instrumentos	83
4.4.6 Prática Socioeducativa	85
4.4.6.1 Concepção Socioeducativa	87
4.5 Algumas Considerações	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
6 REFERÊNCIAS.....	96
APENDICE A – QUADROS DO INVENTÁRIO DE ESTADO DO CONHECIMENTO	

APENDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

APENDICE C – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

APENDICE D – QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Equipe do CRAS.....	44
QUADRO 2 – Sujeitos da Pesquisa	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BVS/PSI	Biblioteca Virtual em Saúde/ Psicologia Brasil
MEC	Ministério da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica/ Sistema Único da Assistência Social
ONG	Organização não Governamental
PAIF	Proteção e Atendimento Integral a Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SAS	Secretaria de Assistência Social
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo compreender a atuação de psicólogos no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), focando sua atenção nos aspectos socioeducativos desta prática profissional. O referencial teórico-metodológico que direcionou as reflexões foi a Teoria Histórico-Cultural, desenvolvida por Vygotsky. Realizou-se um estudo do tipo pesquisa de campo em que os sujeitos foram sete profissionais de psicologia que atuam em CRAS no município de Campo Grande-MS, os quais foram ouvidos por meio de entrevistas semiestruturadas. A técnica de análise de conteúdo serviu de referencial para organização dos dados, que foram interpretados a luz do referencial teórico da teoria histórico-cultural. Corroborando estudos já realizados concluiu-se que as políticas sociais abriram um vasto campo de atuação para a Psicologia, no entanto parece que os cursos de formação não tem sido suficientes para preparar o profissional para atuar nesta área. Foi possível observar um momento de reconstrução de identidade dos profissionais de Psicologia que atuam nas políticas públicas, pois estes profissionais ainda têm sua imagem fortemente vinculada às representações da Psicologia clínica, área que predominou historicamente na ciência psicológica e que ainda prevalece nos dias atuais, contudo a Psicologia está em um momento de expansão para outras modalidades de intervenção, e a prática na área das políticas públicas se caracteriza por diferenciar-se da tradicional atuação clínica e apresentar um caráter mais socioeducativo. Destacou-se também neste estudo a importância das práticas socioeducativas para o trabalho do psicólogo no âmbito da política de assistência social, e a contribuição da educação e das ciências sociais para atuação nesta área.

Palavras-chave: Psicólogo. CRAS. Prática Socioeducativa.

ABSTRACT

The aim of this research was to understand the role of psychologists in the CRAS (Social Assistance Reference Center), focusing their attention on the socio - educational aspects of this professional practice. The theoretical-methodological reference that directed the reflections was the Historical-Cultural Theory, developed by Vygotsky. A field-study study was carried out in which the subjects were seven psychology professionals working at CRAS in the city of Campo Grande-MS, who were heard through semi-structured interviews. The technique of content analysis served as a reference for data organization, which was interpreted in the light of the theoretical framework of historical-cultural theory. Corroborating studies already carried out it was concluded that social policies opened a wide field of action for Psychology, however it seems that the training courses have not been enough to prepare the professional to act in this area. It was possible to observe a moment of reconstruction of the identity of the professionals of Psychology that act in the public policies, since these professionals still have their image strongly linked to the representations of Clinical Psychology, an area that historically predominated in the psychological science and that still prevails in the present days, however Psychology is in a moment of expansion for other modalities of intervention, and the practice in the area of public policies is characterized by differentiating itself from the traditional clinical performance and presenting a more socio-educational character. This study also emphasized the importance of socio-educational practices for the work of the psychologist in the context of social assistance policy, and the contribution of education and social sciences to action in this area.

Keywords: Psychologist. CRAS. Socio-Educational Practice



“Os que se encantam com a prática sem a ciência, são como os timoneiros que entram no navio sem timão nem bússola, nunca tendo certeza do seu destino”.

(Leonardo da Vinci)

1 INTRODUÇÃO

A frase de Da Vinci destacada na epígrafe, nos remete a importância do conhecimento científico para direcionar a prática, pois na ausência da ciência a prática fica solta, comparada a um barco perdido que vai aonde o vento leva. Sem a teoria para se amparar e respaldar suas ações o profissional realiza sua atividade sem uma orientação sobre como fazer e sobre aonde chegar. Destacando desta forma a importância de uma orientação teórica sólida e consistente para o bom desenvolvimento de qualquer prática profissional.

Esta pesquisa buscou investigar a atuação de psicólogos no CRAS, pois a prática destes profissionais no âmbito da política pública de assistência social se diferencia da tradicional atuação clínica, e se caracteriza principalmente pelo caráter socioeducativo. Procurou-se, portanto, explicitar em que consistem estas práticas socioeducativas? Quais suas características? E como os profissionais de psicologia tem vivenciado a experiência de atuar em um campo de trabalho relativamente novo em que ainda vem se construindo referências de atuação.

Historicamente a Psicologia no Brasil esteve associada às classes dominantes da formação social brasileira. No período de estabelecimento desta ciência no país, o que predominou foi um conjunto de estudos que visavam contribuir com a modernização e a manutenção da ordem social. A psicologia abordava temas como “o tratamento das doenças mentais, a formação moral do ser humano e a manutenção da higiene mental”, portanto entre os precursores da psicologia, estavam médicos, educadores e outros profissionais que faziam parte do movimento higienista, importavam teorias marcadas pelo racismo científico da psicologia norte-americana que buscavam uma saída “moderna” para o país. (LACERDA JR., 2013).

Yamamoto (1987) em seus estudos também demonstra que o psicólogo brasileiro, atuando especialmente nas áreas clínica, escolar e organizacional, sempre cumpriu uma mesma função reguladora, adaptativa e, portanto ideológica.

Destaca-se o predomínio da perspectiva clínica de atuação, sem uma crítica apropriada, que intensificou uma concepção de subjetividade que reduziam ao psiquismo ao privado e ao individual, desenvolvendo uma tendência psicologizante que predominou por décadas.

Contudo a psicologia crítica chega para confrontar este modelo, apresentando novos conceitos, novas metodologias e novas práticas, que não resultou no desaparecimento de uma

psicologia voltada para os interesses das classes dominantes, que justifica ou reforça relações sociais desiguais ou injustas, mas abriu espaço para o fortalecimento de outras teorias e práticas que enfatizavam o aspecto social e a influencia das relações econômicas e de poder na subjetividade humana. (LACERDA JR., 2013).

Desta forma, esta pesquisa busca compreender o desenvolvimento dessas novas teorias na prática, indo ao campo de trabalho dos profissionais de psicologia que atuam nessas novas modalidades, em busca de conhecer como tem sido executada no cotidiano uma atuação que se propõe a ser mais voltada para o social e o educativo.

O interesse pelo tema surgiu de minha trajetória como psicóloga atuando há cerca de dez anos na política pública de assistência social. Durante este tempo convivi com a falta de referências para a atuação profissional, que persistia apesar da produção de documentos de referências pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Centro de Referência em Políticas Públicas e Psicologia (CREPOP), o primeiro no sentido de descrever a oferta de serviços pelos técnicos de nível superior no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), e apontar as diretrizes para a atuação. E o segundo alude ao documento de referenciamento, desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que visa subsidiar a prática do profissional de psicologia neste campo, oferecendo referências de atuação, elaborado a partir do resultado de pesquisas que tiveram como base a própria experiência dos trabalhadores da área.

Essa angústia pela ausência de uma identidade profissional bem definida, compartilhada pela maioria dos colegas de profissão que atuam na política de assistência social, assim como em outras políticas públicas, pode ser atribuída a uma formação ainda predominante voltada para o viés clínico de atuação. Contudo o profissional de psicologia vê-se convidado, a adentrar terrenos até então desconhecidos e desenvolver práticas para as quais não fora devidamente preparado na formação.

A Psicologia tem buscado estabelecer um novo projeto profissional na área das políticas públicas, diferenciando-se das práticas individualizantes e psicologizantes que se estabeleceram nos primeiros contatos da ciência psicológica com este campo de atuação e desenvolver um olhar para o sujeito que considere sua historicidade e seu caráter social.

As políticas públicas, como área de atuação, expandiram-se significativamente nos últimos anos e abriram muitos campos de trabalho para a Psicologia, com os reordenamentos ocorridos nas políticas de seguridade social, conforme os dados levantados por Macedo e Dimenstein (2011) e Cruz (2013) em suas pesquisas. No entanto, os cursos de formação não acompanharam essa expansão, não fornecendo subsídios necessários para atuação dos

psicólogos nesta área, e muito timidamente vem incluindo as questões políticas e sociais em suas matrizes curriculares, formando profissionais que aparentemente não possuem os conhecimentos necessários para desenvolver uma prática de cunho social, assunto este destacado nas discussões de Neto (2010).

Desta forma, este estudo procura contribuir ainda para avaliar que tipo de psicologia os profissionais vêm se desenvolvendo no campo das políticas públicas, se houve superação do viés clínico, ou se estas práticas permanecem sobre a máscara de uma psicologia que se intitula social.

Optou-se pelo CRAS enquanto contexto a ser estudado por ser um órgão da assistência social que exige dos profissionais psicólogos uma atuação de caráter socioeducativo, que se caracteriza por valorizar as dimensões históricas e sociais do sujeito e que busca através da educação promover seu desenvolvimento, empreendendo como objetivos a promoção e proteção social, e assim a garantia de direitos. Destacando desta forma uma prática bem diferenciada das tradicionalmente desenvolvidas pela Psicologia.

O objeto de estudo desta pesquisa é a atuação do psicólogo no CRAS e busca compreender os aspectos socioeducativos desta prática. Acredita-se que investigando as ações rotineiras destes profissionais, conhecendo suas condições reais de trabalho, poder-se-á caracterizar de fato quais atividades eles tem realizado, quais estratégias e instrumentos tem se destacado na obtenção dos seus objetivos profissionais, caminhando desta forma para uma maior clareza da função do psicólogo e para uma melhor definição da identidade desse profissional no âmbito das políticas sociais.

Para subsidiar essa investigação nos apoiaremos nas ideias de Vygotsky e nos pressupostos do materialismo histórico e dialético. Nesta perspectiva, partimos de uma visão do ser humano incluído em um contexto histórico e social e que desenvolve suas características especificamente humanas ao internalizar a experiência transmitida pelo outro. Vygotsky propôs uma teoria histórico-cultural do desenvolvimento do psiquismo e destaca a importância da educação para esse processo, oferecendo desta forma as bases para a compreensão do nosso objeto de estudo.

O objetivo geral da pesquisa é compreender as práticas socioeducativas presentes na atuação do psicólogo no CRAS, no Município de Campo Grande-MS. E mais especificamente buscar-se-á caracterizar a prática do psicólogo no CRAS, explicitar as atividades socioeducativas que são desenvolvidas em sua rotina de trabalho e investigar as estratégias e os instrumentos utilizados pelo profissional de psicologia neste âmbito de atuação.

Destaca-se neste estudo a possibilidade de compreender na atuação do profissional de psicologia no CRAS esta perspectiva socioeducativa, pois, embora haja uma ampla produção acadêmica sobre a atuação do psicólogo na assistência social, poucos trabalhos discutem o caráter educativo dessa atuação.

Este estudo está dividido em cinco sessões gerais, e está organizado da seguinte forma: a parte introdutória, que se refere ao item 1, traz a justificativa pessoal e científica para a realização do estudo e apresenta os objetivos da pesquisa e a organização deste relatório.

No item 2 que se intitula “Psicologia e Educação: Contribuições da Teoria Histórico-cultural” foi apresentado o referencial teórico que orientou o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, fazendo uma articulação deste com a Psicologia e a Educação.

O item 3 denominado “Políticas Públicas, Psicologia e Educação” trata sobre as políticas públicas, e mais especificamente sobre as políticas sociais e a política de assistência social, destacando a inserção do psicólogo nesta área do fazer e a atuação de cunho socioeducativo desenvolvida por este profissional no âmbito desta política, e traz um breve levantamento das produções sobre o tema.

O item 4 intitulado “As Práticas Socioeducativas na Atuação de Psicólogos no CRAS” apresenta a organização metodológica do trabalho, descreve os procedimentos de pesquisa para se chegar aos dados, explica como se procedeu a organização e análise do material coletado, apresenta e discute os resultados encontrados.

O Item 5, “Considerações Finais”, traz as reflexões finais possibilitadas pela pesquisa.

Os apêndices estão apresentados em DVD no final do trabalho, e contêm os quadros do inventário do estado do conhecimento, o roteiro utilizado para as entrevistas, as entrevistas transcritas na íntegra e os quadros de organização dos dados da pesquisa, elaborados com base na técnica de análise de conteúdo.



Através dos outros, nos tornamos nós mesmos.
(Vygotsky)

2 PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

A imagem e a frase de Vygotsky, utilizados como epigrafe, traduzem a essência de sua teoria, pois se remetem a humanização do sujeito no contato com o outro. Somos seres sociais constituídos em nossas relações, que é condição necessária ao desenvolvimento e possibilitam mediações que nos permitem ir além, superando as condições impostas pelo meio.

Neste capítulo será apresentada a abordagem teórico-metodológica que orientou o desenvolvimento da pesquisa, a Teoria Histórico-Cultural, e far-se-á uma correlação desta com a Psicologia e a Educação, destacando alguns conceitos da teoria que fundamentaram este trabalho de pesquisa como: a influência fundamental do social para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores; a relação desenvolvimento e aprendizagem; o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal; o conceito de Mediação destacando a Atividade, a Linguagem e as Relações Sociais; a Internalização; a Constituição da Consciência para Vygotsky e o Conceito de Liberdade.

2.1 A Teoria Histórico-Cultural: Bases Epistemológicas

Os princípios que orientaram o desenvolvimento deste estudo foram uma compreensão do homem como um ser social, histórico, ativo, transformador e criador de significados, e uma visão do mundo em sua totalidade, como um acontecimento histórico, numa relação dialética como o homem, entendimento este fundamentado no pensamento de Vygotsky.

Os pressupostos marxistas serviram de base para que Vygotsky desenvolvesse sua teoria da constituição do psiquismo humano. Fundamentado nestes postulados, o autor atribuiu papel fundamental a história em sua obra, e lhe confere duplo significado: uma abordagem dialética geral das coisas, e a história do homem. Vygotsky (2000) chama a primeira definição de materialismo dialético e a segunda de materialismo histórico, e afirma que as funções psíquicas superiores, aquelas especificamente humanas, estão subordinadas às regularidades históricas e a união destas duas histórias produz a peculiaridade do psiquismo humano.

A palavra história (psicologia histórica) para mim significa duas coisas: 1) abordagem dialética geral das coisas – neste sentido qualquer coisa tem sua história, neste sentido Marx: uma ciência – a história (arquivo, p. x)¹, ciências naturais = história da natureza, história natural; 2) história no próprio sentido, isto é a história do homem. Primeira história como materialismo dialético, a segunda – materialismo

histórico. As funções superiores diferentemente das inferiores, no seu desenvolvimento, são subordinadas as regularidades históricas (veja o caráter dos gregos e o nosso). Toda a peculiaridade do psiquismo do homem está em que nele são unidas (síntese) uma e outra história (evolução + história). (VYGOTSKY, 2000, P.23).

O Materialismo é uma abordagem que compreende o ser humano como um indivíduo concreto, afirma a corporeidade do sujeito e a importância de sua relação com o outro e a natureza, pois é nesta relação que ele se humaniza, a condição de produzir seus meios de vida é o que o diferencia do animal, princípio este também incorporado por Vygotsky.

A produção das ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o intercâmbio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta de seu comportamento material. (MARX, ENGELS.1980, P.25).

Nesta perspectiva, para uma compreensão das formas de comportamento superiores, que difere qualitativamente das inferiores, verificou-se necessária uma abordagem diferente daquela usada na pesquisa com animais, que se mostrou insuficiente para essa finalidade, não sendo capaz de explicar as funções humanas mais complexas. Desta forma emerge a significativa colaboração de Vygotsky (1991) ao postular que estas funções são constituídas a partir das relações sociais, de forma mediada, e são, portanto, produto do desenvolvimento biológico e cultural.

Baseando-se na abordagem materialista dialética, acredita que o comportamento humano difere qualitativamente do comportamento animal e que, portanto, deve ser estudado em sua especificidade. Considera que a conduta humana não é apenas o produto da evolução biológica, graças à qual se formou o tipo humano com todas as suas funções psicofisiológicas a ele inerentes, mas também o produto do desenvolvimento histórico e cultural (Vygotsky, 1996). Assim, ao se estudar o homem é necessário compreendê-lo a partir da interação dialética dessas duas linhas de desenvolvimento: a natural e a cultural. Portanto, os estudos que focalizam o ser humano, buscando compreendê-lo, não podem ser examinados fora dessa relação com o social e nem de uma forma estática. (VYGOTSKY, 1996 apud FREITAS, 2002, P. 27).

O Materialismo se constitui, portanto, em uma maneira de compreender a realidade, fundamentada numa perspectiva histórica e dialética, que busca na complexidade das relações sociais e de produção entender como se estruturam as sociedades, e numa relação de interação com esta explica a formação do indivíduo. Como afirma Santa e Baroni, (2014, p.5).

A esse método de análise da realidade, pautado em um constante devir cujas raízes são as condições materiais de existência, convencionou-se chamar de materialismo histórico-dialético: a sociedade está estruturada a partir das relações econômicas correspondentes a cada período histórico, cuja evolução se desenvolve dialeticamente.

Uma das principais contribuições de Vygotsky deve-se ao fato de conseguir aplicar os princípios do materialismo à Psicologia, e com isso estabelecer um método de investigação que conseguisse explicar o desenvolvimento das funções mais complexas do psiquismo humano. Para uma melhor compreensão da teoria é necessário considerar o contexto histórico e social onde ela foi elaborada e as peculiaridades deste processo.

Vygotsky foi um psicólogo bielorusso, nascido em 1826 na cidade de Osha (REGO, 1995). Embora sua formação acadêmica tenha sido nos cursos de Direito, História e Filosofia, este se dedicou intensamente ao estudo e pesquisas em Psicologia, desenvolvendo inclusive sua tese de doutorado com o tema Psicologia da Arte, e destacou-se como importante pensador da área, logrando para si o título de psicólogo. (COELHO E PISONE, 2012)

Vivenciou a Revolução Russa de 1917, condição esta que influenciou profundamente sua obra, pelo clima de renovação da sociedade soviética pós-revolucionária, em que a ciência era extremamente valorizada, pois se acreditava ter nela a solução para os problemas econômicos e sociais daquela coletividade, e, portanto, se exigia dos estudos realizados uma aplicabilidade prática imediata. Assim como se atribuía um enorme poder a educação no projeto de reconstrução política e social que vinha sendo empreendido. (REGO, 1995).

Lucci (2006) descreve alguns pontos marcantes deste período:

A revolução socialista de outubro de 1917 enfrentou nos primeiros anos um período tumultuado, marcado por uma guerra civil, pela intervenção estrangeira e por uma situação econômica sufocante que levou a nação russa à escassez de alimentos, penalizando sua população com um longo período de fome, vitimando muitas pessoas, inclusive Vygotsky, com tuberculose. Esta situação levou o novo regime a implantar um comunismo de guerra, o que culminou em 1921, sob a liderança de Lenin, com a consolidação do regime comunista no país. [...] Vitoriosa a Revolução, a Rússia encontrava-se em estado lastimável. Tudo estava por construir. Um dos mais sérios problemas a enfrentar era o da educação. Consta que por aquela época o índice de analfabetismo girava em torno de 70%. Mesmo sob essas circunstâncias, porém os dirigentes que conduziam o novo estado desejavam promover uma renovação que não se limitava somente a reconstruir o país. O objetivo maior era construir, sob a tutela da teoria marxista, uma nova sociedade, o que implicaria, também, a construção de uma nova ciência. (P. 2-3)

Essa atmosfera revolucionária contagiava a todos, trazendo a discussão de novas ideias, novas filosofias e sistemas sociais, proporcionando energia para muitos empreendimentos ambiciosos, visando a uma grande reforma social. Esses fatores orientados

pelo ideário do materialismo histórico e dialético e aliado a um trabalho intenso de pesquisa desenvolvido por Vygotsky e seus colaboradores, criaram as condições para a construção de uma nova psicologia. (REGO, 1995).

Vygotsky estudou a fundo as obras de Karl Marx e Friedrich Engels, e encontrou nos métodos e princípios do materialismo a possibilidade de superar os paradoxos existentes na Psicologia de sua época. Método este, fundamentado na análise dos fatos, no retorno as suas origens históricas, e no estudo destes fatos como processos em movimento, como afirma Netto (2006):

O seu procedimento consistia sempre em avançar do empírico (os “fatos”), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento histórico e reconstruir, no plano do pensamento todo esse processo. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retornava sempre ao seu ponto de partida - e, a cada retorno, compreendia-o de modo cada vez mais inclusivo e abrangente. Os fatos, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas - podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra. É um método, portanto, que, em aproximações sucessivas ao real, agarra a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas. Um método que não se forja independentemente do objeto que se pesquisa – o método é uma relação necessária pela qual o sujeito que investiga pode reproduzir intelectualmente o objeto investigado. (p.30-31)

Ao estabelecer seu método de pesquisa, Vygotsky procurava resolver o que ele chama de “a crise da psicologia”, crise esta atribuída a luta entre tendências mecanicistas e idealistas, que privilegiavam aspectos diferentes no estudo do homem. (Vygotsky, 2004). Para superar essa crise o autor propõe um método de pesquisa que aborde o indivíduo em sua totalidade, considerando tanto os aspectos internos quanto os externos na relação do indivíduo com a sociedade.

Examinando essa situação, Vigotskii mostrou que a divisão de trabalho entre os psicólogos da ciência natural e os psicólogos fenomenológicos havia produzido um acordo implícito, segundo o qual as funções psicológicas complexas, aquelas mesmas funções que distinguiam os seres humanos dos animais, não podiam ser estudadas cientificamente. Os naturalistas e os mentalistas haviam artificialmente desmembrado a psicologia. Era sua meta, e nossa tarefa, criar um novo sistema que sintetizasse essas maneiras conflitantes de estudo. (LURIA, 1988, P.24).

Para superar essa dicotomia Vygotsky aplica a Psicologia princípios marxistas, trata-se de uma abordagem dinâmica e processual que busca estudar os fenômenos em movimento, onde se faz necessário reconstruir a origem e o desenvolvimento do comportamento.

O pressuposto de que todo fenômeno tem sua história, e que esta é marcada por mudanças qualitativas e quantitativas possibilitou ao autor explicar a transformação de processos psicológicos elementares em processos complexos. Além da historicidade, a dialética também é um fundamento de seu método, pois à medida que o homem faz a história ele também é constituído por ela, num processo marcado por oposições, concordâncias e tensões.

Estudar algo historicamente significa estudá-lo em movimento no seu desenvolvimento histórico. Essa é a exigência fundamental do método dialético. Quando em uma investigação se abrange o processo de desenvolvimento de algum fenômeno em todas as suas fases e mudanças, desde que surja até que desapareça, isso implica dar visibilidade a sua natureza, conhecer sua essência, já que só em movimento o corpo demonstra que existe. Assim, a investigação histórica da conduta não é algo que complementa ou ajuda o estudo teórico, senão que constitui o seu fundamento (VYGOTSKY, 1991).

A compreensão histórica e dialética da realidade social, a concepção de que a gênese do desenvolvimento das funções superiores está nas relações sociais e que o fenômeno psicológico é socialmente mediado demonstram a complexidade das relações intersubjetivas que constituem o sujeito e, portanto as investigações em psicologia devem buscar a compreensão de processos em transformação, e não de objetos isolados e acabados. (MOLON, 2008).

O método de investigação desenvolvido e aplicado por Vygotsky apresenta três aspectos fundamentais, são eles: análise do processo ao invés do produto; a contraposição das tarefas descritivas e explicativas da análise; e a análise genotípica ao invés de fenotípica. O autor afirma que a análise objetos deve ser diferenciada de análise de processos:

A análise psicológica de objetos deve ser diferenciada da análise de processos, a qual requer uma exposição dinâmica dos principais pontos constituintes da história dos processos. [...] Se substituirmos a análise de objeto pela análise de processo, então, a tarefa básica da pesquisa obviamente se torna uma reconstrução de cada estágio no desenvolvimento do processo: deve-se fazer com que o processo retorne aos seus estágios iniciais. (VYGOTSKY, 1991, P.43-44).

Desta forma a análise do processo permite estudar o fenômeno com profundidade, elucidando suas características mais essenciais, não se limitando a aparência, mas investigando seu desenvolvimento e as relações que se estabelecem neste percurso, desde a origem.

O autor contrapõe-se a uma análise meramente descritiva dos fatos, afirmando que este tipo de observação é superficial e pode omitir a verdadeira essência de fenômenos, que embora apresentem similaridades externas, possuem natureza diversa.

Na realidade, a psicologia nos ensina a cada instante que, embora dois tipos de atividades possam ter a mesma manifestação externa, a sua natureza pode diferir profundamente, seja quanto à sua origem ou à sua essência. Nesses casos são necessários meios especiais de análise científica para pôr a nu as diferenças internas escondidas pelas similaridades externas. A tarefa da análise é revelar essas relações. Nesse sentido, a análise científica real difere radicalmente da análise introspectiva subjetiva, que pela sua natureza não pode esperar ir além da pura descrição. O tipo de análise objetiva que defendemos procura mostrar a essência dos fenômenos psicológicos ao invés de suas características perceptíveis. (VYGOTSKY, 1991. P. 45).

Vygotsky privilegia a análise genotípica ao invés da fenotípica, destacando que a análise fenotípica limita-se aos aspectos externos do objeto que restringe sua compreensão a fatores descritivos, enquanto que a análise genotípica busca a origem desse fenômeno e, portanto, pode explicá-los a partir de suas determinações. Como se pode observar nas colocações do autor:

Na psicologia introspectiva e associacionista, a análise consiste, essencialmente, numa descrição e não numa explicação como nós a entendemos. A mera descrição não revela as relações dinâmico-causais reais subjacentes ao fenômeno. K. Lewin diferencia a análise fenomenológica, que se baseia em características externas (fenótipos), daquilo que chamamos análise genotípica, através da qual um fenômeno é explicado com base na sua origem, e não na sua aparência externa(3). (VYGOTSKY, 1991, P.44).

Portanto a análise genotípica se caracteriza por ir às origens, compreender o fenômeno em seus processos de mudança, considerando seu desenvolvimento histórico e os aspectos apresentados em suas diferentes fases e transformações. Vygotsky afirma que estudar um fenômeno historicamente é estudá-lo em seus processos de mudança, sendo este o requisito básico do método dialético. (MOLON, 2008).

O autor afirma ainda que o objeto de análise necessita ser abordado em seu caráter integral, não pode ser fragmentado em elementos, mas deve-se partir de unidades de análise que carreguem em si as características do todo. Coloca como procedimento básico o estudo do insignificante, que ele também chama de função rudimentar e tem por finalidade compreender como o grande se manifesta no pequeno, mostrando o processo de transformação de funções rudimentares em novas formas de comportamento mais elaboradas. (ZANELLA, et. al. 2007).

Portanto o método de investigação de Vygotsky permitiu o estudo objetivo dos processos internos mais complexos, rompendo com as limitações dos métodos objetivos vigentes que se restringiam as observações das respostas externas do sujeito, trazendo grandes avanços e criando uma “nova psicologia”.

Apresentados os pressupostos metodológicos utilizados pelo autor, cabe ainda explicitar alguns conceitos básicos da teoria de Vygotsky e suas aplicações a Psicologia e Educação. Conceitos estes que são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento humano e que contribuiram para direcionar as atividades desta pesquisa.

2.2 Teoria Histórico-cultural: Principais Conceitos e suas Aplicações à Psicologia e Educação

Vygotsky apresentou uma Psicologia que não negava a base biológica do indivíduo e a importância do cérebro como órgão central do desenvolvimento das funções psicológicas, mas atribui enorme importância à dimensão social, que por meio de seu caráter mediador entre o indivíduo e o mundo, permite o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O autor afirma que: “Toda nossa vida, o trabalho, o comportamento baseiam-se na utilização muito ampla da experiência das gerações anteriores, ou seja, de uma experiência que não se transmite de pais para filhos através do nascimento. Convencionaremos chama-la de experiência histórica”. (VYGOTSKY, 2004, P.65).

A afirmação que as funções psíquicas superiores primeiro aparecem no coletivo, e depois se desenvolvem no plano individual traz contribuições para a psicologia social e para a educação destacando que a construção do conhecimento se dá numa perspectiva social, “implica numa ação partilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objetos do conhecimento são estabelecidas”. (REGO, 1995, p. 110)

Nesta perspectiva o autor traz uma nova explicação para relação entre aprendizagem e desenvolvimento, posicionando o aprendizado como um aspecto necessário e fundamental no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, estabelecendo que aprendizagem em desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança, para esclarecer esse imbricamento o autor cria o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Este conceito se refere aquilo que a criança consegue fazer com a ajuda do outro, em contraste com o desenvolvimento real que é o que a criança consegue fazer de forma independente, ou como afirma Vygotsky (1991):

Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que costuma se determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (P.58).

Essa descoberta foi fundamental para o plano educacional, pois permite compreender a dinâmica interna do desenvolvimento individual, dando conta não só dos ciclos e processos de maturação que já foram completados, mas do que ainda estão em formação.

Vygotsky afirma que o bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento, ou seja, que se dirige as funções psicológicas que estão em vias de se completarem. Essa dimensão prospectiva do desenvolvimento psicológico é de grande importância para a educação, pois permite a compreensão de processos de desenvolvimento que, embora presentes no indivíduo, necessitam da intervenção, da colaboração de parceiros mais experientes da cultura para se consolidarem e, como consequência, ajuda a definir o campo e as possibilidades da atuação pedagógica. (REGO, 1995, p. 107).

O conceito de zona de desenvolvimento proximal permite compreender como se dá o processo de aprendizagem e sua relação com o desenvolvimento, possibilitando conhecer os caminhos que a educação deve trilhar para se tornar efetiva na formação do indivíduo. Ao enfatizar o papel do outro neste processo, evidencia a importância de promover as interações humanas, em qualquer contexto ou modalidade de formação grupal que possibilite as aquisições proporcionadas pela convivência.

Desta forma se apresenta também o conceito de mediação, por meio do qual Vygotsky estabelece que o contato do indivíduo com o meio não se dá de forma direta, mas é mediada ou indireta. A passagem do objeto a consciência que produz o conceito sobre o mesmo precisa de uma interlocução, no entanto os meios ou ferramentas que constituem a mediação não produzem o significado nem a aprendizagem, que é algo próprio da ação de cada indivíduo. Os meios ou mediadores por si só são inertes, eles necessitam das experiências culturais, do contexto, que lhe tragam o significado, à medida que o indivíduo se apropria deles num processo relacional através do mecanismo de internalização. (Vygotsky, 2004).

A mediação acontece através da relação com o outro, que intencionalmente ou não, assume a função de possibilitar novas aquisições em qualquer que seja o contexto, promovendo desenvolvimento.

[...] uma operação instrumental sempre é influência social sobre si, com ajuda dos meios de ligação social e desenvolve-se na forma plena da relação social de duas pessoas. Antes nós considerávamos: objeto da operação, instrumento. Mas agora – também o objeto da influência do estímulo. O estímulo não atua no objeto da

operação. O mecanismo executivo e que fecha – vontade – é resultado das relações sociais: ordem, condição (“um grita, outro combate” – Janet). (VYGOTSKY, 2000, P. 30).

Afirma-se, portanto, a educação como um instrumento importante de trabalho para aqueles que assumem um compromisso com a transformação do indivíduo e com a transformação social. Destaca-se que nesse processo o indivíduo não é passivo, mas coparticipante e assume responsabilidades pelas suas aquisições, num ambiente em que todos os envolvidos interagem, ensinam e aprendem. A afetividade também tem papel fundamental neste processo, pois a aprendizagem não se limita ao nível intelectual, mas de igual modo depende do nível emocional, dos motivos e desejos. Junior (2013) afirma a esse respeito que:

Por toda vida a superação de nossos limites exigirá alguém mais experiente, que provenha mediações necessárias e a quem dirijamos solicitações: para aprender outra língua, exercer uma profissão ou dominar alguma arte. Tal necessidade de cooperar não se limita a instruímo-nos com alguém bem mais experiente, mas também com pares, amigos, familiares. Aprendemos também com crianças, pessoas mais novas, menos experientes, com suas perguntas, tentando lhes ensinar – momento talvez em que mais devamos nos superar. Se, para nos tornarmos nós, necessitamos do outro, cabe eticamente lembrar que para irmos além, o outro é aliado essencial. (P. 50)

Fica evidente a importância da atitude de cooperação para o desenvolvimento, na teoria de Vygotsky, contrariando a ideologia liberal que estimula a concorrência e a atitude de competição entre as pessoas para se alcançar níveis superiores de evolução.

A mediação, no entanto, não ocorre somente por meio das relações interpessoais, mas como afirma Lucci (2006): “Há três classes de mediadores: signos e instrumentos, atividades individuais e relações interpessoais”. (P.6).

Para compreender a mediação através de instrumentos é importante destacar que os instrumentos ou ferramentas psicológicas, de acordo com Vygotsky, são dispositivos artificiais dirigidos para o próprio domínio psíquico e são diferenciados das funções inatas do organismo humano, pois estes se desenvolvem a partir do contato do indivíduo com o outro, não fazendo parte da constituição biológica do homem.

Os instrumentos psicológicos são criações artificiais; estruturalmente, são dispositivos sociais e não orgânicos ou individuais; destinam-se ao domínio dos processos próprios ou alheios... [...] Como exemplo de instrumentos psicológicos e de seus complexos sistemas podem servir a linguagem, as diferentes formas de numeração e cálculo, os dispositivos mnemotécnicos, o símbolo algébrico, as obras de arte, a escrita os diagramas, os mapas, os desenhos, todo tipo de signos convencionais etc. (VYGOTSKY, 2004, P.93-94).

Os instrumentos psicológicos ao serem inseridos no comportamento modificam de forma global a evolução e a estrutura das funções psíquicas. O estímulo externo também serve como instrumento psicológico, pois tem o potencial de determinar, condicionar e organizar o comportamento de forma totalmente diferente e por meios singulares. Observa-se, desta forma, a função mediadora desempenhada pelos instrumentos no sentido de reorganizar o funcionamento humano de forma consciente, se transformando no centro estrutural, qualquer ato do comportamento é modificado em uma função intelectual.

A inclusão do instrumento no processo de comportamento provoca, em primeiro lugar, a atividade de toda uma série de funções novas, relacionadas com a utilização do mencionado instrumento e de seu manejo. Em segundo lugar, suprime e torna desnecessária toda uma série de processos naturais, cujo trabalho passa a ser efetuado pelo instrumento. Em terceiro lugar, modifica também o curso e as diferentes características (intensidade, duração, sequência, etc.) de todos os processos psíquicos que fazem parte do ato instrumental, substituindo certas funções por outras. Ou seja, recria e reconstrói por completo toda estrutura do comportamento... [...] os processos psíquicos globalmente considerados (na medida em que se constituem uma completa unidade estrutural e funcional) orientam-se para a resolução de uma tarefa – que é proposta pelo objeto – de acordo com a evolução do processo, que é ditada pelo instrumento. Nasceu uma nova estrutura: o ato instrumental. (VYGOSTSKY, 2004, P.96-97).

O signo é a linguagem simbólica desenvolvida pela espécie humana. Uma representação de algo convencionalizado entre os membros de um determinado grupo. A aproximação básica entre signo e instrumento se dá na característica mediadora de ambos, mas apresentam funções diferentes, o instrumento serve como um condutor da influência humana sobre o objeto da atividade, que é orientado externamente e leva a uma mudança no objeto. O signo constitui um meio de atividade interna dirigido para o controle do próprio indivíduo. No entanto, o controle da natureza e do comportamento estão mutuamente ligados num processo em que o homem ao modificar a natureza tem sua própria natureza modificada. Ou como afirma Vygotsky (1991):

O uso de instrumentos artificiais – a transição para a atividade mediada – muda fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividade em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar. (P.40).

Ainda discutindo os mediadores, destaca-se a atividade, conceito bastante relevante para a compreensão de nosso objeto de estudo, as atividades socioeducativas na atuação do profissional de psicologia. Este conceito foi proposto por Vygotsky, contudo, foi mais profundamente desenvolvido por Leontiev. A atividade também é a categoria central do

materialismo histórico e dialético, apontada por Marx como a origem do desenvolvimento histórico-social do homem.

Para Vygotsky a atividade socialmente significativa é o princípio explicativo da consciência. Pode-se compreender através deste conceito como o sujeito inserido na realidade consegue subjetivar os objetos presentes ali, criando para si um significado. Ou como afirma Leontiev (1978), “A atividade, mediada pelo reflexo psíquico da realidade, é a unidade da vida que orienta o sujeito no mundo dos objetos”.

A natureza objetual da atividade não se restringe ao nível intelectual, mas estende-se a esfera das necessidades, das emoções. Existe um motivo que dirige e regula a atividade concreta do sujeito em um meio objetual, ele busca satisfazer uma necessidade, seja ela física ou psíquica. Portanto a atividade consiste em um conjunto de ações direcionadas por um motivo para atingir uma finalidade.

Com o surgimento do trabalho e a utilização de instrumentos, iniciou-se um processo de divisão deste, onde o indivíduo que faz o trabalho não o faz para usufruir do objeto final, ou muitas vezes é responsável apenas por uma etapa do processo de produção o que não permite que ele se aproprie do produto final. Então o trabalho coletivo deixa de estar vinculado á motivação que o incita, perdendo o caráter de atividade para tornar-se apenas uma ação. Com isso a atividade humana passa a ser baseada em relações sociais estabelecidas com outros homens, o que distingue a forma especificamente humana de refletir e ter consciência da realidade, o torna capaz de realizar abstrações e generalizações conscientes.

A linguagem e a atividade destacam-se nesta teoria, entre os instrumentos com função mediadora, a primeira por possibilitar e perpassar todas as interações humanas, e a última que consiste na prática do indivíduo, que se caracteriza por ser consciente, pensada, intencional e dentro da ideologia marxista é considerada a base das relações humanas e o fator determinante para definir a maneira em que o indivíduo se insere na sociedade.

Para Miranda e Senra (2012), a linguagem caracteriza-se como o uso combinado de palavras para fins de comunicação, tem um caráter universal e pertence à espécie humana, as pessoas são capazes de dominar e usar um complexo sistema linguístico.

A fala é ressaltada por Vygotsky (1991) por ter uma função essencial na organização das funções psicológicas superiores, mas antes de controlar o próprio comportamento a fala é utilizada para controlar a atividade, pois esta fala antes de ser interna é externa, e também está na base do trabalho produtivo, e do uso do instrumento, como afirma o autor:

A criança que usa a fala divide sua atividade em duas partes consecutivas. Através da fala ela planeja como solucionar o problema e então executa a solução elaborada através de uma atividade visível. A manipulação direta é substituída por um processo psicológico complexo, através do qual a motivação interior e as intenções, postergadas no tempo, estimulam o seu próprio desenvolvimento e realização. (VIGOTSKY, 1991, P.21).

Vygotsky (1991), ao postular que a trajetória do desenvolvimento do pensamento vai do social para o individual, demonstra que o pensamento não é formado com autonomia e independência, mas sob condições determinadas, através a mediação dos signos e dos instrumentos culturais que se apresentam histórica e socialmente disponíveis. No contato com outro o indivíduo adquire a linguagem e a partir daí desenvolve seu próprio sistema de signos.

A linguagem é, antes de tudo, social. Portanto, sua função inicial é a comunicação, expressão e compreensão. Essa função comunicativa está estreitamente combinada com o pensamento. A comunicação é uma espécie de função básica porque permite a interação social e, ao mesmo tempo, organiza o pensamento. (RABELLO E PASSOS, 2010)

Com o desenvolvimento da linguagem, inicia-se uma nova fase no desenvolvimento psicológico, a fala torna-se intelectual e o pensamento torna-se verbal, o funcionamento psicológico torna-se mais sofisticado e o indivíduo passa a ser tanto sujeito quanto objeto de seu próprio comportamento, ela passa a fazer uso da função planejadora, consegue ter uma visão de futuro. Lucci (2006) afirma que o surgimento da linguagem:

[...] representa um salto qualitativo no psiquismo, originando três grandes mudanças. A primeira está relacionada ao fato de que ela permite lidar com objetos externos não presentes. A segunda permite abstrair, analisar e generalizar características dos objetos, situações e eventos. Já a terceira se refere a sua função comunicativa; em outras palavras, “a preservação, transmissão e assimilação de informações e experiências acumuladas pela humanidade ao longo da história”. (P.9)

Portanto, a linguagem possibilita no sujeito a superação das ações impulsivas, a ação passa a ser planejada e o indivíduo pode controlar o próprio comportamento, além de ser o principal meio de contato social e comunicação, permite à abstração e a criação de significados atribuindo uma motivação afetiva as ações.

A aprendizagem encontra-se profundamente enraizada neste processo, pois permite ao indivíduo ter o contato com a língua, que enquanto instrumento de mediação leva ao desenvolvimento de novas funções psicológicas que interagindo entre si, resulta na formação de complexos sistemas de funções, ou nas palavras de Ivic e Coelho (2010):

A contribuição da aprendizagem deve-se ao ato de que ela coloca à disposição do indivíduo um instrumento poderoso: a língua. No processo de aquisição, este instrumento se torna parte integrante das estruturas psíquicas do indivíduo (evolução da linguagem interior). Mas, há algo mais: as aquisições novas (a linguagem), de origem social, entram em interação com outras funções mentais, o pensamento, por exemplo. [...] o essencial no desenvolvimento não está no progresso cada função tomada isoladamente, mas na mudança de relações entre diferentes funções, tais como a memória lógica, o pensamento verbal, etc.; dito de outra maneira, o desenvolvimento consiste em formar funções compostas, sistemas de funções, funções sistêmicas, sistemas funcionais. (P.18-19)

A introdução do signo, portanto, reestrutura de maneira fundamental todas as funções psicológicas. É possível observar também, nesta perspectiva, como se dá a transformação da fala, através da mediação, de um processo externo em um processo puramente interno, o pensamento, exemplificando o que Vygotsky chamou de internalização. Conceito este que o autor explica:

Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções do desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das reações reais entre indivíduos humanos. (VIGOTSKY, 1991, P.41)

A internalização corresponde à operação em que uma atividade externa é reconstruída e passa a ocorrer internamente, daí resulta a lei da dupla formação dos processos psicológicos superiores, que aponta que no desenvolvimento cultural, toda função aparece duas vezes, no nível social e depois no nível individual. (REGO, 1995).

A partir do conceito de internalização é possível observar o salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana, pois a internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas, constitui-se na característica básica do comportamento humano. (VYGOTSKY, 1991).

A internalização de conhecimentos, significados e papéis sociais permite a formação da consciência, que é “o reflexo psíquico da realidade”, nas palavras de Leontiev (1978). A consciência permite ao homem compreender o mundo além da percepção imediata e se apropriar dele. Na relação do homem com o mundo a consciência permite que a realidade objetiva seja subjetivada, e possibilita ao indivíduo distinguir o mundo objetivo das impressões interiores, tornando possível o desenvolvimento da observação de si mesmo e da realidade em que está inserido.

Vygotsky (1991) aponta no caráter social da linguagem a origem das interações que formam a consciência humana, os signos possuem papel imprescindível em sua constituição. Mediante a palavra, surgem diversos significados, os quais são convertidos em sentidos pessoais, de acordo com as necessidades e motivações que provocam seu uso. Desta forma a constituição da consciência e sua transformação se dão a partir da mediação dos signos, que são proporcionados pela cultura e permitem a transformação da realidade objetiva em consciência. (CARVALHO et. al., 2010)

Toassa (2006) traz a seguinte definição para consciência na perspectiva de Vygotsky:

A consciência é, pois, um único sistema psicológico, composto pelas estruturas de conduta consciente (sinônimo de funções psíquicas superiores); verdadeiras relações sociais internalizadas como ações, representações e palavras que, encaradas em si mesmas, podem ser tidas como sistemas específicos – a consciência é, portanto, uma estrutura composta de outras estruturas. Desenvolve-se com modificações da estrutura geral e de vínculo entre seus elementos, os quais mantêm entre si uma relação dialética de parte-todo, criada pela inserção dos sujeitos nas atividades sociais. Integrando-se a novas atividades humanas, as pessoas apropriam-se das funções psíquicas superiores que as medeiam: memória, atenção, linguagem oral, sentimento, linguagem escrita etc. [...] Inúmeras impressões sensoriais bombardeiam o cérebro. Tais impressões são trabalhadas pelas funções psíquicas superiores, cuja atividade consciente consiste em atribuir sentido às impressões sensoriais, em produzir novas combinações dessas impressões, além de controlar as ações. O caráter voluntário e criativo da atividade cerebral permite, assim, dizer que a realidade reflete-se não apenas no, mas também pelo cérebro. Este processo desenvolve-se graças à mediação da experiência acumulada e sintetizada na linguagem: é com a apropriação dos sistemas de significações historicamente desenvolvidos que as pessoas são capazes de ir além das sensações, generalizando a experiência nas palavras. (P. 77-78).

Define-se a consciência como conhecimento e apropriação da realidade objetiva, assim como possibilidade de conhecimento do homem pelo próprio homem, permite compreender o universo das vontades, dos sentidos e significados, numa estrutura complexa, que articula diversas funções, que possibilitam a capacidade de abstração, generalização, compreensão do mundo e de si, num dos sistemas mais sofisticados do desenvolvimento humano.

No entanto a consciência deriva do conhecimento, da apropriação da experiência acumulada pela cultura, do desenvolvimento de um pensamento crítico que produz transformação do mundo e de si. Tomada de consciência é sinônimo de conhecer algo que antes se ignorava, e que tem com resultado mudança de pensamento e atitude. Nesta perspectiva atribui-se ao conhecimento a possibilidade de transformar o homem, que transforma o mundo.

Outro conceito importante para as discussões desta pesquisa é a liberdade, na concepção de Vygotsky o conceito de liberdade alia-se ao de vontade, isso se traduz por tomada de decisão que pode superar a determinação mecânica dos estímulos externos. “A liberdade humana consiste precisamente em que pensa, quer dizer, em que toma consciência da situação criada”. (VYGOTSKY, 1995, P.288).

A liberdade para Vygotsky é algo que se conquista através de uma escolha consciente e pensada, em que há o conhecimento das causas do que acontece e das possibilidades e limites na transformação e manutenção disso, não algo que está relacionado ao simples “querer”, afirmando que as decisões mais livres não são tomadas no impulso de fazer como “eu quero”, como defende a ideologia liberal. (JUNIOR, 2013).

Portanto através do conhecimento da realidade o indivíduo está apto a fazer escolhas conscientes, embora o autor aplique o conceito de livre-necessidade, pois a vontade não é totalmente livre, mas subordinadas a necessidade, e restringida ainda pela forma de organização capitalista. Como se pode constatar na fala de Toassa (2004, P.8), “o processo de desenvolvimento da livre-escolha demanda tanto a necessidade concreta de escolher quanto a possibilidade de definir novas opções, mas, no capitalismo, o poder econômico determina as possibilidades de escolha existentes”.

Destaca-se uma liberdade restrita as condições impostas pelo modelo econômico, no entanto a liberdade surge como a possibilidade de uma escolha consciente, onde o indivíduo tendo conhecimento da influencia do modelo capitalista sobre a sua realidade, e dos vários outros determinantes de seu comportamento, consegue de forma crítica ter uma decisão com conhecimento dessas influencias e suas consequências.

A partir da análise dos conceitos vygotksyanos, é possível concluir, que o desenvolvimento na concepção de autor é um processo dialético, complexo e caracterizado pela produção de diferentes funções, que ocorre de forma desigual, transformações qualitativas de uma forma em outra, imbricamento dos fatores externos e internos e processos adaptativos que vão se estabelecendo. Destaca-se o conceito de estrutura psicológica partindo de uma visão integral do ser humano.

A obra de Vygotsky contribuiu tanto para a psicologia como para a educação, pois o autor elabora uma teoria do desenvolvimento do psiquismo humano que destaca a aprendizagem como fator central para a formação das funções psicológicas superiores. A psicologia e a educação são disciplinas que também apresentam um constante diálogo e se influenciam mutuamente.

[...] Como não podemos reduzir a Psicologia à Educação da mesma forma não se pode prescindir da Psicologia para auxiliar o processo educativo. Para educar o homem é preciso conhecer esse homem, porém um homem concreto, cuja natureza é historicamente determinada. A evolução do desenvolvimento humano e a apropriação do saber pelo homem constituem uma das contribuições que a Psicologia pode oferecer à Educação. Na reconstrução do processo histórico e na análise da inserção ideológica é que se encontrará a perspectiva para avançar. (URT, 2012, p.27).

Desta forma, destaca-se a natureza psicológica dos processos educativos, assim como a importância da educação para a formação do psiquismo. Demonstrando, portanto a íntima ligação entre as duas disciplinas para explicar o desenvolvimento humano através de uma perspectiva social.

Afirma-se aqui a aplicabilidade dos conceitos da teoria elaborada por Vygotsky ao cotidiano de trabalho do profissional de psicologia no CRAS, pois esta teoria, ao explicar a subjetividade do indivíduo a partir de suas condições objetivas de vida permite compreendê-lo de forma integral, e ainda possibilita inferir como as condições adversas apresentadas pelo ambiente de pobreza, privação, violência, exclusão, a que estão vulneráveis os usuários da política de assistência social, influenciam sua subjetividade, viabilizando através desta compreensão alternativas que possam levar a superação das vulnerabilidades expressas.

O conceito de mediação ao esclarecer como as relações sociais, os instrumentos e a atividade, possibilitam o desenvolvimento humano, pode subsidiar diversas práticas no contexto do CRAS, como intuito promover no indivíduo aquisições que lhe permitam ações mais assertivas.

Destaca-se o potencial do profissional de psicologia de promover mediações, por meio de uma associação em nível de cooperação com o sujeito assistido pelo serviço socioassistencial. Visando desenvolver novos conhecimentos e novas habilidades, produzindo mudanças que influenciarão diretamente sobre suas condições objetivas de vida.

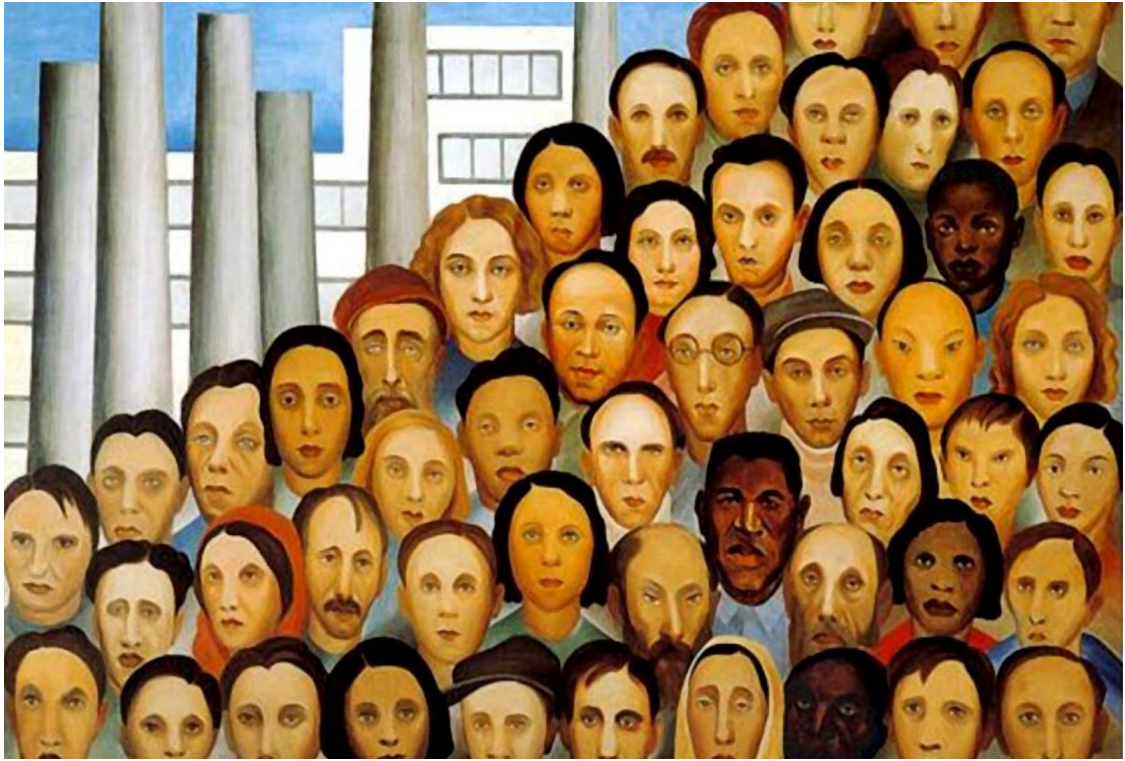
Assim como o conceito de tomada de consciência é importante ao demonstrar a possibilidade do indivíduo a partir de algumas reflexões e novos conhecimentos desenvolver um posicionamento mais consciente e crítico sobre o mundo e si mesmo, permitindo mudanças na subjetividade.

A liberdade como é exposta por Vygotsky, ainda que fortemente determinada pelas condições objetivas, mas passível de alguma autonomia à medida que o sujeito consegue fazer uma escolha consciente a partir do conhecimento dos fatores que influenciam sua decisão e suas consequências, justificam os investimentos em promover atividades socioeducativas que visem desenvolver uma formação crítica.

A importância atribuída à educação, quando se busca mudança de si mesmo e consequente modificação do mundo, possibilitada pela perspectiva interacionista da relação indivíduo-mundo onde ambos se influenciam mutuamente, afirma a aprendizagem enquanto instrumento de transformação social.

São estas algumas contribuições que a teoria Histórico-cultural apresenta a atuação da psicologia ao campo das políticas sociais. Para uma melhor compreensão do tema desta pesquisa, nos deteremos no capítulo seguinte ao estudo das políticas públicas, e da atuação do profissional de psicologia nesta área, e mais especificamente na compreensão das ações socioeducativas desenvolvidas pelo psicólogo no âmbito da política de assistência social e no CRAS.

Apresentamos aqui uma visão da teoria de Vygotsky a partir dos autores citados, no entanto, a pesquisadora Zoia Prestes observa em suas pesquisas, que ocorreram erros e descuidos na tradução das obras de Vygotsky, provocando adulterações de conceitos fundamentais da teoria e a distorção das ideias do autor. Destaca-se também as apropriações indevidas das obras do autor, que foram utilizadas para justificar ideias neoliberais, e com isso descaracterizando sua relação com a Psicologia marxista, questões estas denunciadas por Newton Duarte. Uma explicação detalhada sobre estes erros conceituais podem ser observadas em Prestes (2010) e Duarte (2001).



“Operários” por Tarsila do Amaral

A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.

(Karl Marx)

3 POLÍTICAS PÚBLICAS, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

A obra “Operários”, pintada por Tarsila do Amaral, representa a diversidade racial dos operários que vinham de todo o Brasil para trabalhar nas primeiras fábricas que surgiram no país em 1930, principalmente em metrópoles como São Paulo, impulsionando o capitalismo e a imigração, constituindo as primeiras organizações sociais de luta por direitos trabalhistas, as reivindicações dessa classe influenciaram para elaboração e organização das políticas sociais, da forma como a temos hoje.

Este capítulo pretende discorrer sobre as Políticas Públicas, e mais especificamente sobre as políticas sociais, numa correlação com a psicologia e a educação, apresentando o papel do psicólogo que atua na política de assistência social, destacando o lugar que este profissional tem ocupado e a função que tem desempenhado neste contexto, assim como explicitar o trabalho de cunho socioeducativo que desenvolve. Far-se-á ainda um recorte da produção acadêmica sobre as práticas socioeducativas do psicólogo no CRAS, baseado em um levantamento do tipo Estado do Conhecimento.

3.1 Políticas públicas e Políticas Sociais

Para compreender o tema das políticas públicas no Brasil é necessária uma análise histórica de sua gênese e constituição e também a explicitação de alguns conceitos chaves para o seu entendimento.

Iniciaremos pelo conceito de Estado, que é aqui compreendido como uma entidade que organiza e regula uma população dentro de uma área territorial delimitada. Ou como define Hofling (2001, p. 31), “conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo”.

O Estado possui autonomia política e administrativa em suas decisões, mas não é neutro ou imparcial como pretende parecer, e suas ações visam produzir as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, muitas vezes em detrimento do bem-estar daqueles que são explorados por este regime. Rodríguez (2010) defende que:

O Estado é um aparelho ao serviço da sociedade burguesa que emerge como consequência da revolução francesa, que se caracteriza como uma organização

social dual, ou seja, dividida por um lado pela existência das pessoas reais, individuais e por outro lado pela vida política, que se dá no Estado. (p.9).

De acordo com Rodrigues (2010), o Estado é compreendido como a sociedade política, que se diferencia do conceito de sociedade civil. A última se refere à esfera individual ou às organizações como sindicatos, partidos, igrejas, que representam os interesses desses indivíduos, enquanto a sociedade política é formada pelo governo e seus órgãos e representações. Destaca-se nesta relação o papel coercitivo desempenhado pelo Estado que exerce o controle organizacional legal e constitucional, enquanto à sociedade civil deve exercer o consentimento.

Outro conceito que cabe ser analisado neste momento é o de governo, que se refere ao poder de desempenhar as funções de Estado por um período de tempo estabelecido. Hofling (2001) define governo como:

[...] o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. (P.31)

Existem diferentes formas de governo, que se alteram no processo histórico, o século XX é marcado pelo surgimento do Estado de Bem-Estar-Social, que se caracteriza por um modo de organização política em que o Estado se encarrega da promoção e da defesa social e da economia, que requer deste uma ação mais diretamente ligada aos problemas cotidianos da sociedade, e desta forma surgem às políticas públicas, para dar resposta a demandas mais específicas da comunidade. (CANCIAN, 2007)

Nas ações do governo e como ferramenta de decisão a introdução das políticas públicas se dá nos Estados Unidos por Robert McNamara em 1948, e é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia que ocorreu nesse período, visando criar estratégias racionais para conduzir as ações do governo numa situação de guerra. (SOUZA, 2006). O termo, políticas públicas, apresenta uma multiplicidade de conceituações e pode ser compreendido como o conjunto de ações e estratégias do Estado para atender necessidades da população e as demandas do capital.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem

diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. (SOUZA, 2006, P.24)

As políticas públicas surgem como uma necessidade do capitalismo para garantir a força de trabalho. Para isso precisa efetivar o acesso do trabalhador à assistência médica, a educação e capacitação, segurança, alimentação, saneamento, moradia, etc., condições necessárias para que este possa se manter ativo. Tem suas origens nas lutas sociais para que direitos trabalhistas fossem reconhecidos nas primeiras revoluções industriais do século XIX e tem como função regulamentar o processo de proletarização, processo este, que na organização capitalista, ocorre quando os trabalhadores perdem a posse dos meios de produção e tornam-se assalariados. Viana (2006) afirma que:

Existem três razões para a existência de políticas estatais de assistência social: 1ª) a necessidade das empresas capitalistas de terem garantido a reprodução da força de trabalho; 2ª) a pressão da classe trabalhadora e outros grupos sociais no sentido de ter suas demandas atendidas pelas políticas estatais de assistência social; 3ª) a necessidade de amortecimento dos conflitos sociais para evitar uma crise de governabilidade ou então a transformação social. (P. 2)

De acordo com Freitas (2009), no Brasil as políticas públicas surgem no Governo Vargas (1930-1945), se destinavam neste momento principalmente a questões trabalhistas, e se estendiam a saúde, educação profissional e habitação, no entanto estavam focalizadas em categorias profissionais específicas (bancários, ferroviários).

Com a promulgação da constituição de 1988, as políticas públicas são redesenhadas baseadas nos pressupostos desta lei, que se propõe a redemocratizar o país que acaba de sair de um longo período de ditadura (1964-1985), estava presente a reivindicação de que fosse devolvido ao povo todos os direitos que lhes foram retirados, direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Houve, portanto, uma ampliação da responsabilidade do Estado pela regulação, gestão e implantação destas políticas, que passam a ter caráter universal.

Neste cenário surgem as políticas sociais, que passam a ser previstas na constituição federal, e são justificadas pela necessidade de garantir as condições mínimas de sobrevivência para o sujeito, ou seja, possibilitar ao indivíduo o exercício dos direitos fundamentais em condição de igualdade, assegurando-lhe uma vida digna através da proteção do Estado de Direito. De Castro (2012), define política social como “um conjunto de programas e ações do

Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos do mercado” (p.1014).

No entanto, a garantia de direitos nas sociedades capitalista não se apresenta com o objetivo principal de beneficiar o trabalhador, mas de garantir sua sobrevivência física e sua produtividade. E também é uma forma de impedir suas reivindicações e de manter a força de trabalho subordinada, submetida e dominada pelo capital, sempre num viés exploração do trabalho, pois é desta forma que se gera o lucro, através do tempo de trabalho excedente e não pago ao trabalhador, de acordo com o conceito de “mais-valia”. (RUBIN, 1987).

O Estado, portanto, exerce uma função dupla no que se refere à gestão das políticas sociais, pois este também deve gerir a política econômica, que é controlada por interesses privados que muitas vezes se contrapõe aos interesses coletivos e as demandas sociais.

De acordo com Rodrigues (2010), a organização capitalista esta centrada na propriedade privada dos meios de produção, ou seja, a parcela detentora dos meios de produção se apropria dos produtos coletivos, e desta forma, o Estado enquanto regulador da política econômica, e visando a consolidação do sistema capitalista privilegia interesses privados em detrimento dos coletivos.

As políticas públicas sociais representam, na sociedade brasileira contemporânea, um espaço de promoção de direitos, na direção da superação das desigualdades sociais. Com esse sentido, é um campo repleto de contradições, expressão da contradição fundamental da sociedade capitalista, inclui a contradição entre o público e o privado, realizado neste momento como mercantil; a contradição entre o individual e o coletivo; entre o econômico e o social; entre o social e o neoliberal. Enfim contradições que atualizam, especificam e particularizam a contradição capital-trabalho. [...] falamos de políticas públicas relativas a direitos sociais em uma sociedade desigual. (GONÇALVES, 2010, p. 19-20)

A política social surge, portanto como uma forma de gestão estatal da força de trabalho que conforma o trabalhador as exigências do capitalismo, e também realiza a função de articular as pressões sociais dos trabalhadores pelo atendimento as suas necessidades e reivindicações, como exemplo podemos citar os programas de transferência de renda, que mantem controlados os excluídos do processo de produção.

Contudo, as políticas sociais apresentam falhas estruturais que permitem inclusive que inúmeros segmentos da população fiquem desprotegidos e sem acesso a direitos, esses aspectos são justificados por uma ideologia liberal, que concentra no indivíduo a culpa por sua inadaptação, com o conceito de livre escolha. (GONÇALVES, 2010).

Considerando o fato de vivermos em uma sociedade de classes, onde inúmeros fatores sociais contribuem para a determinação das condições de vida do sujeito, precisa-se de um olhar que valorize os aspectos históricos para compreender a importância destes fatores para a constituição da subjetividade destes indivíduos.

Oriunda de um regime escravocrata, a sociedade brasileira carrega as marcas do preconceito e da discriminação racial e de classe. De acordo com as afirmações de Patto (2005), documentos e livros datados do período do escravismo destacam o discurso predominante na época, discurso que ainda se faz presente nos dias atuais, demonstrando a nossa pouca evolução neste sentido.

[...] Estava em andamento um deslizamento semântico: pobreza significava sujeira, que significava doença, que significava degradação, que significava imoralidade, que significava subversão. Termos emprestados da demonologia, que antes definiram a natureza da insubordinação social, foram substituídos por palavras infamantes de natureza biológica e moral que agiram como poderoso recurso domesticador, pois contribuíam para a formação da identidade negativa dos detratados. A defesa da vida coletiva era palavra de ordem que emanava da crença que “uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos”. Desqualificavam-se as famílias das classes populares, consideradas desde o começo do século como “desorganizadas” e nefastas sempre que se afastavam do ideal de família nuclear burguesa. Em 1916 o jurista Evaristo de Moraes classificou as famílias das classes populares como “incapazes”, “indignas”, “abomináveis” e “debochadas”. (PATTO, 2005, P.132)

Nesta perspectiva a ciência aparece numa postura higienista de prevenir, classificar e controlar esses indivíduos considerados uma ameaça para sociedade. E a psicologia, com seus testes psicológicos, também é convocada para esta finalidade, serviço este que desenvolve por muito tempo sem apresentar uma crítica, devido ao seu distanciamento de um posicionamento ético-político. Patto (2005, p. 136) afirma que:

A psicologia omite sistematicamente a injustiça numa sociedade profundamente desigual, como se sua constituição como ciência e a formação de seus sujeitos nada devesse a ela. Surda à crítica filosófica das ciências humanas elaboradas ao longo do século XX, da continuidade as teorias e técnicas ideológicas, de profundo significado político – palavra alias que os psicólogos abominam, como cientistas neutros que acreditam ser. É com base nessa crença que desqualificam como não científicas teorias que vão além dos fatos e incluem as dimensões política e ética no entendimento da subjetividade. É assim que, sem se darem conta, instituem-se como descendentes de Augusto Comte.

Patto (2005) destaca aqui o pensamento que norteava a prática do psicólogo, na ocasião do advento da psicologia no Brasil, mas é possível observar que para muitos

profissionais a atuação não tem se diferenciado deste modelo, e ainda há uma supremacia das ideias positivistas sobre as teorias sociais.

E neste contexto pretende-se pensar a práxis do psicólogo que atualmente tem se deparado com a expansão do campo de trabalho na área das políticas públicas, que trouxeram para este profissional o desafio de romper com a hegemonia de seu fazer clínico e construir as bases de uma prática de cunho social, sustentada nos saberes acumulados pela psicologia. Diante dessa mudança do perfil da clientela dos profissionais de psicologia houve a necessidade de repensar e reestruturar sua atuação, construindo uma forma de ação que alcance os problemas apresentados por esta realidade social.

No entanto, a psicologia precisa romper com o histórico de atuação elitista, fundamentado no modelo médico sem nenhuma crítica a perspectiva individualizante que este impunha. Além de desconstruir uma práxis voltada para atender os interesses da ideologia capitalista, que utilizou seus saberes para legitimar práticas higienistas que visavam o controle e adequação do trabalhador as necessidades do mercado, reestruturando o seu fazer com base em um pensamento crítico. Como afirma Yamamoto (2007):

[...] sobre a insuficiência da psicologia em dar conta das novas exigências postas pela mudança do foco de atenção em direção às classes subalternas. Generalizando, (e sempre há um grande risco nessas generalizações), a ação do psicólogo no setor do bem-estar social, a partir dos relatos da literatura dos últimos anos, não tem se libertado das modalidades convencionais de atuação clínica informada pelas referências teóricas clássicas da psicologia. (P.34).

Acredita-se que deve haver por parte do psicólogo um comprometimento com a transformação social, e com a promoção e garantia dos direitos sociais. Considerando que as condições objetivas de vida do sujeito são a base para a constituição da subjetividade, a partir de uma perspectiva histórica, deve-se buscar a desnaturalização dos fenômenos sociais, considerando que a miséria, as exclusões não são naturais, são produzidas e, portanto, podem ser superadas (GONÇALVES, 2010).

Desta forma, cabe ao psicólogo compreender a historicidade por trás dos fenômenos, das ações e intenções humanas, perceber a trama que leva a sua produção e que estas variam de acordo com os contextos sociais e ideológicos. E isso só é possível com a compreensão de que os fenômenos humanos não são regidos por leis naturais, como querem afirmar as ideias positivistas, mas construídos historicamente e socialmente.

No âmbito das políticas públicas, quando as intervenções não são criticamente pensadas e executadas acabam por desenvolver medidas assistencialistas, que atendem as

necessidades básicas do indivíduo, no entanto o fazem através da execução de ações que o alienam numa dependência dos benefícios recebidos, tornando-os submissos ao controle do Estado, numa subserviência que impossibilita sua liberdade política, e sua emancipação. (GONÇALVES, 2010).

Neste contexto o assistencialismo é compreendido como o acesso a um bem ou serviço através de doação em detrimento de uma política que o tire beneficiário da condição de carente e necessitado. Com estas práticas vem o aliciamento político das classes menos privilegiadas, que propõe a troca de votos por benefícios assistenciais, que não tem o intuito de promover superação das vulnerabilidades, mas manter os indivíduos refém de suas necessidades.

A vulnerabilidade social é, portanto o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos.

Devemos considerar para esta discussão, o caráter subjetivo dos fenômenos sociais, e que a subjetividade é o objeto da psicologia. Portanto o psicólogo está apto a promover transformações na subjetividade no sentido de levar o indivíduo a superação da condição de vulnerabilidade. As questões subjetivas emergem neste campo, por exemplo, no rompimento dos vínculos sociais que está presente nas situações de pobreza e exclusão e das implicações dessa experiência para o indivíduo, pois essas rupturas com família, comunidade, instituições faz com que o sujeito vivencie sentimentos de desamparo, isolamento social, solidão.

A política social quando devidamente executada pode impulsionar o indivíduo para fora desse ciclo, à segurança advinda da efetivação de direitos básicos, da garantia da sobrevivência libera os trabalhadores para participação política e social, lhes dá a autonomia necessária para participar de discussões e da organização da sociedade em que estão inseridos, ou seja, permite a expressão de outras necessidades de acordo com as pesquisas de Nardi (2003). Este autor destaca também a atribuição de um valor simbólico ao trabalho, subjetivo, que serve como uma mediação importante para a inserção do indivíduo na sociedade.

Destaca-se aqui a importância do psicólogo no campo das políticas públicas, pois este profissional pode potencializar mudanças na subjetividade, promovendo as aquisições necessárias para que o sujeito possa retomar seu papel ativo e caminhar na direção da emancipação e da participação social.

3.2 Alguns Marcos da Trajetória da Psicologia com as Políticas Públicas no Brasil

No Brasil a Psicologia chega por dois caminhos, no início do século XX: pelos cursos de formação de professores e de pedagogia; alguns anos mais tarde pela psicologia industrial, como a maior industrialização dos centros urbanos. Nesta era tecnicista, promovida pela revolução industrial, a psicologia apresenta-se com seus instrumentos técnicos, os testes psicológicos e se dispõe a categorizar e diferenciar os indivíduos com o objetivo de produzir processos sociais mais eficientes (BOCK, 2011).

A Psicologia se insere, neste momento, nas indústrias, na saúde e na educação, ou seja, este é seu primeiro contato com as políticas públicas, no entanto essa inserção acontece a serviço da ideologia capitalista, num sentido de mera adaptação do homem ao sistema sem nenhum compromisso social ou com o sofrimento humano. O Conselho Regional de Psicologia 6ª região (2011), descreve assim este período 1930-1962:

A Psicologia se consolida como uma ciência capaz de formular teorias, técnicas e práticas para orientar e integrar o processo de desenvolvimento demandado pela nova ordem política e social. Consolidam-se os campos de atuação: educação, trabalho e clínica. Testes e métodos de avaliação psicológicos são utilizados nos serviços públicos de orientação infantil implantados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estes também são à base do trabalho de institutos como o IDORT/SP, ISOP/RJ, IDOV/BA e SOSP/MG, voltados para a seleção e orientação de pessoal e organização do trabalho. Os Serviços Nacionais da Indústria e do Comércio adotam abordagens psicológicas para a qualificação profissional. (CRP/SP, 2011)

Contudo, a área clínica assume um lugar de supremacia na atuação do psicólogo e estes profissionais em sua grande maioria acabam por direcionar o seu fazer para essa área de atuação no atendimento das classes mais abastadas em seus consultórios particulares, de acordo com a crítica de Yamamoto (2007):

[...] nos primeiros 20 anos de profissão regulamentada, é o chamado elitismo da psicologia: a notável preferência dos psicólogos pela atividade clínica associada ao modelo subjacente de profissional liberal, moldado a luz das profissões médicas, que se fazia já amplamente hegemônica, estaria produzindo (ou contribuindo de forma decisiva) para o desenho do perfil da profissão e afastaria o psicólogo dos segmentos do bem-estar social e do setor público, cuja abrangência potencial do atendimento psicológico seria muito maior. (P. 30)

Esse elitismo na Psicologia é atribuído às influências do positivismo que valorizavam o modelo médico de atuação já consolidado, e também ao período ditatorial que se instalou logo após a regulamentação da profissão no Brasil em 1962. Este governo trouxe a exceção no plano político, o obscurantismo no plano cultural e as demandas sociais não eram consideradas relevantes, portanto não haviam estímulos a este campo de atuação.

Com o fim do período autocrático-burguês e o estabelecimento do Estado democrático de direito, materializado através da constituição federal de 1988, surgem às bases para o desenvolvimento de uma política social no Brasil. (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Criou-se então a política de seguridade social brasileira, baseada no tripé, saúde, previdência social e assistência social. E a partir daí implantou-se o SUS (Sistema Único de Saúde) e a assistência social passou a se considerada uma política pública, se consolidando posteriormente com a criação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) em 2005.

Os reordenamentos ocorridos nas políticas de saúde e assistência social modificou a forma do SUS e SUAS realizar a oferta de serviços de saúde, saúde mental e assistência social, estes passaram a contar com a presença das equipes dos NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social). Mudanças estas que colocaram o profissional de psicologia como parte dessas equipes onde se abriram muitas possibilidades de atuação no campo das políticas sociais, e também a possibilidade de redesenhar o seu fazer buscando uma prática engajada política e socialmente, que visa de fato contribuir para reduzir o sofrimento humano, e para o desenvolvimento e emancipação dos indivíduos numa perspectiva crítica e participativa.

A Psicologia foi historicamente caracterizada como uma área típica dos grandes centros e de capitais nacionais, assim como os seus serviços por muito tempo priorizaram as classes mais abastadas. No entanto, na atualidade, verifica-se um processo de interiorização e popularização do conhecimento psicológico que se atribui ao advento das políticas de bem-estar social. Macedo & Dimenstein (2011) afirmam que:

Foram às articulações junto aos movimentos sociais e demais setores da sociedade civil organizada, bem como as negociações com o Estado brasileiro, que fortaleceram a presença da psicologia no campo das políticas públicas, garantindo assim a sustentabilidade da profissão através da ampliação de suas possibilidades de inserção no mercado profissional. (p. 299)

A inserção da Psicologia nas políticas se deu por meio de movimentos e reivindicações sociais, contudo foi determinante a necessidade do capital de regulação e manutenção do poder para a expansão da ciência psicológica neste setor. Contudo para não servir unicamente aos interesses dessa ideologia, sem posicionamento crítico e comprometimento social, este profissional ao adentrar esse campo, seja na assistência, na educação ou na saúde pública precisa de um novo projeto profissional, voltado para o atendimento de demandas sociais e que supere o viés individualizante que tradicionalmente caracterizou sua atuação.

Para atender essa população que se encontra vulnerável em função de fatores psicossociais foi preciso pensar uma atuação interdisciplinar e voltada para o ambiente social onde os indivíduos e famílias estão inseridos, considerando a historicidade dos fenômenos sociais e sua influência na constituição do sujeito. Desenvolveram-se formas coletivas de intervenção com a criação de espaços dialógicos que envolvem a comunidade.

Houve a necessidade de ampliar as possibilidades da prática psicológica, saindo do *settings* tradicionais, alcançando outros espaços e públicos. Novas estratégias para aplicação dos conhecimentos fornecidos pela psicologia foram estabelecidas e, portanto, novas práticas como as visitas domiciliares, atividades socioeducativas, trabalho em equipe multidisciplinar, e várias outras modalidades de atendimento que não eram usualmente atribuídas ao psicólogo.

3.3A política de Assistência Social e o Psicólogo no CRAS: Alguns Apontamentos

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira que foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em 1993, como política social pública, que vai substituindo uma identidade de caridade e assistencialismo para assumir o caráter de Política pública apresentando-se como direito do cidadão e dever do Estado. No entanto na prática essa transição não se deu de maneira homogênea e sem dificuldades, mas tem sido construída ao longo dos anos na atuação dos profissionais da área.

O SUAS (Sistema Único da Assistência Social) é um sistema público que organiza os serviços assistenciais no Brasil. Ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) para execução e o funcionamento da Política de Assistência Social (PNAS). Com a consolidação do SUAS e aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, mediante a resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), foram reorganizados os serviços socioassistenciais, estabelecendo um novo arranjo de oferta destes, agora por níveis de proteção, divididos em Proteção Social Básica, e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, trouxe ainda outros avanços como a Centralidade do Estado no acompanhamento a famílias, a territorialização das ações e a oferta de Serviços de Proteção Social Básica, prioritariamente para famílias beneficiárias de transferência de renda. (BRASIL, 2005).

De acordo com delimitações impostas pelo nosso objeto de estudo, a atuação socioeducativa do psicólogo no CRAS, nos deteremos ao estudo da Proteção Social Básica, que se refere aos serviços ofertados no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), e se caracterizam por sua natureza socioeducativa, são eles: 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; 3. Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. (BRASIL, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2015), a proteção social básica:

[...] tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, MDS, 2015)

Este serviço é ofertado basicamente na unidade do CRAS ou em órgãos e espaços a ele referenciados. O CRAS é considerado a porta de entrada e o órgão de referência para a população em situação de vulnerabilidade e risco social. As Orientações Técnicas Centro de Referência da Assistência Social – CRAS o definem como:

[...] uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem o objetivo de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (BRASIL, 2009, P.9)

Desta forma, o CRAS é a estrutura física onde são desenvolvidos os serviços acima citados por uma equipe técnica, composta por psicólogo e assistente social necessariamente, podendo ser acrescida de outros profissionais.

A constituição destas equipes de referência é uma estratégia da política que visa resguardar no relacionamento profissional/usuário uma postura ética e sigilosa por parte do primeiro, assim como o respeito e a valorização do indivíduo que já se encontra fragilizado ao ser direcionado ao serviço.

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e

indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas ao usuário. (FERREIRA, 2011, p.25)

As equipes de Referência são compostas por categorias profissionais de nível superior, orientadas por códigos de ética, e esses princípios éticos deverão ser considerados ao se elaborar, implantar e implementar padrões, rotinas e protocolos específicos, para normatizar e regulamentar a atuação profissional por tipo de serviço socioassistencial. (FERREIRA, 2011).

Destaca-se a importância do vínculo estabelecido entre profissionais e usuários do serviço, e o desenvolvimento de um trabalho continuado, estimulando o sentimento de pertença e segurança onde o indivíduo tenha mais facilidade para buscar ajuda quando do serviço necessitar.

Observa-se que estas equipes devem necessariamente ser regidas por códigos de ética, para garantir uma postura ética no atendimento ao usuário, assim como ser formada por servidores efetivos para assegurar uma continuidade no atendimento. Assim como cabe ao profissional ter profundo conhecimento da política, do território e do sistema de garantia de direitos, para direcionar o indivíduo em suas dificuldades.

A equipe do CRAS deve ser composta conforme informações do quadro 1, de acordo com a NOB-RH/SUAS (Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social), regulamentada pela Resolução N° 1, de 25 de janeiro de 2007, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Conselho Nacional de Assistência Social:

Quadro 1 – Equipe do CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metr�pole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	Até 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e u profissional que compõe o SUAS
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	4 técnicos de nível médio

Organiza o: FERREIRA, 2011.

Recomenda-se ainda que a equipe de referência conte com um coordenador que deve apresentar o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. (FERREIRA, 2011)

Desta forma o psicólogo deve comprometer-se em seu trabalho com os objetivos que propõe a Política de Assistência Social e desenvolver sua prática de acordo com as diretrizes para o trabalho no CRAS. De acordo com o Centro de Referência em Políticas Públicas e Psicologia (2007), o CRAS tem os seguintes objetivos:

[...] o desenvolvimento local, buscando potencializar o território de modo geral. O foco da atuação do CRAS é a prevenção e promoção da vida, por isso o trabalho do psicólogo deve priorizar as potencialidades. Nossa atuação deve se voltar para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. (P. 12)

Incitam-se, portanto, medidas preventivas e detrimento das curativas, onde o foco não está em identificar sintomas, mas os aspectos saudáveis e as potencialidades. Contudo o trabalho do psicólogo no CRAS não deve assumir um caráter psicoterapêutico como se pode observar nas informações contidas nas Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência – CRAS(2009):

Os profissionais da psicologia não devem adotar o atendimento psicoterapêutico no CRAS. Assim esses profissionais não devem “patologizar” ou categorizar os usuários do CRAS nos seus atendimentos, mas intervir de forma a se utilizar de seus recursos teóricos e técnicos para: a) compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; b) contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários; c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS. Esses profissionais devem fazer o encaminhamento para o serviço de saúde quando necessário. (BRASIL, 2009, P.65)

Observa-se que essa descrição se preocupa em afirmar a não prática da psicoterapia e a descrever os fins a serem atingidos pelas ações do psicólogo, pois pressupõe que as técnicas e instrumentos de atuação sejam de domínio deste profissional, e que este deva adequá-la a realidade social em que se propõe a atuar. No entanto o profissional de psicologia tem encontrado muitas dificuldades em desempenhar suas funções neste campo, em partes por falhas na formação que na maioria das vezes não prepara para atuar numa perspectiva social, não ofertando conteúdos de cunho ético-político, e sim conhecimentos ainda focados no modelo médico e voltados para atuação clínica. Zaith (2013) afirma que:

Os desafios da prática do psicólogo nos CRAS se mostram muito presentes, principalmente no sentido de que os profissionais ainda se sentem muito desorientados quanto à atuação no âmbito das políticas públicas, consequência de uma graduação restrita a outros campos de atuação e de um processo histórico de atuações assistencialistas.

Os guias de orientação quando se detêm a descrever as atividades a serem desenvolvidas na atuação no CRAS não trazem orientações específicas ao profissional de psicologia, estas informações vêm direcionadas aos técnicos de nível superior (psicólogo/ assistente social, pedagogo, etc.), portanto a política não faz essa diferenciação do trabalho de cada profissional, e como o profissional de psicologia não tem clara a sua função, acaba por assumir atribuições do assistente social, do pedagogo, até do coordenador ou outro técnico de nível superior. As Orientações Técnicas Centro de Referência da assistência Social CRAS, Brasil (2009) define assim as atribuições do técnico de nível Superior.

1) Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; 2)Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; 3)Mediação de grupos de famílias do PAIF; 4)Realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; 5)Desenvolvimento de atividades coletivas no território; 6)Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; 7)Acompanhamento de famílias encaminhadas pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS; 8)Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situação de risco; 9)Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; 10)Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; 11) Articulação de ações que potencialize as boas experiências no território de abrangência; 12)Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial; 13)Realização de encaminhamentos para serviços setoriais; 14)Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF; 15)Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégia de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território. (BRASIL, 2009, P.63)

De acordo com essa orientação, a acolhida constitui-se em um trabalho de escuta atenta e qualificada que é realizada pelos técnicos, estes em conjunto fazem as problematizações e direcionamentos necessários à solução da demanda identificada, de acordo com o conhecimento científico advindo de sua área de formação. Surgindo aqui as implicações do trabalho em equipe multidisciplinar que traz a riqueza de apresentar outras perspectivas ao olhar para o problema.

O técnico de nível superior também tem como função a orientação ou encaminhamento de grupos com objetivos variados. Neste aspecto a psicologia conta com um vasto conhecimento acumulado no campo do trabalho com grupos, cabendo ao profissional apenas explorar este saber de acordo com as peculiaridades do grupo que pretende desenvolver.

O acompanhamento familiar, a visita domiciliar, apesar de não serem práticas muito comuns na psicologia são também evocadas, e o psicólogo precisa adaptar seu conhecimento teórico a esta situação, pois os cursos de formação ainda trazem poucas orientações sobre atendimentos feitos fora de ambientes especificamente destinados a esta finalidade, tendo seu foco ainda em clínicas, empresas e escolas, mas a psicologia tem produzido conhecimentos que subsidiam o desenvolvimento de atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários.

O trabalho de articulação com a rede de serviços socioassistenciais, assim como as outras políticas públicas, os encaminhamentos e devolutivas, o atendimento em rede, também acredito figurar como um desafio, pois o profissional precisa sair do seu lugar e buscar esse relacionamento, buscar essa parceria no atendimento ao sujeito que precisa ser alcançado na sua integralidade. Sobre a articulação intersetorial o CREPOP afirma:

É preciso articular com ações existentes nas regiões, nas comunidades. Devemos, pela condição de sujeito integral, entender o desafio da incompletude institucional e da intersetorialidade. Potencializar parcerias, articular as ações que complementam nossa intervenção, e por esta integração preencher de significado cada passo proposto, para nós (técnicos) e para os destinatários da nossa intervenção, pois esta estratégia nos fará ganhar em efetividade e resultado. (CREPOP, 2007, P.13)

Observa-se que as demandas surgem sempre cercadas da exigência de trabalho em equipe, seja da equipe técnica com quem o profissional compartilha os atendimentos, seja dos educadores sociais que executam o trabalho nos serviços de vínculos, o qual é também referenciado pelo psicólogo, seja com profissionais que executam outros serviços na rede socioassistencial ou em outras políticas públicas, exigindo do profissional uma boa capacidade para o trabalho em equipe.

Portanto, apresenta-se a necessidade de habilidades e conhecimentos que só uma formação crítica, que valorize os aspectos históricos e sociais, assim como ético-políticos pode fornecer. Diante dessa carência dos cursos de formação em psicologia, uma das estratégias foi à criação do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) pelo Conselho Federal de Psicologia, que iniciou suas atividades em 2006, com o objetivo de criar diretrizes de atuação para psicólogo nas políticas públicas. (CREPOP, 2007).

As Referências Técnicas para Atuação do Psicólogo no CRAS produzidas através do trabalho do CREPOP descrevem as atribuições para o profissional de psicologia no âmbito da assistência social, da seguinte forma:

1) Desenvolver modalidades interventivas coerentes com os objetivos do trabalho social desenvolvido pela Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta), considerando que o objetivo da intervenção em cada uma difere-se, assim como o momento em que ele ocorre na família, em seus membros ou indivíduos; 2) Facilitar processos de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários, de modo a fortalecer atividades e positivities já existentes nas interações dos moradores, nos arranjos familiares e na atuação dos grupos, propiciando formas de convivência familiar e comunitária que favoreçam a criação de laços afetivos e colaborativos entre os atores envolvidos; 3) Fomentar espaços de interação dialógica que integrem vivências, leitura crítica da realidade e ação criativa e transformadora, a fim de que as pessoas reconheçam-se e se movimentem na condição de co-construtoras de si e do seu contexto social, comunitário e familiar; 4) Compreender e acompanhar os movimentos de construção subjetiva de pessoas, grupos comunitários e famílias, atentando para a articulação desses processos com as vivências e as práticas sociais existentes na tessitura sócio-comunitária e familiar; 5) Colaborar com a construção de processos de mediação, organização, mobilização social e participação dialógica que impliquem na efetivação de direitos sociais e na melhoria das condições de vida presentes no território de abrangência do CRAS; 6) No atendimento, desenvolver as ações de acolhida, entrevistas, orientações, referenciamento e contra-referenciamento, visitas e entrevistas domiciliares, articulações institucionais dentro e fora do território de abrangência do CRAS, proteção pró-ativa, atividades socioeducativas e de convívio, facilitação de grupos, estimulando processos contextualizados, auto-gestionados, práticos e valorizadores das alteridades; 7) por meio das ações, promover o desenvolvimento de habilidades, potencialidades e aquisições, articulação e fortalecimento das redes de proteção social, mediante assessoria a instituições e grupos comunitários; 8) Desenvolver o trabalho social articulado aos demais trabalhos da rede de proteção social, tendo em vista os direitos a serem assegurados ou resgatados e a completude da atenção em rede; 9) Participar Da implementação, elaboração e execução dos projetos de trabalho; 10) Contribuir na elaboração, socialização, execução, no acompanhamento e na avaliação do plano de trabalho de seu setor de atuação, garantindo a integralidade das ações; 11) Contribuir na educação permanente dos profissionais da Assistência Social; 12) Fomentar a existência de espaços de formação permanente, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas. (CENTRO DE REFERENCIAS TECNICAS EM POLITICAS PUBLICAS E PSICOLOGIA, 2007, p.22-23)

Mediante análise dessas atribuições observa-se que são destacados alguns instrumentais que podem ser utilizados pelo psicólogo como: Criação de espaços de convivência a cooperação, desenvolvimento de atividades socioeducativas, utilização de técnicas de grupo, escuta, entrevistas, entre outras. No entanto destaca-se que para o desempenho de suas funções é necessário um conhecimento aprofundado da política de assistência social, de sua trajetória até estabelecer-se enquanto direito do cidadão, assim como das relações que se desenvolvem naquela comunidade, sua história e cultura, mas antes dominar as teorias psicológicas que subsidiem a sua prática e trazer os instrumentos dessa ciência para a sua rotina de trabalho.

Implica ainda em conhecer o território onde o CRAS está localizado suas potencialidades e possibilidades, de modo que o profissional possa funcionar como facilitador de processos de identificação e construções para indivíduos ou grupos que ali vivem. Afirma-

se o papel de mediação que o profissional deve desenvolver criando espaços dialógicos de interação, valorizando as vivências de cada indivíduo e estimulando o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade.

Estimular o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a participação social e a efetivação de direitos. Destaca-se também a função de promover a intersetorialidade e a articulação com outras políticas, para viabilizar o atendimento integral do sujeito, desenvolver programas e projetos e promover espaços de educação permanente.

Evidentemente, são atribuições diferenciadas daquelas com as quais o profissional de psicologia está habituado. O ambiente de trabalho também não corresponde aos espaços convencionais, envolvendo conhecimentos que o profissional precisará desenvolver e buscar, pois não são privilegiados nos cursos de formação, que só recentemente vem incorporando questões políticas e uma leitura social do indivíduo.

3.4 A Educação e o Socioeducativo na Prática do Profissional de Psicologia

Vygotsky (2001), ao definir Educação, destaca que este processo se caracteriza pela intencionalidade de sua influência na constituição do sujeito, e sua essencialidade na orientação do desenvolvimento humano.

[...] a educação pode ser definida como a influência e a intervenção planejadas, adequadas ao objetivo, premeditadas, conscientes, nos processos de crescimento natural do organismo. Por isso, só terá caráter educativo o estabelecimento de novas reações que, em alguma medida, intervenham nos processos de crescimento e o orientem. (VYGOTSKY, 2001, P. 82)

O autor também assegura o caráter crítico e transformador da educação à medida que os conhecimentos que ela possibilita levam o indivíduo além das condições objetivamente impostas, permitindo a este questionar sua realidade e compreender de que forma é influenciado por ela, o que lhe permite transformá-la. De acordo com Vygotsky (2001, p. 77), “a meta da educação não é a adaptação ao ambiente já existente, que pode ser efetuado pela própria vida, mas a criação de um ser humano que olhe para além do seu meio”.

Para a teoria vygotskyana o ser humano é imbuído da capacidade de superar-se e assumir posições mais elevadas, contudo este é um processo que se desenvolve de forma mediada, através da cooperação do outro o indivíduo adquire novas possibilidades.

Tal orientação da teoria histórico cultural ao que “podemos ser” e alcançar de “mais elevado” indica que se vê o humano: (a) como ser apto a ir além de seus limites; e (b) como ser que só realiza sua condição quando se supera. Contudo, realizarmos indo além de nossos limites atuais pode ocorrer ou não, em função de condições materiais, de nossa vida social. Uma das principais condições materiais para a superação humana é a cooperação. (JUNIOR, 2013)

A interação indivíduo ambiente é bastante relevante, pois mudanças nessas relações podem produzir mudanças na subjetividade do sujeito e vice e versa. Vygotsky ao afirmar a supremacia do aspecto cultural no desenvolvimento das funções psíquicas superiores inaugura uma nova forma de enxergar o homem, que não pode ser compreendido fora do seu contexto social e histórico, entendimento este que traz implicações para a psicologia, que ao adentrar os aspectos subjetivos do sujeito passa a considerar a sua realidade objetiva, suas condições de vida, sua cultura e a maneira como está inserido na sociedade, e na sua comunidade.

As políticas sociais, contexto deste estudo, são voltadas para uma população em situação vulnerável, onde os indivíduos são marcados por uma realidade objetiva de miséria, violência, exclusão e outros fatores desestruturantes que devem necessariamente ser considerados ao se olhar para o sujeito, pois são determinantes para o desajustamento deste.

A educação é concebida por Vygotsky como um processo dinâmico e dialético que se desenvolve na relação do indivíduo com o meio, portanto como um processo social, que não pode ser compreendida fora de um contexto histórico e social.

É incorreto conceber o processo educativo como um processo placidamente pacífico e sem altos e baixos, pelo contrário sua natureza psicológica descobre que se trata de uma luta muito complexa, na qual estão envolvidas milhares das mais complicadas e heterogêneas forças, que ele constitui um processo dinâmico, ativo e dialético, semelhante ao processo evolutivo do crescimento. Nada lento, é um processo que ocorre a saltos e revolucionário, de incessantes combates entre o ser humano e o mundo. (VYGOTSKY, 2001, P. 78)

Considerando que na concepção de Vygotsky toda educação é social, nos deteremos então em conceituar o termo socioeducativo, discutido neste trabalho, já que este pressupõe uma educação social. De acordo com Bisinoto et. al. (2015) o termo socioeducativo nasce com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), com objetivo de caracterizar as medidas aplicadas aos adolescentes infratores, no entanto, esta legislação não traz nenhuma formulação teórica sobre o termo.

O termo socioeducativo embora bastante comum dentro da política de assistência social, também não recebe uma definição nas orientações técnicas dos serviços, o que leva a divergências sobre seu significado neste âmbito. Para este trabalho adotaremos a definição

formulada por Bisinoto e seus colaboradores, que nos parece bastante representativa das questões aqui levantadas:

A socioeducação, portanto, situa-se nesse vasto campo da educação social, apoiando-se na concepção de uma educação fortemente social, pautada na afirmação e efetivação dos direitos humanos, com compromisso com a emancipação e autonomia de cada sujeito em sua relação com a sociedade. A socioeducação se orienta por valores de justiça, igualdade, fraternidade, entre outros, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de variadas competências que possibilitem que as pessoas rompam e superem as condições de violência, de pobreza e de marginalidade que caracterizam sua exclusão social. (BISINOTO et. al., 2015, P. 581-582)

Desta forma o socioeducativo aparece no terreno da assistência social, como um tipo de educação voltada para a afirmação de direitos. E assume um compromisso para com o desenvolvimento humano, buscando estimular no sujeito uma atuação mais crítica e consciente perante a realidade, que lhe assegure a superação das situações de vulnerabilidades sociais.

Observa-se que o termo socioeducação normalmente aparece em sua forma adjetiva (socioeducativo), com o intuito de qualificar algum tipo de atividade. Contudo a falta de clareza conceitual leva a possibilidade da utilização do termo para justificar diferentes tipos de práticas e concepções que sustentam essas ações e serviços.

De maneira geral, os marcos legais e políticos utilizam termos como “atendimento socioeducativo”, “ação socioeducativa”, “práticas de socioeducação”, “política socioeducativa”, entre outros. [...] sem haver, contudo, clara definição da concepção que o ampara. (BISINOTO et. al., 2015, p. 576-577).

Assim como nas orientações técnicas aos trabalhadores do CRAS, o CREPOP ao definir as atribuições do psicólogo no CRAS, não preza pela clareza conceitual dos termos utilizados para caracterizar essas práticas, acredita-se que este seja um dos fatores que colaborem para a confusão evidenciada pelos profissionais de psicologia que atuam em CRAS, sobre suas atividades. Observa-se neste trecho das orientações do CREPOP, a descrição de uma série de atividades atribuídas ao psicólogo no contexto do CRAS, que posteriormente não são explicadas, aplicando-se os esclarecimentos teóricos necessários a uma compreensão destas articuladas com o contexto em que estão estabelecidas.

No atendimento, desenvolver as ações de acolhida, entrevistas, orientações, referenciamento e contra-referenciamento, visitas e entrevistas domiciliares, articulações institucionais dentro e fora do território de abrangência do CRAS, proteção pró-ativa, atividades socioeducativas e de convívio, facilitação de grupos, estimulando processos contextualizados, auto-gestionados, práticos e valorizadores das alteridades; (CENTRO DE REFERENCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E PSICOLOGIA, 2007, p. 23).

Essa mesma lógica pode ser percebida na apresentação da metodologia de trabalho para do técnico de nível superior no CRAS, que se mostra mais descritiva do que explicativa, como se pode observar nas Orientações Técnicas Centro de Referência da Assistência Social – CRAS:

[...] é importante que se desenhe a(s) metodologia(s) a serem implantada(s), de acordo com as características dos territórios, planeje a organização do espaço físico, defina os equipamentos necessários, os processos de trabalho, a carga horária e a rotina de planejamento das atividades semanais (acolhida, acompanhamento das famílias e indivíduos, grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas, visitas domiciliares, busca ativa, atividades coletivas, palestras – e acompanhamento dos serviços prestados no território de abrangência do CRAS). (BRASIL, 2009, P.40)

Buscando compreender esses conceitos, observa-se que as estratégias se concentram basicamente em uma escuta qualificada, um trabalho de orientação sobre direitos, encaminhamento à rede socioassistencial, e o desenvolvimento de atividades socioeducativas variadas, levando em considerações as especificidades individuais e do território.

Destaca-se a importância da escuta nesse processo no sentido de identificar a real demanda do sujeito, que muitas vezes aparece encoberta por uma necessidade material. Ao identificar essa carência o profissional tem possibilidades de intervir de diferentes formas, e caso a demanda levantada extrapole aos serviços ofertados por essa política propõe-se o encaminhamento a outros órgãos e políticas competentes.

As atividades educativas parecem destacar-se no sentido de promover as aquisições ao sujeito, como aprender novas possibilidades existenciais, conhecer seus direitos, aprender a refletir sobre a própria realidade e a identificar soluções, sendo este processo mediado pela presença dos profissionais de psicologia, serviço social, e educadores.

As ações preventivas que se estabelecem no âmbito do CRAS também estão firmadas numa perspectiva educativa, elas se apresentam através de palestras, campanhas e ações que visam informar e promover acesso a direitos e às políticas públicas em geral, Pois o indivíduo ao receber essas orientações torna-se apto a usufruir das possibilidades que lhe são asseguradas por lei e que muitas vezes deixa de acessar por mero desconhecimento. Destaca-

se também a importância de promover espaços de convivência visando fortalecer vínculos familiares e comunitários, prevenindo o rompimento, que podem ter como consequência a exclusão social.

As atividades do psicólogo no CRAS devem estar voltadas para atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar na situação de vulnerabilidade por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. (CENTRO DE REFERENCIAS EM POLITICAS PUBLICAS E PSICOLOGIA, 2007, p.23)

Destaca-se, portanto, neste contexto uma nova perspectiva de atuação para o psicólogo, que foge ao caráter clínico e psicoterapêutico e se caracteriza por ser educativa e social. Na perspectiva de Vygotsky a educação assume esse caráter transformador e promotor de desenvolvimento, o autor afirma as potencialidades do indivíduo, que através do processo de aprendizagem e da mediação do outro podem se tornar em desenvolvimento efetivo de funções e habilidades novas, o “desenvolvimento potencial” ou “proximal” é um dos principais conceitos de sua teoria.

3.5 Um Recorte da Produção Acadêmica sobre a Atuação do Psicólogo no CRAS

Apresentaremos alguns resultados obtidos através de levantamento do tipo Estado do Conhecimento realizado com objetivo de verificar a produção existente sobre a atuação do psicólogo no CRAS e sua característica educativa e social. Os quadros contendo o resultado das buscas podem visualizados no apêndice.

A pesquisa foi realizada nos seguintes bancos de dados: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Universidade de São Paulo - USP, Scientific Electronic Library Online - SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO e Biblioteca Virtual em Saúde/ Psicologia Brasil - BVS/PSI. Foram levantadas informações referentes ao período compreendido entre os anos de 2005-2015, e os descritores utilizados para a busca foram: atuação + psicólogo + CRAS e psicologia social + processos educativos.

Foram encontrados um total de 150. 888 resultados, dos quais 326 passaram para uma análise mais apurada e 21 foram utilizados para compor o banco de dados dessa pesquisa. Para o descritor, psicologia social + processos educativos, foram encontrados um total de

147.510 resultados, dos quais 213 foram analisados, e 4 foram aproveitados. Quanto ao descritor, atuação + psicólogo + CRAS, foram encontrados 3.372 resultados, dos quais foram analisados 113 e 17 foram aproveitados.

Dos 21 trabalhos que compõe o banco de dados dessa pesquisa, 3 foram analisados na íntegra, por apresentarem conteúdo mais relevantes aos objetivos da pesquisa, são estes: Costa e Cardoso, (2010); Urnau, (2013); Macedo e Dimenstein, (2009). Os outros trabalhos selecionados foram assim observados: da dissertação de Costa (2014) foi utilizado o resumo, o subitem 1.4 do cap. I intitulado “A intervenção do CREAS junto as famílias e os processos educativos”, e também as considerações finais. Nos outros 17 trabalhos que compõe esse levantamento foram analisados apenas os resumos, subitens específicos sobre o tema estudado e as considerações Finais. São esses: Carvalho et. al. 2009; Silva e Corgozinho, 2011; Oliveira et. Al., 2011; Andrade e Romagnolis, 2010; Senra e Guzzo, 2012; Macedo e Dimenstein, 2012; Guzzo e Lacerda, 2007; Araújo, 2014; Sobral, 2011; Botarelli, 2008; Macedo, 2007; Colósio, 2012; Yamamoto e Oliveira, 2010; Macedo et. Al., 2011; Dentz e Oliveira, 2013; Oliveira et. Al., 2014; e Lira, 2010.

Inicialmente, a partir dos descritores utilizados, foi possível identificar duas categorias presentes nos trabalhos, a primeira se refere às discussões sobre a atuação do psicólogo no contexto da política de assistência social, e a segunda sobre a presença das práticas socioeducativas neste contexto.

Este levantamento nos permitiu verificar que o tema da atuação do psicólogo no CRAS é bastante atual e tem sido amplamente discutido, pois a busca por esse tema gerou 17 resultados relevantes, acredita-se que isso se deva à recente inclusão do psicólogo no campo das políticas sociais, e pela necessidade de se estabelecer as diretrizes da atuação dos profissionais nesta área. Diante disso surgem inúmeros estudos e pesquisas visando suprir essas necessidades e refletir a atuação do psicólogo na proteção social e nas políticas públicas em geral.

O trabalho de Oliveira et. al (2011) trazem em suas conclusões, no estudo sobre as práticas psicológicas na proteção básica do SUAS, a constatação de que as atividades desenvolvidas pelos psicólogos dentro da política de assistência social divergem de suas práticas tradicionais, como por exemplo o atendimento psicossocial.

No entanto, de acordo com os autores, esta prática ainda não é satisfatória, pois a clínica tradicional é praticada dentro deste contexto, atividade esta não prevista para o serviço. Evidenciando que em meio à necessidade de se construir uma nova prática, permanece os entraves que acompanham a história da profissão (concepção individualista de homem, e

formação voltada para o atendimento clínico), assim como o desafio da própria política social em se estabelecer enquanto tal.

O trabalho de Macedo e Dimenstein (2012) evidenciou a sensação de estranhamento e mal-estar experimentada cotidianamente pelos psicólogos que atuam nas políticas sociais, atribuídos ao fato de atuarem em contextos adversos aos modos tradicionais e também às situações limites e de difícil manejo enfrentadas por estes profissionais.

Araújo (2014) em sua pesquisa embasada na psicologia social crítica traz discussões importantes sobre a estrutura do trabalho dos psicólogos na assistência social que segundo ela constitui-se na precarização dos recursos, na objetificação das relações, no caráter contraditório e inconsistentes dos métodos adotados como meios para atingir os objetivos dessa política, bem como na preeminência do assistencialismo, da tutela e da responsabilização da pessoa pela sua marginalização. Essas situações geram sofrimento para os profissionais, diante da descontinuidade do trabalho com as pessoas atendidas e da dúvida sobre a significância do seu trabalho.

Este estudo mostrou também que a prática do psicólogo no CRAS volta-se mais para os trabalhos com as individualidades do que com as coletividades. Situação essa atribuída tanto a formação profissional que prioriza a clínica tradicional, cuja concepção de homem desvinculado do seu contexto social. A autora constatou ainda a existência de alguns espaços de resistência a esse desfuncionamento, como a criação de métodos alternativos e coletivos para o acompanhamento das famílias e de outros que se voltam para a humanização do trabalho, ao lutar por espaços de troca, horizontalidades, diálogos e respeito ético e político ao sujeito.

Macedo et. al. (2011), investigaram em sua pesquisa, quantos são e onde estão os psicólogos brasileiros que atuam no SUAS. Como resultado identificaram que o Brasil conta com 8.079 psicólogos atuando no SUAS (6.022 em CRAS e 2.057 em CREAS). O Nordeste destaca-se como o que conta com o maior número de psicólogos no CRAS (2.252) e o Sudeste em CREAS (706). Ademais, 92,9 % dos psicólogos no SUAS atuam em municípios do interior, destacando, o SUAS, como importante dispositivo de capilarização da atuação do psicólogo brasileiro para as cidades de médio e pequeno porte do país.

Quanto a segunda categoria, as práticas socioeducativas presentes na atuação do psicólogo no CRAS, verificou-se que a partir dos descritores foram gerados apenas 4 resultados relevantes. No entanto, ao se analisar os trabalhos selecionados, observa-se que a questão socioeducativa emerge de diferentes formas em todos os trabalhos. Urnau (2013) traz

a questão dos processos educativos como instrumento para atuação do psicólogo no campo da proteção social, ao afirmar que:

[...] cabe refletir sobre os procedimentos e recursos técnicos específicos do psicólogo no campo social. Procedimentos como visitas domiciliares, entrevistas, processos educativos, construção de projetos, entre outros, em si não pertencem a nenhum campo profissional ou perspectiva teórica. (URNAU, 2013)

A mesma autora ainda contextualiza a questão educacional e sua função essencial no sentido de promover tomada de consciência e a ampliação das possibilidades existenciais do indivíduo.

O psicólogo na política de assistência social apresenta-se como profissional que pode criar espaços dialógicos e educacionais para a reflexão sobre as condições objetivas que incidem sobre as vivências subjetivas dos sujeitos e as relações comunitárias, que permitam tomar consciência, imaginar e construir coletivamente outras possibilidades existenciais. (URNAU, 2013)

Nos trabalhos analisados encontramos constante integração entre a educação e as políticas públicas sociais, os dois campos aparecem relacionados, a tese defendida por Urnau, por exemplo, que é intitulado “Psicologia e Proteção social na Amazônia: Diálogos com Famílias de um Garimpo”, trabalho este voltado para a atuação do psicólogo no CRAS, foi desenvolvido vinculado ao Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da USP.

Quanto a Macedo e Dimenstein (2009), também trazem as questões educativas no contexto da atuação do psicólogo na produção do cuidado no campo do bem-estar social. Para estes autores educação configura-se como instrumento fundamental ao psicólogo no atendimento a população vulnerável, como se pode verificar:

A falta de informação (ou consciência) da população-usuária frente à realidade em que vivem explicita para esses técnicos a questão da educação como um dos grandes vilões dessas comunidades. Entendem que o desenvolvimento de ações em educação, em saúde ou na mobilização e participação popular se configuram como uma de suas principais atividades nesse campo. Investem em ações para que esses usuários possam cuidar melhor (ou de uma forma mais orientada) de si e dos outros, em diferentes aspectos: higiene pessoal e bucal, manuseio de alimentos e verificação da questão nutricional, manuseio do lixo, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o planejamento familiar, compreendendo melhor sobre os riscos e dificuldades que a situação de uma gravidez indesejada pode provocar, além de outras questões como o consumo de drogas, violência, negligência no cuidado com os filhos e a questão dos direitos e benefícios sociais. (MACEDO; DIMENSTEIN, 2009, P.295)

Como resultado da pesquisa realizada por Costa (2014), que deu origem a dissertação de mestrado intitulada “As Representações Sociais das Famílias de Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual: um estudo sobre os processos educativos no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS de Teixeira de Freitas – BA”, constatou-se a existência de uma dimensão educativa na política de proteção social, mais especificamente no órgão abordado pela pesquisa, o CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

A autora afirma que a Tipificação Nacional de Serviços Sócio-assistenciais, assim como as Orientações Técnicas do CREAS, que são documentos que visam subsidiar o trabalho a ser desenvolvido dentro da política pública de assistência social denotam a dimensão de um trabalho educativo no ambiente da instituição. Costa (2014, p. 43) afirma que:

Ao descrever o trabalho social essencial do CREAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais apresenta ações como: orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; orientação sóciofamiliar, orientação jurídico-social; informação, comunicação e defesa de direitos; mobilização para o exercício da cidadania (BRASIL, 2009). Do mesmo modo, o documento de Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social, ao descrever o que deve caracterizar o acompanhamento especializado desenvolvido pelo CREAS e a articulação deste com a rede de Serviços menciona além de palavras como orientação e informação, outras ações com caráter também educativo, como por exemplo, campanhas, palestras, debates etc. (Brasil, 2011)

Portanto pode-se observar a dimensão educativa bastante presente neste serviço. Essa questão traz uma importante discussão, que tem se acentuado nesse momento, e diz respeito à educação fora do contexto escolar. Fala-se em uma pedagogia social, que traduz uma nova modalidade de educação que se evidencia no campo das políticas públicas, e que se desenvolve em diversos contextos durante toda a vida do indivíduo. A pedagogia social é a teoria geral da educação social e constitui-se na base teórica para a análise da educação popular. Para definir esse termo a Costa (2014) cita Graciani (2009):

A Pedagogia Social caracteriza-se, pois como um conjunto radical de transformação política e social, uma vez que: propõe inicialmente criar uma teoria renovada da relação homem, sociedade e cultura, como uma ação pedagógica que pretende fundar, a partir do exercício em todos os níveis e modalidades da prática social, uma Educação Libertadora [...] realiza-se no domínio específico da prática social com classes sociais populares a partir de um trabalho político educacional de libertação popular, com o intuito de ser conscientizador com sujeitos, grupos e movimentos das camadas excluídas. (P. 44).

Os profissionais que atuam nas políticas sociais são advindos de diversos campos do saber (serviço social/ psicologia/ Educação), contudo o componente educativo está presente nas atividades desenvolvidas em sua atuação no contexto da política de assistência social. Tarefas como orientar, informar, comunicar direitos, realizar palestras, desenvolver grupos socioeducativos e o acompanhamento familiar que visa refletir sobre a condição da família e juntamente com esta buscar novas possibilidades existenciais e de resolução de suas demandas, revela uma ação educacional.

Segundo Costa (2014) a garantia de direitos exige do indivíduo a compreensão dos próprios direitos, e essa não se limita ao repasse de informação, mas a mudança de comportamento, valores, hábitos, portanto, aprendizagem. A autora cita Machado e Oliveira (2007) que afirma:

Além de ser um direito social, a educação é um pré-requisito para que se usufrua dos direitos civis, políticos e sociais, emergindo como um componente básico dos direitos humanos e de superação de diferentes formas de violência. Ou seja, a educação pode ser, portanto, um pressuposto para o exercício adequado dos demais direitos sociais, políticos e civis. (COSTA, 2014, P. 46)

Desta forma, verifica-se uma relação indispensável entre a política pública social e a educação, que se apresenta como uma das principais vias de execução da política, emergindo como instrumento fundamental para a garantia de direitos e a proteção social, assim como, para a formação de um cidadão autônomo, livre e consciente de seus direitos.

O trabalho desenvolvido por Carvalho (2009) traz uma modalidade de intervenção educativa, que extrapola o ambiente escolar, chegando a políticas públicas, ONGS, televisão rádio e internet. Essa modalidade chamada de educomunicação tem a intenção de formar sujeitos e grupos expressivos, críticos e ativos em suas comunidades, capazes de discutir, produzir, gerir, difundir e avaliar produções de comunicação e sua função social, por meio de processos grupais participativos de produção. Este trabalho trouxe como resultado a representação do grupo de educomunicação como espaço de intercâmbio, desenvolvimento interpessoal e coletivo, proteção e elaboração de conflitos.

Com este levantamento foi possível concluir que dois temas estão em evidência nas discussões do meio acadêmico: o primeiro é a recente inserção dos psicólogos nas políticas públicas; e o segundo a educação que extrapola o contexto escolar e abarca a questão social.

Destacaram-se entre os temas abordados, as dificuldades encontradas pelos psicólogos por conta da inserção em um campo novo de atuação, e na necessidade de repensar e adaptar o seu fazer a essa nova situação da prática nas políticas sociais. Outro ponto bastante debatido

foi à formação que ainda privilegia o modelo médico, e não prepara o profissional para atuar em outros contextos, e a necessidade de se libertar de uma visão individualizante do homem e buscar compreendê-lo integrado a um contexto histórico e cultural.

Desta forma os resultados encontrados no levantamento corroboram com as hipóteses já levantadas por este trabalho, da insuficiência na formação do psicólogo, da expansão da área de atuação nas políticas públicas e da necessidade de uma resposta da psicologia para o atendimento dessa demanda, com a construção de uma atuação que proporcione um olhar para o sujeito integral.

A importância da educação como instrumento de trabalho para o psicólogo no contexto da assistência social, também foi afirmada, e o trabalho socioeducativo, que vem no sentido de promover uma educação voltada para os direitos do cidadão, visando constituir uma consciência crítica que promova no sujeito uma ação autônoma, desconstruindo o estigma que lhe é imposto pela situação de pobreza e exclusão, lhe devolvendo a autoestima e capacitando para assumir o papel ativo, de autor da sua própria história.



A educação do homem começa no momento do seu nascimento; antes de falar, antes de entender, já se instrui.

(Jean-Jacques Rousseau)

4AS PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVASNA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NO CRAS

Rousseau expressa, na frase desta epígrafe, o caráter essencial e permanente da educação, o fato de estar na base de processos de desenvolvimento, de mudanças e de aprimoramento humano. Neste trabalho de pesquisa procurou-se explorar a importância da educação aplicada ao contexto das políticas sociais, ou seja, o socioeducativo, e seu potencial para promover no indivíduo a superação de vulnerabilidades, a autonomia e ir além das imposições do meio.

Este capítulo apresenta o percurso metodológico desenvolvido na pesquisa, descrevendo as etapas percorridas no processo, os sujeitos e o contexto em que se desenvolveu o estudo. Além de apresentar e discutir o conteúdo obtido através da coleta de dados, organizado através das técnicas de análise de conteúdo e interpretados sob a orientação da teoria histórico-cultural.

4.1 Pressupostos Teórico-metodológicos da Pesquisa

A pesquisa na abordagem Histórico-cultural caracteriza-se por apresentar uma complexa e indissociável relação entre sujeito e realidade, portanto o indivíduo deve ser compreendido em seu contexto social, pois o psiquismo é constituído historicamente nesta relação. Para Vygotsky a compreensão dos processos psicológicos humanos mais simples se dá pela compreensão do mais complexo, pois a realidade social é objetivada em cada pessoa, que é expressão e fundamento desta realidade. (ZANELLA, 2007).

Vygotsky afirma que o ser humano deve ser investigado a partir de uma perspectiva integral, e, portanto a análise deve buscar a relação dos fragmentos que compõe o todo, pois ao se isolar os elementos perde-se a compreensão tanto das partes como do todo. A busca das relações é o que permite conhecer a transição do coletivo ao singular.

O método apresentado pelo autor para o estudo das funções psicológicas superiores, ou seja, das funções especificamente humanas, não nega as bases biológicas da constituição do sujeito, mas afirma que é na interação com o outro que o homem se humaniza, ou seja, a partir do social, as mediações surgidas nesta relação, permite o desenvolvimento de novas funções mais complexas, que constituem a consciência humana e sua autodeterminação.

A abordagem dialética, admitindo a influência da natureza sobre o homem, afirma que o homem, por sua vez, age sobre a natureza e cria, através das mudanças provocadas por ele na natureza, novas condições naturais para sua existência. Essa posição representa o elemento-chave de nossa abordagem do estudo e interpretação das funções psicológicas superiores do homem e serve como base dos novos métodos de experimentação e análise que defendemos. (VYGOTSKY, 1991, P. 43)

Nesta perspectiva uma compreensão do homem e de suas ações necessariamente passa pela compreensão do ambiente social onde ele está inserido, uma análise histórica de seus antecedentes. Estudar o indivíduo historicamente significa compreendê-lo em movimento, esse processo não é regular, mas marcado por tensões, concordâncias, oposições, expressando desta forma a relação dialética ente homem e mundo que é constitutiva do psiquismo humano.

Fundamentado nos princípios marxistas, Vygotsky estabelece um método de pesquisa que busca compreender o ser humano no movimento histórico, e numa relação dialética com o mundo, e para isso, a investigação em psicologia deve privilegiar alguns aspectos:

[...] (1) uma análise do processo em oposição a uma análise do objeto; (2) uma análise que revela as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição à enumeração das características externas de um processo, isto é, uma análise explicativa e não descritiva; e (3) uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de uma determinada estrutura. (VYGOTSKY, 1991, P. 46)

Portanto o objeto deve ser estudado em seu processo de desenvolvimento histórico, que não é estático, mas está em constante movimento e transformação. Nesta perspectiva, busca-se conhecer as origens históricas e sociais do fenômeno investigado, procurando explicar as relações que o constituem e os múltiplos fatores que o determinam. Vygotsky não se limita a uma descrição externa dos fenômenos, mas busca compreender a sua essência.

A teoria Histórico-Cultural considera também fundamental a influência do pesquisador na trajetória de investigação, que se dá de forma diferenciada das ciências naturais, já que o objeto de estudo é humano, assim como o pesquisador, destacando-se, portanto que esta interação se dará em uma perspectiva dialógica em que se dá voz a um sujeito expressivo. A este respeito Freitas (2002, P. 24) destaca:

[...] seu objeto de estudo é o homem, “ser expressivo e falante”. Diante dele, o pesquisador não pode se limitar ao ato contemplativo, pois encontra-se perante um sujeito que tem voz, e não pode apenas contemplá-lo, mas tem de falar com ele, estabelecer um diálogo com ele. Inverte-se, desta maneira, toda a situação, que passa de uma interação sujeito-objeto para uma relação entre sujeitos. De uma orientação monológica passa-se a uma perspectiva dialógica. Isso muda tudo em relação à pesquisa, uma vez que investigador e investigado são dois sujeitos em interação. O homem não pode ser apenas objeto de uma explicação, produto de uma só

consciência, de um só sujeito, mas deve ser também compreendido, processo em que se supõe duas consciências, dois sujeitos, portanto, dialógico.

Portanto a interação pesquisador/pesquisado, se dá numa relação dialógica entre sujeitos em que se faz necessário o compreender o outro, seus motivos, significados, o ambiente social em que está inserido considerando suas condições de vida. Num processo que exige reflexão, em que ambos os envolvidos se influenciam e se transformam.

Nesta perspectiva, este estudo se propõe a investigar as práticas socioeducativas na atuação dos psicólogos no âmbito da Política de Assistência Social, mas especificamente nas unidades de CRAS no Município de Campo Grande – MS, local este escolhido por caracterizar-se como um órgão onde o psicólogo desenvolve uma prática de cunho socioeducativo que se diferencia da atividade psicoterapêutica desenvolvida na clínica tradicional, e onde se aplicam os conceitos da Psicologia Social e da educação.

Buscou-se conhecer a rotina de trabalho de profissionais de Psicologia que atuam em CRAS, compreender sua atuação neste contexto e investigar as características da prática socioeducativa. Averiguar ainda as dificuldades e potencialidades apontadas, evidenciar as estratégias e instrumentos de que dispõe e os sentidos e significados presentes nestas práxis para o profissional.

A técnica empregada para a coleta de dados foi à entrevista, que para a teoria Histórico-Cultural é entendida como uma forma de manifestação da linguagem onde se busca compreender o universo dos sentidos numa relação entre pessoas. Para Freitas (2002, P. 29) a entrevista:

[...] também é marcada por essa dimensão do social. Ela não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica. Os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado. As enunciações acontecidas dependem da situação concreta em que se realizam, da relação que se estabelece entre os interlocutores, depende de com quem se fala. Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social.

Destaca-se, portanto que o processo é marcado pela dimensão social, pois a fala do sujeito é representativa de suas relações, de sua história, de sua cultura, de seu tempo e dos sentidos compartilhados pelos seus pares.

Optou-se pela entrevista semiestruturada que permite à aplicação de perguntas necessárias a pesquisa, e também da liberdade ao entrevistado e a possibilidade do pesquisador inserir novos questionamentos que vierem a surgir durante o processo. Permitindo certa liberdade ao pesquisador para ir além, na compreensão do sujeito.

Após a coleta dos dados, realizou-se à classificação e organização das informações obtidas, para facilitar o processo de análise. Para organização dos dados foram utilizadas como base as técnicas de análise de conteúdo, definida por Bardin (1977) como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimento, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p.42)

Esta técnica busca a sistematização das mensagens, para que a partir dessa organização seja possível extrair seu conteúdo e explicitar seu significado conhecendo as variáveis psicológicas, sociológica, históricas, etc., que estão na base de sua produção. Busca efetuar deduções lógicas e justificadas a partir do emissor e seu contexto, que fundamente a interpretação dos dados.

As diferentes fases da análise de conteúdo se organizam em torno de três polos. A pré-análise, fase da organização propriamente dita, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, neste momento são escolhidos os documentos a serem submetidos ao processo, à formulação de hipóteses e objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. A segunda fase, exploração do material, consiste essencialmente em operações de codificação, desconto ou enumeração, em função das regras previamente formuladas. Na terceira fase, tratamento e interpretação dos resultados obtidos, os dados são tratados de maneira a se tornarem significativos e válidos operações estatísticas permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põe em relevo as informações fornecidas pela análise. (BARDIN, 1977).

Com os dados organizados volta-se a teoria histórico-cultural que oferece os fundamentos para orientar a compreensão destes, que após análise minuciosa permite chegar aos resultados do trabalho de pesquisa.

4.2 Local e Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na cidade de Campo Grande, por ser o maior município e a capital político-administrativa do estado Mato Grosso do Sul. Possibilitando, desta forma, uma visão abrangente sobre o desenvolvimento da política de assistência social no estado.

A cidade tem uma área de 8.092,951 Km², é composta por 398 bairros divididos em sete regiões urbanas, divisão esta realizada pelos órgãos governamentais com o objetivo de facilitar gestão das políticas públicas no município, que tem uma população 786.797 habitantes de acordo com o censo de 2010. (IBGE, 2016).

Campo Grande conta com 19 unidades de CRAS e uma Secretaria Municipal de Assistência Social, distribuídas nas sete regiões urbanas, denominadas: Centro, Lagoa, Anhanduizinho, Bandeira, Prosa, Imbirussú e Segredo¹. A região urbana Centro sedia a Secretaria Municipal de Assistência Social e não possui CRAS em seu território.

Optou-se por desenvolver a pesquisa no CRAS por se tratar de um órgão que realiza um trabalho preventivo, em que o psicólogo precisa sair de suas práticas tradicionais, mais voltadas para a clínica, e atuar sobre uma realidade social de pobreza e exclusão numa perspectiva socioeducativa. Este modelo de atuação é relativamente novo e ainda vem se construindo referências para a práxis do profissional de psicologia, havendo, portanto, muitas dúvidas sobre como se caracteriza de fato essa modalidade de atuação.

Mediante sorteio, foi eleito um CRAS por região para compor a amostra dessa pesquisa, e de cada CRAS foi entrevistado pelo menos um profissional de psicologia. Nas unidades que contavam com dois psicólogos, ambos foram convidados a participar, no total foram entrevistados sete profissionais.

O quadro 2 apresenta os sujeitos da pesquisa, descrevendo os dados pessoais e profissionais, assim como a região onde atuam no município, trazendo ainda informações sobre formação.

¹O nome das unidades de CRAS que participaram da coleta de dados da pesquisa não foi divulgado para resguardar o sigilo quanto à identidade dos sujeitos.

Quadro 2 – Sujeitos da pesquisa

Sujeitos	Sexo	Idade	Estado Civil	Região urbana	Formação		Atividades profissionais		
					Ano de Conclusão Graduação	Especialização	Data de Ingresso	Tipo de atividade	Vínculo Empregatício
Maria	Feminino	23	Solteira	Lagoa	2015	Não	2015	CRAS	Contrato
Marta	Feminino	36	Casada	Lagoa	2002	Psicologia Clínica	2009	CRAS	Contrato
João	Masculino	39	Solteiro	Anhanduizinho	2010	Avaliação Psicológica	2014	CRAS	Concurso Público
Rute	Feminino	28	Solteira	Bandeira	2013	Não	2015	CRAS	Contrato
Ester	Feminino	47	Casada	Prosa	1999	Educação Interdisciplinar	2015	CRAS	Contrato
Sarah	Feminino	62	Divorciada	Imbirussú	1983	Gestalt Terapia	2016	Clínica e CRAS	Contrato
Mateus	Masculino	24	Solteiro	Segredo	2014	Neuropsicologia	2015	CRAS	Contrato

Elaborado por: PEREIRA, 2016.

Os sujeitos receberam nomes fictícios escolhidos aleatoriamente, para facilitar a identificação. Destacou-se o fato dos sujeitos serem em sua maioria do sexo feminino, afirmando uma característica historicamente presente nos cursos de psicologia, de formar mais profissionais mulheres que homens.

No que se refere à idade dos sujeitos observa-se que há um equilíbrio entre profissionais mais jovens e recém-formados e outros com mais idade e maior tempo de atuação. Quanto ao estado civil também, dados heterogêneos, sendo a maioria solteiros.

No que se refere ao tempo de formação, observa-se que a maior parte dos profissionais são recém-formados, apenas Ester e Sarah, são formadas a mais de 10 anos, enfatizando que e que as políticas sociais tem absorvido grande parte dos novos profissionais. Quanto aos cursos de pós-graduação o que se destaca é que a maioria deles são voltados para área clínica de atuação, sendo que apenas Ester optou por curso voltado para a área de Educação, enfatizando a expectativa destes profissionais pela prática clínica.

Quanto à atividade profissional, verifica-se que seis dos sete sujeitos estão a menos de dois anos no emprego atual, apenas Marta está a mais de sete anos no mesmo local de trabalho, evidenciando a grande rotatividade destes profissionais. Dos sete sujeitos apenas João é concursado, os outros possuem vínculo de trabalho temporário. Ester possui experiência de 15 anos de atuação, neste período atuou na educação e em vários órgãos da assistência social. Sarah está há apenas um mês no CRAS e tem 30 anos de atuação clínica, que ainda mantém simultâneo a este trabalho, denotando a falta de estabilidade dos profissionais nos serviços da política de assistência social.

4.3 Percurso Metodológico

Inicialmente foi necessário obter autorização da Secretaria de Assistência Social (SAS) do município para realização da pesquisa nas unidades de CRAS, que estão submetidos à coordenação dessa entidade. Em cumprimento as exigências legais para realização de pesquisa com seres humanos, o projeto de pesquisa, o instrumento de coleta de dados e as devidas autorizações para a pesquisa, foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética para Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. E somente após aprovação do Comitê, iniciou-se a fase de coleta de dados.

Foram realizadas um total de sete entrevistas, optou-se por entrevistar profissionais de cada uma das seis regiões urbanas que possuem CRAS para possibilitar uma amostra

representativa de todo o município, permitindo uma compreensão abrangente das características da atuação do psicólogo neste contexto histórico e geográfico.

Em posse da autorização da SAS e do Comitê de ética, realizou-se primeiramente uma abordagem telefônica com os sujeitos, onde foram explicados rapidamente os objetivos da pesquisa e os indivíduos foram questionados quanto ao desejo de participar. Em seguida foi agendada uma visita presencial, com aqueles que se dispuseram, para uma explicação mais detalhada do procedimento de pesquisa. Nesta visita foi também apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e agendada a data da entrevista. Procedeu-se da mesma forma com todos os sujeitos.

As entrevistas foram gravadas, com o devido consentimento, o conteúdo transcrito pela pesquisadora, e devolvido aos sujeitos através de e-mail, procedimento este acertado no final da entrevista, para que estes fizessem uma última apreciação do material fornecido, assim como as alterações que julgassem pertinentes, e em seguida foi devolvido à pesquisadora para uso de acordo com as finalidades da pesquisa.

O conteúdo das entrevistas foi submetido às técnicas de análise de conteúdo para organização sistemática dos dados, que possibilitou a construção de quadros de análise, sendo um para cada sujeito entrevistado, ver apêndice B. Os quadros de análise estão compostos por doze pontos de investigação de acordo com o roteiro de entrevista aplicado, que permitiu o estabelecimento de seis eixos temáticos em torno dos quais está estruturada a interpretação dos resultados, são eles: motivos da atuação; satisfação profissional; identidade; atividades desenvolvidas; estratégias e instrumentos; atuação socioeducativa. O eixo satisfação profissional está dividido em dois subeixos, intitulados dos pontos negativos e dos pontos positivos, assim como o eixo atuação socioeducativa que contempla os subeixos prática socioeducativa e concepção socioeducativa.

O primeiro eixo, **motivos da atuação**, tem por objetivo nos informar o que de fato levou o profissional a atuar no CRAS, buscando compreender quais fatores contribuíram para sua opção por essa modalidade de práxis.

O segundo eixo intitulado, **realização profissional**, procura investigar se o profissional gosta de atuar no CRAS, e está dividido em dois subeixos, denominados **dos pontos negativos** e **dos pontos positivos**. No subeixo, dos pontos negativos, buscou-se apresentar as dificuldades encontradas por estes profissionais em sua prática diária, e no subeixo, dos pontos positivos, identificar as potencialidades desta área de atuação de acordo com a percepção dos sujeitos.

O terceiro eixo temático, **identidade**, objetiva verificar o nível de conhecimento do profissional sobre a função do psicólogo no CRAS, como ele percebe o seu lugar neste contexto de atuação, e se esta identidade é também reconhecida por outros profissionais com os quais convive, e pelo público que atende diariamente.

No quarto eixo, denominado **atividades desenvolvidas**, buscou-se conhecer na prática quais atividades os profissionais executam dentro do CRAS, intentou-se de forma descritiva e explicativa compreender o que de fato caracteriza este trabalho.

O quinto eixo, **estratégias e instrumentos**, busca compreender de que forma a ciência psicológica pode ser aplicada ao trabalho no CRAS, quais instrumentos oferecidos por essa área do saber, assim como por outras ciências (ciências sociais/ educação), podem servir ao psicólogo em sua rotina diária de trabalho.

No sexto e último eixo temático, que intitulamos **prática socioeducativa**, pretendeu-se investigar se os profissionais de psicologia identificam as atividades que desenvolvem no âmbito de sua atuação no CRAS como socioeducativas, e como esse modelo de atuação pode ser diferenciado da prática clínica ou psicoterapêutica, que é a forma de atuação mais conhecida e reconhecida na Psicologia. Este eixo apresenta um subeixo intitulado **concepção socioeducativa**, que objetivou conhecer o que os psicólogos têm chamado de socioeducativo e quais atividades são assim caracterizadas pelos sujeitos.

Desta forma, no item seguinte nos deteremos à análise dos dados coletados, a partir da organização possibilitada pelos eixos temáticos definidos, aplicando-se a eles os conhecimentos advindos da Teoria Histórico-cultural, nosso referencial eleito, que possibilitou então inferir as conclusões deste trabalho de pesquisa.

4.4 Análise dos Dados

4.4.1 Motivos da Atuação

Quando nos propomos a observar os motivos que levaram os sujeitos à atuação no CRAS foi possível verificar que na grande maioria dos casos não foi uma escolha pessoal, mas a oportunidade de trabalho que surgiu, como afirma Maria (2016), “Eu me formei e queria muito trabalhar né... [...] aí surgiu esse processo seletivo, para trabalhar indicada, aí eu participei, mas assim, não era uma coisa que eu imaginava sair de uma formação para ir trabalhar em psicologia social”.

Neste sentido, Marta (2016), também relata, “O CRAS foi por que... Hoje eu olho e vejo assim, porque na época em que eu me formei foi à oportunidade que eu tive, eu literalmente caí de para quedas, e me formei, eu precisava trabalhar então lá estava precisando de psicólogo, vamos, vamos...”.

Dos sete sujeitos entrevistados, apenas Sarah (2016) relatou estar no CRAS por escolha:

[...] Eu sempre tive vontade de fazer essa parte social, sempre me chamou atenção, mas como a clínica ficou durante um tempo assim, me absorvendo muito e tinha dias que eu trabalhava o sábado o dia inteiro, você entendeu, então eu não tinha muito tempo de parar. Era atender, atender, atender... Só que eu sempre quis fazer essa parte para parte carente... [...] eu queria ver mais o resultado, entendeu. E eu não via, e eu estava começando a me sentir sozinha, eu sempre gostei de trabalhar em equipe.

O CRAS tem sido uma primeira oportunidade de trabalho para muitos psicólogos recém-formados, o reordenamento dos serviços assistenciais e a exigência do profissional de psicologia na composição da equipe técnica abriram vários postos de trabalho para esta categoria profissional.

Contudo, hoje, há cerca de 14 mil profissionais vinculados ao campo da assistência social. O boom se deu a partir da Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS, 2004), que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual o profissional de psicologia está previsto na equipe mínima dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Sem dúvida, a assistência social se constitui como maior campo de empregabilidade para o psicólogo nos últimos anos, sendo que, conforme pesquisa (Cruz, 2009; Macedo et al 2011), são os jovens com até cinco anos de formação que estão trabalhando, majoritariamente, nos Centros de Referências em todo país. (CRUZ, 2013, p.184).

Os psicólogos ao concluir os cursos de formação, não têm como objetivo profissional atuar em políticas sociais, pois embora consigam vislumbrar outras possibilidades de atuação além da clínica estes não são preparados para atuar nesta área, como afirma Maria (2016), “[...] na faculdade eu fiz bastante estágio, fiz estágio em psicologia escolar, psicologia hospitalar, fiz em clínica, organizacional, não fiz em psicologia social... Risos. Achei que eu não ia para essa parte aí”.

Observa-se que a tardia inserção da Psicologia nas práticas de cunho social deve-se a uma perspectiva individualizante que predominou por muito tempo no meio psicológico. E tem como consequência uma formação ainda predominantemente voltada para clínica, que não prepara o profissional para atuar junto a uma realidade social de pobreza e exclusão, mas

é voltada para as classes mais abastadas. Matín-Baró (1996, P. 13) sobre a atuação do psicólogo afirma:

[...] a maioria dedica sua atenção predominante, quando não exclusiva, aos setores sociais mais ricos, e que sua atividade tende a centrar de tal maneira a atenção nas raízes pessoais dos problemas, que se esquecem dos fatores sociais (ver também Zúñiga, 1976). O contexto social converte-se assim em uma espécie de natureza, um pressuposto inquestionado, frente a cujas exigências “objetivas” o indivíduo deve buscar a solução para seus problemas de modo individual e “subjetivo”. Com este enfoque e com esta clientela, não é de se estranhar que a psicologia esteja servindo aos interesses da ordem social estabelecida, isto é, que se converta em um instrumento útil para a reprodução do sistema.

Vygotsky com sua teoria contribui significativamente para a construção de uma psicologia que valoriza os aspectos sociais no desenvolvimento humano e para o autor o homem não pode ser compreendido fora de seu contexto sociocultural.

Desde os primeiros dias de desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigida a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. [...] Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. (VYGOTSKY, 1991, P.33)

Ao destacar as relações sociais como fundamentais para a constituição do sujeito, Vygotsky inaugura na Psicologia uma nova forma de compreender a subjetividade, que não pode ser entendida fora do contexto social e histórico que a produziram, evidenciando que uma perspectiva individualizante não consegue dar conta da complexidade do humano. E, portanto, essa psicologia que se intitula social vem possibilitando outras práticas no âmbito da ciência psicológica que se diferencia da clínica tradicional.

Em pesquisa realizada por Lisboa e Barbosa (2009), sobre a formação em Psicologia no Brasil, que procura apresentar o perfil dos cursos de psicologia, feita com base nos dados do Cadastro das Instituições de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC). Ficam evidentes algumas carências percebidas na formação, os autores afirmam que está presente:

[...] uma grande insatisfação no que tange à formação do psicólogo brasileiro. Esta é vista como extremamente deficitária tanto no que se refere à formação técnica quanto, e principalmente, à formação epistemológico-científica. Nesse sentido, Souza (2005, p. 46) afirma que a comunidade acadêmica frequentemente defende, em contraposição ao atual modelo, uma formação “socialmente comprometida, reflexiva, ética, generalista, pluralista, interdisciplinar e que articule o compromisso social com as condições concretas postas pelo mercado”. Porém, Witter e Ferreira (2005, p. 23) asseguram que, “por melhor que seja o curso de graduação, não é

possível considerar que seja suficiente para formar bem o profissional para atuar em qualquer área”, daí a crescente procura por cursos de pós-graduação. (LISBOA; BARBOSA, 2009. P.724-725)

De acordo com os autores a qualidade dos cursos no Brasil é insuficiente, e os profissionais não saem do curso de graduação preparados para atuação, é destacada a grande quantidade de cursos de pós-graduação, fator este também evidenciado nesta pesquisa, onde apenas dois dos sete sujeitos investigados, não são pós-graduados. E persiste a crítica ao atual modelo de formação que não privilegia o compromisso social e uma perspectiva crítica de atuação.

Embora não sejam preparados para atuar em políticas públicas, os profissionais acabam se dirigindo para estes setores, por ser a oportunidade de trabalho que está disponível no mercado. No entanto enfrentam as dificuldades de uma formação insuficiente, voltada para outra clientela e focada numa perspectiva individualizante de atuação.

4.4.2 Realização Profissional

Quando se dirige a reflexão para o nível de satisfação dos psicólogos nessa área de atuação os entrevistados são unânimes em dizer que se sentem realizados em trabalhar no CRAS e gostam desta modalidade de atendimento, apesar de citarem inúmeras dificuldades encontradas nesta práxis, que vão desde a falta de referências de atuação até às muitas carências de natureza material e na estruturação das políticas públicas. Quando questionada se gosta de trabalhar no CRAS e o porquê, Rute (2016) afirma:

Gosto, estou gostando né, que é recente. [...] Poder ver essa família ter uma esperança, de estar mudando, de estar levando alguma coisa para aquela família, um sentido, até mesmo das crianças aqui que eu nesse pouco tempo a evolução de várias crianças dentro do serviço.

Concordando também temos as colocações do Ester (2016):

Eu gosto porque, desde quando eu comecei, você consegue ver isso. Você faz um trabalho de qualidade, você consegue ver resultado, ver diferença. [...] então eu gosto muito, gosto de estar junto com a comunidade com as pessoas, esse trabalho em grupo muito me agrada, porque eles trazem muito, a gente troca experiência... (2016).

Pode-se destacar ainda a fala de João (2016):

[...] Eu confesso que comecei assim meio com certo receio, mas à medida que a gente vai conhecendo, eu particularmente fui me identificando muito, fui me identificando porque, sendo formado, a gente vem de uma formação enquanto psicólogo muito para clínica e para o indivíduo, no CRAS eu percebi com bastante evidencia a questão da importância, da influencia social. [...] a gente se voltar um pouco mais para as questões de contexto social, de contexto político, de contexto familiar, amplia nossa visão, acho que esse é um aspecto, um dado bem positivo. Tem outro que é o contato e a integração com os outros profissionais, com os quais a gente vai aprendendo e vai percebendo maneiras diversas de olhar para um determinado fato, então a gente vai se enriquecendo com esse contato. O outro é a questão da vinculação que a gente vai criando com a comunidade, a gente vai se tornando como um conhecido, a gente vai se tornando referencia, então a gente vai se vinculando com a comunidade, na medida em que a gente também vai conhecendo mais o território em que a gente atua. Tem essa questão positiva também da psicologia na unidade do CRAS é que tem se aberto a vaga para atuação desse profissional é um espaço de atuação que possibilita a uma grande parcela da população que antes não tinha contato com o psicólogo, agora conhecer o trabalho psicológico, do psicólogo né, então acho que gera uma proximidade maior com a população e daí desmitificar algumas concepções presentes no imaginário das pessoas a respeito da figura do psicólogo.

A fala de Mateus (2016) também afirma esse ponto de vista:

Eu gosto, não é um lugar que me traz paz não, mas me traz aprendizado. Eu me sinto livre para trabalhar, porque eu não consigo trabalhar sobre pressão, sobre prazo, eu tenho os meus prazos, e eu faço nos meus prazos, eu tenho até o quinto dia útil para mandar o relatório, só que eu não tenho ninguém que fica no meu pé, martelando, nem me prendendo de fazer as coisas, eu preciso fazer alguma coisa, chefe estou fazendo isso beleza? Beleza, vai lá, faz. O que me deixa tão à vontade para trabalhar no CRAS, eu trabalho descalço, é essa liberdade que eu tenho, que eu não consigo ficar preso, eu sou bem solto, eu gosto de interagir com todo mundo, não tem um que eu falo... Ah não gosto dessa pessoa aqui dentro, eu trabalho com todo mundo... [...] somos elogiados pelo que fazemos, significa que o que da para fazer, nós fazemos bem feito, porque eu acho que o que compensa é isso, nós não podemos fazer tudo, não conseguimos fazer PAIF ainda, mas o que estamos fazendo, fazemos bem feito.

As questões elencadas como aquelas que trazem mais satisfação é o contato com a comunidade, o vínculo, a percepção dos bons resultados quanto à superação das vulnerabilidades pelas famílias atendidas, o trabalho em equipe multidisciplinar, a popularização da psicologia, a possibilidade de um olhar diferenciado para o sujeito, focado numa perspectiva histórica e social, além da autonomia e liberdade no trabalho.

Para complementar essa discussão analisaremos a seguir os pontos negativos e positivos da atuação no CRAS, visando compreender a contradição expressa na satisfação profissional relatada pelos sujeitos, em contraposição as dificuldades descritas por estes profissionais, devido à precariedade com que é estruturada a política pública no contexto observado.

4.4.2.1 Dos Pontos Negativos

Com relação aos pontos negativos observamos uma prevalência de fatores ligados à estruturação da política pública, que evidencia falta de recursos materiais e humanos necessários ao seu bom desenvolvimento.

Sobre as dificuldades em trabalhar no CRAS o Mateus (2016) afirma:

O principal negativo é essa questão política, ela interfere muito no serviço, porque de repente o serviço está a mil, está funcionando, está fluido e para, corta o coordenador, e o coordenador é a cabeça da unidade, então você pensa como os funcionários ficam... [...] Então essa questão da política, ela deixa as pessoas com muito temor, agora diz que SELETA e OMEP, vão ter que cortar todos os convocados, e já estão todos com medo, isso atrapalha o serviço... [...] tem a questão de estrutura, eu acho que o ponto negativo também é a remuneração, são bastantes implicações.

Na opinião de Rute (2016) são várias as dificuldades:

Então tem muitas, a falta de estrutura, a gente não tem locais adequados para estar desenvolvendo as atividades, com certeza esse é um dos pontos que pegam muito. Outro ponto que a gente tem muita dificuldade aqui é na internet, a gente não tem sistema de internet, então até para desenvolver uma atividade, a gente quer planejar, nosso trabalho aqui, eu trabalho 8 horas, muitas vezes eu chego em casa vou fazer o planejamento em casa.

E ainda sobre as dificuldades completa Maria (2016):

[...] a maior dificuldade é um território muito grande para uma equipe técnica pequena, nos somos 4 que atendemos 35 bairros, como né, é impossível, não dá pra assumir isso nunca... [...] e às vezes alguns profissionais eles não foram selecionados com um perfil né, então será que essa pessoa tem o perfil para trabalhar na assistência, os educadores sociais... [...] ou acha que o que a gente está fazendo não é técnico, acha que a gente está fazendo... Ah porque eu sou boazinha... [...] a visão que talvez até mesmo o público tem da gente, que é pra receber cesta básica, pra receber colchão, é para isso, então eu recebi um não porque a psicóloga é chata, algumas coisas assim.

São apontadas como dificuldades principais, o favoritismo político que predomina na seleção dos funcionários da assistência social, que não leva em conta o perfil para o cargo. Muitas carências materiais são elencadas, como ausência de espaço físico adequado para a realização dos atendimentos, falta de recursos como internet, número reduzido de

profissionais para um território muito grande, remuneração ruim, carência de uma identidade bem definida do psicólogo e suas atribuições.

A pesquisa realizada por Biasus e Franseschi (2015), no Rio Grande do Sul, sobre as características e desafios da atuação do psicólogo no CRAS, permite-nos identificar algumas diferenças entre os resultados encontrados naquela região e os que foram aqui apresentados. Nesta pesquisa, do tipo estudo de campo descritivo, os pesquisadores enviaram através de meio eletrônico um questionário padronizado aos psicólogos que atuam em CRAS na região de Umuarama-RS, que é composta por 34 municípios, foram identificados 29 psicólogos atuando nesta região e 16 deles responderam ao questionário. Seguem-se algumas conclusões:

Pôde-se observar a partir deste estudo que o trabalho desenvolvido pelos profissionais da psicologia nos CRAS tem seguido muito daquilo que as normas operacionais estabelecem nos manuais, por outro lado fica evidente a dificuldade em estabelecer com clareza o papel do profissional psicólogo nesta política. Entre os desafios destaca-se, sobretudo, as dificuldades de relacionamento interpessoal e trabalho em equipe e a implicação das dificuldades de definição de papéis. Estas situações precisam ser trabalhadas estrategicamente pelos atores do CRAS buscando a resolução. [...] Outro ponto que merece destaque é que embora a maioria dos municípios tenha o profissional no CRAS de acordo com a legislação, alguns ainda precisam desenvolver outras atividades, o que por vezes dificulta a realização do trabalho na política de assistência. (BIASUS e FRANCESCHI, 2015, P.32)

Destaca-se como ponto comum a dificuldade em estabelecer com clareza a identidade profissional do psicólogo no CRAS e a insuficiência de recursos humanos. No entanto as dificuldades de relacionamento com os integrantes da equipe multidisciplinar não foram apontadas como pontos negativos entre os sujeitos desta pesquisa, pelo contrário o trabalho em equipe foi apontado como ponto positivo. Observa-se que a pesquisa de Biasus e Franseschi (2015) também destacam dificuldades relacionadas a carências presentes na estruturação da política pública.

Essa precariedade na execução da política de assistência social é atribuída ao baixo valor do co-financiamento repassado pelas esferas federais e estaduais da gestão compartilhada, assim como a ausência de financiamento dessas duas esferas para contratação de recursos humanos, ficando essa despesa a ser custeada unicamente pelos municípios, fator esse que tem como consequência uma precarização das condições de trabalho. Esta realidade também foi constatada por esta pesquisa, onde se evidenciou que entre os entrevistados apenas João é concursado, os outros profissionais tem vínculos de trabalho temporários e é apontada pelos sujeitos a questão dos baixos salários. A pesquisa realizada por Camolesi (2013, P. 82) também confirma estas informações, quando o autor afirma que ocorre:

[...] absoluta prevalência dos co-financiamento dos municípios a serviços exceto nas regiões norte e nordeste do país, o que demonstra que são estes os que mais suportam orçamentariamente a expansão do SUAS. Os estudos de Coelho (2013) exemplificam esta questão – na região metropolitana de Campinas, em 2010, o montante co-financiados pelos municípios foi de 89%, enquanto que o Estado destinou 2,5% e a União 8,5%. Em virtude do processo de implementação do SUAS, com a conseqüente cobertura ampliada de serviços, observa-se uma forte evolução do quadro dos trabalhadores do SUAS. [...] No entanto cabe indagar a qualidade da vinculação. Paiva (2011) apresenta os dados da Munic/IBGE que revelam um crescimento de 30,7% no contingente de trabalhadores do SUAS entre 2005/2009, mas o número de trabalhadores sem vínculo permanente cresceu 73,1% o que significa que a maioria dos novos empregos mantem contratos de trabalho precário e que 44,6% não possuem vínculo permanente; apenas 39% dos trabalhadores são estatutários, segundo o senso SUAS de 2010.

A insuficiência dos recursos destinados à assistência social e a má gestão por parte dos municípios, com o desvio das verbas destinadas à assistência social para ações de saúde, educação, urbanismo, habitação e outras, situação autorizada pela legislação vigente, também são apontados como fatores responsáveis pela precariedade na execução da política. Nesse sentido Zican et. al. (2015) afirma:

Apesar do estabelecimento de novas bases para o financiamento da assistência social que assegurou mudanças nas fontes definindo-as e diversificando, historicamente os recursos são insuficientes e situadas numa lógica perversa. Lógica essa que a demanda social é sempre superior aos recursos destinados à execução de serviços que de fato respondam as necessidades sociais que emergem para os profissionais durante a execução dessa política pública.

Desta forma apresentam-se inúmeras dificuldades ao profissional de psicologia no CRAS, pois tem que atuar em meio à precariedade de uma política pública recentemente fundada e que ainda apresenta muitas fragilidades que vão desde a gestão financeira, até a dificuldade em estabelecer seu lugar e sua importância em meio às outras políticas públicas.

4.2.2.2 Dos Pontos Positivos

Sobre os pontos positivos de atuar no CRAS, Rute (2016) aponta:

Do ponto de vista pessoal é isso verificar, você fala assim... Ah fazer o bem, não é só isso né, acho que pensar num todo, como melhoria da sociedade, estar contribuindo de alguma forma, isso para mim é um retorno pessoal. E profissional é ser reconhecida, o pouco tempo que estou aqui também estar tendo esse reconhecimento.

Nesta perspectiva, Ester (2016), destaca como pontos positivos da atuação no CRAS principalmente os resultados obtidos no desempenho do trabalho “Acho que a emancipação do indivíduo, busca pela autonomia que eles têm... Minha atuação aqui nos grupos”.

Mateus (2016) tem a seguinte opinião:

De ponto positivo, a minha liberdade para o trabalho... [...] Essa questão do crescimento da política, eu penso numa perspectiva de futuro assim, eu acho que é uma política que pode mais... [...] Então vejo um campo que é bom de trabalhar, só que é aquela coisa tem que desenvolver, o profissional tem que se arriscar dentro, tem que procurar, tem que formular estratégias e tem que construir o conhecimento.

Verifica-se aqui que são apontados como fatores positivos da atuação no CRAS: o poder colaborar para a transformação social; o reconhecimento do trabalho do psicólogo neste contexto como algo profícuo; a emancipação dos sujeitos possibilitada pela intervenção do profissional; a atuação com grupos; a liberdade no ambiente de trabalho e uma perspectiva de crescimento da política.

Essa resposta positiva do psicólogo em relação a sua atuação no CRAS evidenciada quando os sete sujeitos entrevistados afirmam gostar do trabalho que realizam, apesar das muitas dificuldades levantadas, demonstra uma perspectiva de continuidade, de acordo com Vygotsky:

Se fazemos alguma coisa com alegria as reações emocionais de alegria não significam nada senão que vamos continuar tentando fazer a mesma coisa. Se fazemos algo com repulsa isso significa que no futuro procuraremos por outros meios interromper essas ocupações. Por outras palavras, o novo momento que as emoções inserem no comportamento consiste inteiramente na regulação das reações pelo organismo. (VIGOTSKI, 2001, p. 139)

A satisfação relatada pelos sujeitos em atuar no CRAS, a despeito da precariedade na estruturação da política pública e das dificuldades enfrentadas por este profissional, demonstra sua motivação para superar essas problemáticas e se estabelecer nesta modalidade de atuação, que além de trazer bons resultados no sentido de levar os indivíduos a superação das vulnerabilidades, tem promovido realização profissional, de acordo com os dados levantados nesta pesquisa. Não se localizou outros estudos que trouxessem a questão da satisfação dos psicólogos que atuam no CRAS, para realizar uma análise comparativa com os resultados aqui encontrados.

4.4.3 Identidade

Quando nos detemos a analisar a questão da identidade do profissional da Psicologia no CRAS, nos deparamos com uma discussão bastante atual. Seis dos sujeitos desta pesquisa afirmam que o psicólogo que atua em CRAS não tem uma identidade profissional bem definida, apenas uma discorda dessa opinião. Os sujeitos relatam não ter clareza de qual sua função e os limites de sua práxis no contexto do CRAS, e que outros profissionais e usuários também não conseguem compreender exatamente qual é o seu papel.

Apenas Sarah afirmou ter clareza do seu papel no CRAS e que esta identidade esta bem definida para os que com ela convivem, seja enquanto equipe de trabalho ou público a ser atendido, no entanto ao justificar sua resposta, entra em contradição. Quando questionada sobre ter clareza do seu papel no CRAS afirma:

Eu comecei a ter, no começo eu fiquei assim como todo mundo que chega num local novo né, você fica meio perdido, mas assim perdido entre aspas, perdida eu não estava totalmente, às vezes tinha o trabalho da assistente social, ela sabe que vai chegar falando sobre bolsa família, sobre gestante, sobre aquilo outro, mas eu já peguei o que tem que ser feito, nós trabalhamos é... Buscando né integração familiar, pelo menos é uma das coisas que eu acho muito interessante, essa integração familiar, trabalhar a família, encaminhar para os lugares onde precisa ser encaminhado. (SARAH, 2016)

E quando questionada sobre se o outro tem clareza de sua função no CRAS responde:

Teoricamente sim, mas tem horas que, não sei isso acaba fugindo um pouco. Mas está todo mundo acho que procurando, porque na verdade, esse CRAS aqui sempre tem coisa para fazer, mas a hora que dá um espaço, quando você chegou estava... A outra vez que você chegou eu também estava com a mesa cheia de papel, toda cheia de coisa. Mas quando dá assim eu procuro estudar um pouco as coisas do CRAS aqui né, então faz 12 anos que esse CRAS foi inaugurado, se você parar para pensar com toda política que tem, com todas as coisas é bem novo né. (SARAH, 2016).

Embora inicialmente afirme ter bem definida sua identidade como psicóloga atuando em CRAS, ao justificar sua resposta Sarah relata que busca por uma melhor compreensão de seu trabalho, através de momentos de estudo, e que a implementação da política de assistência social é muito recente, o que justifica a ausência de diretrizes bem definidas de atuação. Destaca-se também o fato de Sarah ser, entre os sujeitos da pesquisa, a profissional com menor tempo de atuação no CRAS, apenas um mês, o que justificaria essa falta de reflexão sobre a sua prática, evidenciado pela contradição em sua fala.

Os outros seis sujeitos da pesquisa, entretanto, afirmam não ter bem definido qual é sua função, destacando que essa falta de uma identidade bem definida dificulta sobremaneira o seu trabalho, pois não conseguem limitar até onde vão suas atribuições e muitas vezes

acabam por assumir funções de outrem, ou lhe são exigidas práticas que estão fora de suas atribuições neste campo pelos profissionais com os quais atuam e pelo público que atendem. Como se pode verificar na fala de Marta (2016), “Eu achava que parecia que tinha uma prática mais ali no campo do serviço social do que da psicologia, então isso trazia em alguns momentos uma confusão, de uma identidade profissional”.

Maria (2016), quando questionada sobre ter clareza da função do psicólogo na política de assistência social concorda:

Acho que eu tenho do que eu executo aqui, de quais são as minhas tarefas aqui neste CRAS, acho que eu não tenho clareza do papel do psicólogo na assistência social na proteção básica, eu acho que isso ainda está confuso, porque é uma coisa que ainda está se construindo... [...] os usuários são assim, como a comunidade enxerga o CRAS, pelo menos aqui, então muitos não conhecem, não sabem que existe uma política de assistência, que está aqui para garantir acesso a direitos, eles descobrem o CRAS quando alguém conta para eles que aqui tem algum tipo de benefício... [...] Acontece algumas vezes, mas não é comum, de às vezes procurar o psicólogo aqui pensando que aqui faz atendimento psicológico da saúde... [...] Então eu acho que a comunidade não tem clareza do que é o CRAS, não só do que é o papel de cada um. (SUJEITO 1, 2016)

Ester (2016), afirma:

Olha é difícil, o trabalho é... Eu entrei pra trabalhar sem saber exatamente porque eles te colocam técnico de nível superior, então a gente lê é muito bonitinho né, você lê lá no PNAS falando, tem o CREPOP, qual é a atuação do psicólogo, mas assim, não tem uma clareza, eu faço aquilo voltado para o ser humano, para a comunidade, para as pessoas, para as famílias, mas assim o psicólogo em si o que faz no CRAS, ainda tem dúvida, vou ser sincera. A gente faz tentando ajudar porque não tem assim, não separa o que é do assistente social e o que é do psicólogo. Só tem uma atuação do assistente social que o psicólogo não pode fazer, que é a questão do LOAS, mas assim o que o psicólogo faz, que o outro profissional não possa fazer, não tem, não tem isso específico não, o nosso trabalho é assim. [...] Eu vejo que eles têm dificuldade, eles vêm procurando, normalmente eles chegam ali procurando o assistente social, porque eles vinculam a profissão do assistente social com a assistência social, com a política e aí o psicólogo, ele é um técnico de nível superior dentro do CRAS, faz um trabalho, procura ver essas questões, procura resgatar, mas ele não tem uma clareza, eu acredito que o usuário também não tem. (2016)

Nesta perspectiva, Rute (2016) completa:

É um pouco confusa essa questão, porque tem muita divergência de pensamento, até mesmo o usuário, ele não sabe se ele está vindo aqui pra ser atendido, ele acha que tem direito de ser atendido como psicólogo clínico e quando a gente somente faz encaminhamento, eu acredito que é muito relevante o papel do psicólogo dentro do CRAS, tem o assistente social, mas sempre trabalhando em conjunto, saber qual o papel do assistente social e qual o papel do psicólogo. Mas realmente tem essa confusão assim, qual que é o papel do psicólogo? (2016).

Os sujeitos descrevem uma confusão quanto a sua identidade enquanto psicólogos atuando no contexto do CRAS, que também é compartilhada por outros profissionais e pelo público com os quais trabalham. Salienta-se que a formação da identidade se dá por um conjunto de aspectos que caracterizam o indivíduo, e é também determinada pela atividade que desenvolve. Como afirma Ciampa (1989, P. 64) “[...] contudo é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo: ao pecar, pecador; ao desobedecer, desobediente; ao trabalhar, trabalhador. [...] nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática”.

A identidade é, portanto, constituída de forma social, ou seja, de acordo como o sujeito é percebido e representado pelo outro, e por ser um fenômeno social está sempre em movimento, sobre essas características Ciampa (1989, P. 65) também destaca:

Com efeito, se estabelecemos uma distinção entre o objeto de nossa representação e a sua representação, veremos que ambos se apresentam como fenômenos sociais, conseqüentemente como objetos sem características de permanência, não sendo independentes um do outro.

Acredita-se que essa dificuldade dos psicólogos em se reconhecerem e serem reconhecidos em quanto tal quando desenvolvendo suas atividades no CRAS seja consequência de um histórico de prática clínica, pois a imagem no psicólogo clínico ainda permeia o imaginário social como a única representação possível deste profissional.

A pesquisa desenvolvida por Lahm e Boekel (2008) no Rio Grande do Sul sobre a Representação Social do psicólogo destaca que este profissional é identificado e reconhecido como clínico.

[...] vê-se, através dos elementos trazidos pelos participantes deste estudo, que a atuação do psicólogo encontra-se vinculada a atendimentos individuais com ênfase no aspecto curativo. Essa situação tem contribuído para uma consolidação da RS do psicólogo marcada exclusivamente pelo seu caráter terapêutico/clínico, dificultando a construção de uma visão em que o profissional da psicologia possa atender em diferentes âmbitos, como o institucional e comunitário. (p. 91)

Nesta perspectiva Bock (1999) afirma, “Temos uma identidade profissional que reflete a prática importante que temos tido, porém elitista, restrita, pouco diversificada e colada às necessidades e demandas de setores dominantes de nossa sociedade.” (P.328).

Não está ainda instituída uma identidade do psicólogo desenvolvendo uma prática de cunho social, comprometida com essa realidade, realizando atividades voltadas para o público socialmente vulnerável e em outros espaços, que não a clínica a escola e a empresa, gerando

uma confusão identitária envolvendo os profissionais que atuam fora das áreas tradicionalmente estabelecidas.

4.4.4 Atividades Desenvolvidas

Na tentativa de compreender o que de fato tem caracterizado a prática do psicólogo no âmbito do CRAS pediu-se que os sujeitos descrevessem sua rotina de trabalho e as atividades que executam diariamente. Seguem-se alguns relatos:

Eu fico de plantão aqui recebendo atendimento de demanda espontânea 3 vezes por semana... [...] eu referencio o serviço de convivência de 6 a 17, para referenciar eu tenho um meio de conversa com as educadoras sociais... [...] Então planejar esse serviço, a execução desse serviço, a conversa com elas e a partir desse ano estou tendo um contato mais de proximidade com a família... [...] a gente está com uma proposta de começar um grupo PAIF com esses pais de público prioritário, trabalhar orientação, como cuidar do filho... [...] eu faço visita domiciliar, do que eu atendo aqui, o que chega de encaminhamento por fora, de outras políticas, ou da especial, e eu estou começando a planejar rede com a gestora aqui, com a coordenadora aqui do CRAS gente está começando a planejar um trabalho em rede... [...] Também referencio uma unidade, que é uma ONG que a gente tem aqui que se chama IDE... (MARIA, 2016).

Aqui nós atendemos ao público, que vem por demanda espontânea, fazemos visitas domiciliares que são encaminhadas pelo Conselho tutelar, pelo Ministério Público, pelo CREAS, a gente faz acompanhamento, faz a visita e aí verificada as necessidades a gente faz o acompanhamento dessas famílias, tem uma interlocução com os outros órgãos. [...] Outra atividade desenvolvida é a supervisão das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a gente faz todo o planejamento junto com os educadores, então cada um fica responsável por um grupo. [...] a gente também acompanha o grupo da medida socioeducativa, o CREAS encaminha para a gente acompanhar, a gente direciona as atividades e encaminha e encaminha esse adolescente, no caso. (RUTE, 2016)

[...] eu faço atendimento ao público geral, todas as demandas, e sou responsável pelas crianças e adolescentes... [...] Então eu dou subsídio para o serviço, eu planejo, eu organizo, eu faço matrícula das crianças, eu vejo quem é meu público, porque eu tenho que ter 50% de público prioritário e eu tenho 25%, então eu fico com os aspectos técnicos, de todo processo do grupo. Eu tenho que fazer o PAIF, que é pegar essas famílias prioritárias, fazer um acompanhamento pra ver porque está nessa situação, fazer um planejamento para ela sair da situação, esse também é o papel... Eu faço visita domiciliar, pelo menos uma vez na semana. Sou responsável pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil também, então eu que faço o acompanhamento dessas famílias que estão se enquadrando no PETI... [...] E tem o kit da verdura também do CPA, que eu peguei, fiz um cadastro, 360 famílias eu cadastrei, aí tive que organizar todo esse processo, eu fiz uns cartõezinhos bonitinhos, deixei tudo estruturado. Nesses seis meses que eu estou aqui, o que eu vejo que eu fiz como psicólogo é organizar, organizar as coisas para começar a desenvolver, porque ano passado a única ação que eu consegui fazer dentro do serviço, foi assim que eu cheguei, a assistente social ainda estava aqui, que ela me acompanhou em um mês só né, aí eu consegui fazer uma semana de conscientização sobre o Bullying... [...] Quando eu cheguei eu programei o projeto da horta... [...] Eu

tenho os rapazes da medida socioeducativa, que são adolescentes e tem maiores de 18 anos também. (MATEUS, 2016)

Comparando a descrição dos sujeitos de suas principais atividades ao que está proposto nas Orientações Técnicas Centro de Referência da Assistência Social CRAS e também ao conteúdo das Diretrizes para Atuação do Psicólogo no CRAS do CREPOP, ambos citados no item 3.3 deste trabalho, é possível observar que estes profissionais apresentam uma prática bastante coerente com o que está posto na política de assistência social, demonstrando amplo conhecimento da política, de suas estratégias e objetivos, assim como das diretrizes para atuação do psicólogo neste campo.

Apenas no relato de Sarah verifica-se uma fala discrepante, no que se refere à descrição das atividades, pois esta afirma fazer o atendimento de outros funcionários, assim como utilizar-se de recursos como testes psicológicos para realizar a avaliação individual de crianças, ações estas que não são descritos entre as atribuições dos profissionais de psicologia que atuam no CRAS.

Ontem na segunda-feira, eu trabalhei com o grupo de gestantes, das 2 horas até 3:30, na terça-feira que é hoje, então tem a parte de bordar, tem os grupos varia, tem esporte. Na sexta-feira tem o grupo de idosos também pela manhã, estão sempre aí, alguma coisa a gente põe relaxamento, uma dinâmica, palestra... [...] os professores quando estão com problemas eles se comunicam para pessoa que é responsável por essa parte dos professores e vem até mim converso, eu oriento. Alguma criança também que está ali, vem e observo o comportamento, agendo para ir fazer a visita com a família, ver como está essa parte familiar, é assim... Agora se está dentro ou está fora eu não sei, a gente procura fazer né, porque às vezes a criança está ali e vem aqui e conversa, e se coloca ela na verdade ela não tá nem sabendo, eu aplico às vezes o HTP... [...] eu oriento professora em relação à família, fazer visita, a gente faz visita, que é a parte de integrar né. (SARAH, 2016)

Sarah particularmente descreve uma prática ainda individualizante, focada na psicoterapia individual, que pode ser justificada pelo seu histórico de 30 anos de atuação na área clínica e pelo fato que a formação em psicologia há 30 anos tenha sido mais voltada para este modelo que atualmente.

Verifica-se neste caso uma resistência das práticas da clínica tradicional, que permanece entre as atividades do psicólogo no CRAS, esta situação também foi observada em outros estudos. Como se pode observar nos resultados das pesquisas da equipe do CREPOP do Rio Grande do Sul sobre a atuação do psicólogo no SUAS. Reis, Giugliani e Pasini (2014, p.156) chegaram a seguinte conclusão:

No desenvolvimento das pesquisas identificou-se que ainda é frequente, no âmbito da assistência social, profissionais que realizam atendimentos individuais no formato de psicoterapias, sendo que esse fator atrelado à justificativa da ausência ou insuficiência de psicólogos na rede pública que possam oferecer atendimento nesta modalidade para a imensa demanda que se apresenta. Nesse caso, cabe questionar a própria construção dessa grande demanda de atendimento em psicoterapia. O que levantamos aqui é a hipótese de que essa possa não ser uma demanda de atendimento psicoterápico, mas de cuidado em saúde mental que pode ser trabalhada por meio de outras clínicas possíveis que não aquelas relacionadas ao atendimento psicoterápico individual.

Ainda não está amplamente disseminado o conhecimento sobre a clínica ampliada e outras modalidades de atendimento em psicologia, fator este que costuma reduzir essa ciência à prática da psicoterapia individual. No entanto, verifica-se que novas práticas psicológicas têm ganhado espaço e tem conseguido se posicionar frente à tradição histórica da clínica, pois apenas um entre os sete sujeitos entrevistados apresentou uma atuação profissional ainda voltada para clínica individual.

Destaca-se a importância da consolidação das práticas de cunho socioeducativo, que abrem novas possibilidades aos psicólogos, permitindo uma popularização do conhecimento psicológico que pode tornar-se muito mais abrangente e inclusivo, e desmistificar a ideia de que o atendimento psicológico individual é a única possibilidade de intervenção, levando inclusive a uma redução da demanda de atendimentos psicológicos realizados pela política de saúde, e abrindo espaço para o trabalho do psicólogo nas políticas de assistência social e educação.

Quando nos detemos a investigar a atividade humana compreendemos que esta é a ação intencional do indivíduo sobre o meio, e que a atividade é fundamental para o desenvolvimento da personalidade, pois é nesta inter-relação mediada do indivíduo com o mundo que se constitui suas características especificamente humanas. Leontiev (1978) assim descreve essa relação:

Em outra abordagem da personalidade, a base é a categoria da atividade humana objetiva, a análise de sua estrutura integral, sua mediação e as formas de reflexo psíquico que gera. Esse tipo de abordagem permite, desde o início, uma resolução preliminar da questão a respeito do que forma uma base estável para a personalidade; exatamente o que entra e o que não entra na caracterização do ser humano, especialmente enquanto personalidade, também depende disso. Essa decisão é feita com base na suposição de que a base real para a personalidade humana é o agregado de suas relações com o mundo, que são sociais por natureza, porém relações que são realizadas, e são realizadas através de sua atividade, ou, mais precisamente, pelo agregado de suas atividades multifacetadas.

Verifica-se então a atividade laboral como algo estruturante e fundamental ao desenvolvimento humano, Leontiev em sua teoria destaca que a atividade não é realizada espontaneamente, mas há uma série de necessidades e motivos que induzem o ser humano a desenvolvê-la, e que essas motivações não são apenas biológicas, mas estão no complexo nível da consciência onde o trabalho adquire um sentido pessoal para o homem e este sentido é o que dirige suas ações.

[...] certos motivos que induzem a atividade também lhe dão sentido pessoal; vamos chamá-los de motivos formadores de sentido. Outros que coexistem com eles e exercem o papel de fatores de estimulação (positiva ou negativa), às vezes fortemente emocionais e afetivos, não têm a função da formação de sentido; chamaremos esses motivos literalmente de motivos-estímulos. Caracteristicamente, quando uma atividade, importante em seu próprio sentido pessoal para o homem, encontra, no curso de sua realização, um estímulo negativo que elicia, até mesmo, uma experiência emocional forte, então seu sentido pessoal não se altera por causa disso; muito frequentemente, uma outra coisa acontece: especificamente, ocorre, de forma única, um rápido descrédito da emoção eliciada. Este fenômeno bem conhecido leva-nos a pensar, mais uma vez, no problema das relações entre as experiências emocionais e o sentido pessoal. (LEONTIEV, 1978).

Na ausência de sentido pessoal o indivíduo pode, portanto se tornar apático a uma atividade, ou esta tornar-se aversiva quando adquire um significado ruim, fator que pode levar inclusive ao adoecimento do trabalhador que realiza uma atividade que lhe é alienante, desgastante e não atribui significado para seus esforços.

O trabalho é uma forma do ser humano se realizar, desenvolver suas potencialidades físicas e mentais, quando comanda seu processo de trabalho e coloca uma finalidade nele, este é o trabalho que humaniza e que Marx chamou de práxis, objetivação. No entanto, o trabalho alienado é a negação desse trabalho, é um trabalho forçado, apenas um meio para satisfazer outras necessidades (o salário satisfaz outras necessidades), logo ele é mortificação. (VIANA, 2011).

Portanto, destaca-se entre os profissionais a necessidade de ter clara as suas atribuições e objetivos a que se destinam, assim como seu papel e importância em seu contexto de atuação, para que o trabalho possa ser significativo, promovendo satisfação profissional e saúde ao trabalhador.

4.4.5 Estratégias e Instrumentos

Sobre as estratégias e instrumentos dos quais os psicólogos se utilizam em sua prática diária para atingir os objetivos dos serviços do CRAS, observa-se os seguintes relatos:

[...] eu acho que a minha ferramenta é a escuta, e a partir dessa escuta a gente vai atender essa demanda conforme a realidade que essa pessoa precisa né. Se a gente reconhece que existem algumas fragilidades maiores que precisa de um acompanhamento, como essa família é organizada, como estão às condições de proteção e de cuidado com ela. (MARTA, 2016)

[...] a gente insere as crianças naquilo que a gente chama de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, abarca praticamente todas as fases da vida do indivíduo ou da pessoa, do zero aos cento e poucos anos, então tem serviço, por exemplo, de grupo de criança de 0 a 6 anos, dessas mães, dessas nutrízes, dessas pessoas que cuidam dessas crianças, e aí esse público também de 18 a 59 anos, e essas crianças mesmo dos 06 aos 17 anos, então são criados grupos de serviços chamados SCFV... [...] Outra são os grupos mesmo propriamente ditos, de reuniões do público que recebe benefício do programa bolsa família, grupos de pessoas que recebem benefícios vindos do CPA, que é a questão do kit alimentar, a gente tem uma reunião no mês com essas pessoas que são beneficiárias, e temos outros grupos como grupo de habilidades, que são realizados trabalhos manuais, grupos de cursos profissionalizantes, então o psicólogo ele termina se envolvendo nessas atividades grupais, grupos de pais, que são acompanhados pelos PAIF, que também são realizados.(JOÃO, 2016)

[...] no atendimento entra a escuta, que é o nosso instrumento de trabalho, junto com a concepção do vínculo, eu preciso que o usuário confie em mim para me contar o que está por traz de tudo isso que está acontecendo, para que no fim de um processo ele se empodere. [...] encaminhamento para a rede, essa questão da rede tem que estar bem clara para o acesso aos direitos... [...] Agora a gente está tentando começar a olhar para o grupal, para que o grupal interfira no individual, e não só o individual porque talvez não tenha interferência no social, acaba resolvendo o problema daquela família ou daquela pessoa só. (MARIA, 2016)

Entre as principais ferramentas utilizadas pelo psicólogo, as que mais emergiram na fala dos sujeitos foram: a escuta; o vínculo psicólogo/usuário; os encaminhamentos para a rede socioassistencial, assim como para os serviços ofertados no próprio CRAS ou através dele; orientações aos usuários; o acompanhamento familiar e o desenvolvimento de grupos com objetivos socioeducativos.

A escuta aparece como instrumento principal do psicólogo e é de fato o que caracteriza esse profissional, pois esta é diferenciada e carrega em si a especificidade da profissão. A capacidade de perceber além do explícito e imergir na subjetividade do sujeito, de penetrar no âmbito dos desejos e das emoções não expressas é o que a trona única. Sobre o olhar e a escuta clínica desenvolvida pelo psicólogo Martins (2003) Afirma:

Cabe salientar que a clínica se apóia fundamentalmente na observação - no olhar mais ou menos caracterizado por uma ambição de controle, como o que caracteriza a postura médica tradicional. No entanto, quanto à ela (à observação) aproximamos a importância da escuta, mais temporal, aquela do não-dito. “O ouvido aí se encontra assim conjugado com o visto.” (Ardoino, 1990, p. 39). Isto significa que as funções do “olhar” e da “escuta”, que se apoiam sobre visões de mundo diferentes – ou seja, implicam paradigmas diferentes (os primeiros mais voltados para dimensões espaciais enquanto que os relativos ao segundo mais voltados para as dimensões temporais) e conseqüentemente em metodologias específicas – devem ser articuladas

convenientemente a fim de estabelecer pontos de referência no tempo e no espaço, concomitantemente. (p. 44).

Destaca-se o fato da escuta, e esse olhar além, ser bastante desenvolvido nos profissionais de psicologia e ser de fato seu instrumento por excelência. E que tem sido amplamente aplicada ao contexto de atuação do CRAS de forma a produzir bons resultados.

Observa-se a contradição expressa pelos psicólogos, à medida que, relatam confusão em definir sua identidade no âmbito de atuação do CRAS, contudo tem conseguido de forma satisfatória adaptar os instrumentos da ciência psicológica a este contexto de trabalho. Acredita-se que a dificuldade dos profissionais, acostumados com a imagem do psicólogo enquanto clínico, tem sido na verdade em compreender essa diversificação de suas práticas como psicologia, quando só a clínica parecer fazer jus a esse título.

Destaca-se também, outra dificuldade, a mudança do foco curativo historicamente estabelecido na clínica tradicional para o foco preventivo da atuação do psicólogo no CRAS, como afirma Sawaia (2002), o psicólogo deve direcionar seu trabalho para a prevenção terapêutica das situações de sofrimento oriundas do processo socioeconômico, as quais as famílias atendidas estão expostas. Essa mudança de ênfase também favorece o estranhamento para identificação destas práticas como atribuições do psicólogo.

O psicólogo tem como objeto de trabalho a subjetividade, numa sociedade em que se valoriza o material e o quantitativo, desta forma há também uma dificuldade em compreender uma atuação tão subjetiva e imaterial. Como afirma Molon (2011):

A subjetividade manifesta-se, revela-se, converte-se, materializa-se e objetiva-se no sujeito, ela é processo que não se torna condição nem estado estático e nem existe como algo em si, abstrato e imutável. É permanentemente constituinte e construída. Está na interface do psicólogo e das relações sociais. (P. 119)

O sujeito social e historicamente situado, apresentado pela teoria de Vygotsky não cabe na “caixinha” da clínica tradicional, levando a necessidade da ampliação das possibilidades de atendimento para abarcar suas múltiplas determinações e compreendê-lo em sua integralidade. O psicólogo necessita adaptar os instrumentos fornecidos pela psicologia a outras realidades sociais.

Vygotsky ao falar de instrumento de trabalho dá uma definição análoga a de instrumento psicológico, como meio para se chegar a um fim, mas com a diferença de que os instrumentos psicológicos estão voltados para as funções internas do indivíduo, enquanto o instrumento de trabalho para o meio externo. Mas ambos medeiam à realização de uma ação

direcionada para a transformação de um objeto ou do meio. Vygotsky atribui a seguinte função ao instrumento:

A função do instrumento é servir como um condutor da influência humana sobre o objeto da atividade; ele é orientado externamente; deve necessariamente levar a mudanças nos objetos. Constitui um meio pelo qual a atividade humana externa é dirigida para o controle e domínio da natureza. (VYGOTSKY, 1991, P. 40).

Desta forma compreende-se o uso dos instrumentos da ciência psicológica para atingir os objetivos propostos pela política de assistência social, onde o psicólogo tendo o domínio da técnica deve adaptá-la ao contexto e público que deseja alcançar de forma a estimular no sujeito as mudanças desejadas.

4.4.6 Prática Socioeducativa

Quando questionados sobre se o trabalho que desempenham é socioeducativo, os entrevistados foram unânimes em responder que sim, tem essa característica educativa, e também descreveram como preventivo, socioassistencial. No entanto, destacaram que ele tem um caráter educativo, mas não é só isso, tem algo mais a oferecer, como se nessa fala quisessem diferenciar-se do pedagogo ou dos educadores sociais, afirmando o seu papel enquanto psicólogo, e justificando a sua especificidade. Sarah (2016) destaca, “É, ele é educativo, porque dentro de certa forma está educando né, o trabalho é de educador, então é prevenção, então ele é preventivo”.

Seguem-se outras opiniões:

Não acho que é só educativo, mas na verdade vai se empoderando da sua participação, eu acho que isso é um processo também, não é só educativo, mas eu acho que em algum momento sim ele pode ser educativo, mas também não acho que é só isso entendeu. Acho que a gente faz um atendimento psicológico, ainda falei para meninas hoje, vocês confundiram toda a minha cabeça, vocês desconstruíram o que eu já tinha construído, que bom né. (MARTA, 2016)

No CRAS o trabalho do psicólogo ele não é terapêutico no sentido clínico, no sentido que a gente acompanha e tenta sanar uma dificuldade ou uma patologia, o nosso trabalho é mais social ou socioassistencial mesmo, tal como os outros profissionais, assistente social, pedagogo, nós desenvolvemos a mesma função com algumas especificidades... [...] Então no acompanhamento familiar, na medida em que com a nossa observação à gente consegue pontuar elementos que favoreçam a superação de algumas vulnerabilidades na família, eu acho que de certa maneira é terapêutico, só que não é um terapêutico no sentido clínico, então nós temos papel muito mesmo de orientação socioassistencial, de acolhida, de contribuição de

transmissão de conhecimento nos grupos, então é bem isso mesmo, acho que é mais para o lado socioeducativo. (JOÃO, 2016)

Observa-se que ao destacar o caráter socioeducativo do trabalho o psicólogo se vê questionado em sua especificidade profissional, como se deixasse sua área de atuação para adentrar o espaço de outros profissionais, pois o que parece defini-lo como psicólogo é o caráter psicoterapêutico do seu trabalho.

O termo socioeducativo também parece não ser bem compreendido pelos profissionais, a educação na concepção dos sujeitos limita-se ao contexto escolar sendo vista com a única função de transmitir conhecimento, como podemos observar na fala de Mateus (2016), “Eu acho que antigamente tinha, esse papel, a educação acontecia, tanto que o CRAS era conhecido como um lugar onde tinha reforço escolar”.

Acredita-se que a dificuldade dos profissionais em compreender as práticas socioeducativas, também advém da falta de conceituação teórica de alguns termos utilizados para descrever as atividades dos profissionais, nas normas técnicas da política de assistência social, inclusive o próprio termo socioeducativo, que não recebe uma definição que explique em qual sentido é aplicado no âmbito desta política.

Destaca-se, portanto, que a educação vai além de transmitir conhecimento, tem papel fundamental para o desenvolvimento humano, como defende a teoria de Vygotsky:

[...] o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. (VYGOTSKY, 1991, P.61)

Com essa característica de produtora de desenvolvimento a educação torna-se importante ao possibilitar mudanças na subjetividade, que tem por consequência direta a transformação nas atitudes do sujeito e no seu modo de vida. Essas aquisições podem levar a superação de vulnerabilidades e permitir uma atuação mais crítica e autônoma, sendo desta forma ferramenta indispensável ao profissional de psicologia no âmbito do trabalho no CRAS, na tentativa de atingir os objetivos propostos pela política de assistência social.

Aita e Facci (2011, p. 37) também defendem essa posição ao destacar: “A formação do indivíduo se dá, sempre, dentro de um processo educativo. Ao se apropriar dos conhecimentos científicos, formando os conceitos, o indivíduo amplia o desenvolvimento das funções psicológicas superiores”.

Desta forma, o psicólogo ao desenvolver uma prática socioeducativa, consegue expandir suas possibilidades de intervenção, sem invadir o espaço de outros profissionais, desenvolvendo um trabalho embasado nos conhecimentos acumulados pela ciência psicológica e através dos instrumentos fornecidos por esta e por ciências afins, como a educação, a partir de uma abordagem crítica e socialmente comprometida.

4.4.6.2 Concepção Socioeducativa

Quando é solicitado aos sujeitos da pesquisa que descrevam entre as atividades que realizam, aquelas que possuem caráter socioeducativo, observa-se que são destacadas as atividades em grupo (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV e Proteção Integral a Família – PAIF) e as atividades de orientação aos indivíduos e famílias.

São as atividades desenvolvidas no SCFV, e também as atividades do PAIF, porque eu acredito que a partir do momento que a família tem a informação de onde procurar seus direitos, de onde procurar ajuda, porque às vezes a família vem aqui ela não sabe o que é o Conselho Tutelar o que é um CAPS, então ela não tem a orientação, então aqui a gente da essa orientação para ela, faz esse encaminhamento... [...] E dos SCFV... Aqui eles desenvolvem atividades socioeducativas. (RUTE, 2016)

São muitos os espaços educativos dentro do CRAS, todas as atividades desenvolvidas envolvem diálogo e reflexão, visando o reconhecimento das dificuldades e das potencialidades, que serão direcionadas de forma assertiva buscando a superação de vulnerabilidades e a promoção de autonomia. Os grupos têm caráter educativo, sua finalidade é criar espaços para aprendizagem, aproximação, fortalecer os vínculos familiares e comunitários numa perspectiva de colaboração. Como afirma Sousa e Ferreira (2014, p.150):

Se os projetos desenvolvidos no CRAS buscam o desenvolvimento das famílias referenciadas, sendo a educação responsável por incitar no homem a reflexão sobre o seu próprio desenvolvimento para, a partir daí efetuar ações sobre a realidade, podemos concluir que o CRAS desenvolve propostas educacionais que buscam a emancipação do sujeito, incitando com a reflexão acerca de sua realidade a necessidade de transformação, o que por sua vez impulsiona a ação.

Nos questionamentos sobre a atuação socioeducativa dois dos sujeitos tiveram dificuldades em responder, o que demonstra uma falta de compreensão do significado deste termo e sua aplicabilidade dentro do trabalho no CRAS. Quando é solicitada a descrever as

atividades de caráter socioeducativo que desenvolve em sua rotina de trabalho, Ester (2016) responde evasivamente em uma frase, “Na questão de orientação, porque o educar é orientar”.

Marta (2016), também evidencia dificuldade em descrever as práticas socioeducativas:

Falam de um trabalho socioeducativo né, muito... Risos. Eu acho que com as crianças, por exemplo, eu acho que tem hora que é um trabalho assim, entendo assim... A forma como trabalha com eles eu acho que acaba sendo educativa embora que não seja o objetivo, como eu falei para você no papel está bem bonito, a gente escreve é tudo bonito, a gente está olhando, a gente estuda, mas eu acho que o dia-a-dia é o desafio sabe, eu acho que aqui não é o papel, é assistência, mas acontece assim tem horas.

João (2016) quando perguntado sobre quais das atividades desenvolvidas no CRAS possui caráter socioeducativo responde:

Eu acho que todas elas, muito fortemente talvez a questão dos SCFV, ele não é educativo no sentido formal escolar e nem tampouco é no sentido terapêutico, ele é uma atividade que tramita aí nesse campo do socioeducativo mesmo, é um espaço no qual a gente através das atividades desenvolvidas na unidade se pretende que o público atendido vá obtendo algumas aquisições, que contribuem no acompanhamento familiar.

Observa-se que o sujeito reconhece as atividades como socioeducativas e não terapêuticas, contudo não consegue definir o que são de fato, ressaltando apenas a mediação que o psicólogo visa possibilitar neste campo, à medida que se coloca em posição de estimular no indivíduo novas aquisições.

Vygotsky afirma que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores se dá de forma mediada, vários são esses mediadores, como signos e instrumentos, a atividade e também as relações interpessoais. A mediação é, portanto, um processo fundamental para tornar as atividades psicológicas, voluntárias, intencionais, e controladas pelo próprio indivíduo.

O uso de meios artificiais - a transição para a atividade mediada - muda, fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar. Nesse contexto, podemos usar o termo função psicológica superior, ou comportamento superior com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica. (VYGOTSKY, 1991, P.40)

Neste processo, mediante as reflexões possibilitadas pelos espaços dialógicos que são estimulados, observa-se um caminhar rumo a uma existência mais crítica e consciente, em que

o indivíduo vê-se novamente capaz de assumir o controle de sua vida, através do fortalecimento de sua autoestima e autonomia.

Esse processo promove no sujeito uma tomada de consciência, que lhe possibilita conhecer melhor o mundo e a si mesmo, podendo desta forma agir de maneira mais assertiva sobre a realidade, e transformar suas condições objetivas de vida. Toassa (2006, p. 73) sobre o conceito de consciência para Vygotsky faz as seguintes afirmações.

Neste sentido, o termo utilizado costumeiramente pelo autor é o de tomada de consciência com respeito ao meio, ao próprio eu e às vivências subjetivas, realizada por um complexo mecanismo psicológico. [...] Trata-se de uma relação de compreensão ou conhecimento, ativa com respeito ao meio social e não de percepção, e tampouco de pensamento, como se costuma entender em outras psicologias. Demanda, contudo, uma consonância entre os fatos internos ou externos ao sujeito e sua representação, ainda que inconclusa ou imperfeita, na palavra – daí a ideia de compreensão. A percepção – mediada, e não imediata, como a animal – é apenas uma das funções psíquicas intermediárias deste processo de compreensão efetuado pelo sistema psicológico da consciência, que tem a palavra como sua célula (Vigotski, 1934/2001a); é, muitas vezes, o resultado de um longo processo de elaboração psicológica.

Nesta perspectiva, por meio da mediação, o ser humano pode tornar-se apto a realizar essa tomada de consciência que lhe permitirá uma melhor compreensão do mundo e de si, possibilitando condições de desenvolver habilidades e atuar de forma mais eficiente e autônoma.

4.5 Algumas Considerações

Com a análise dos dados da pesquisa, pôde-se perceber que os profissionais de Psicologia que atuam no CRAS ingressam nesta área por encontrar nela uma oportunidade de trabalho, e não por uma escolha pessoal, pois é uma área que está aberta e tem ofertado muitas vagas. Isso ocorre porque os profissionais não são formados para este tipo de atuação, os cursos de formação não privilegiam as abordagens de cunho social e suas grades curriculares, pois o foco do ensino ainda é a atuação clínica.

Desta forma, os profissionais relatam chegar ao CRAS, sem saber o que fazer e como atuar, apenas para se manterem empregados na ausência de outras oportunidades de trabalho. E dentro do serviço encontram dificuldades, havendo a necessidade de uma busca intensa por referenciais teóricos que subsidiem sua prática, ou ainda de amparo na experiência de outros profissionais para obterem um direcionamento na realização do trabalho.

A teoria histórico-cultural mostrou ter muito a colaborar com esta área de atuação, pois seus conceitos quando aplicados a prática do profissional de Psicologia mostraram-se capazes de orientar suas ações e oferecer diretrizes para a compreensão das demandas apresentadas neste contexto.

A compreensão do indivíduo a partir de uma perspectiva social permite considerar a influência das vulnerabilidades sociais presentes para a constituição da subjetividade dos indivíduos usuários dos serviços socioassistenciais. Assim como a forma que Vygotsky concebe a educação com potencial para transformar a subjetividade e consequentemente a realidade, faz desta importante instrumento de transformação social. As mediações que possibilitam o desenvolvimento e o ir além das condições objetivas de vida, e direcionam a utilização de instrumentos mediadores para se alcançar os objetivos da política. A questão da tomada de consciência que promove no indivíduo uma melhor compreensão do mundo e de si mesmo, subsidia atividades socioeducativas e a intervenção do profissional de psicologia no sentido de provocar o processo de tomada de consciência. São algumas contribuições da teoria Histórico-Cultural que oferecem suporte as ações da Psicologia no âmbito do CRAS.

Destacou-se neste estudo o índice de satisfação relatado pelos psicólogos que atuam no CRAS, apesar da precariedade na estruturação da política pública de assistência social. Os profissionais demonstraram motivação para o trabalho e uma atitude de superação das dificuldades, afirmando o potencial para crescimento e expansão desta modalidade de atuação, que possibilita a psicologia se estabelecer e fortalecer seu espaço no âmbito das políticas sociais.

Quanto á identidade do profissional de Psicologia observou-se que estes ainda têm dificuldades de se reconhecerem em outras práticas que não as da clínica, e principalmente de serem ali reconhecidos pelo outro. Isso é atribuído ao predomínio das teorias individualizantes, que por muito tempo foram privilegiadas pela ciência psicológica. Quando se fala em uma práxis de cunho social voltada para as classes subalternas, ainda não está consolidado o espaço da psicologia nestes setores, isto implica a desconstrução de uma imagem estabelecida do psicólogo enquanto clínico, que deve ser confrontada com o fortalecimento de um modelo socioeducativo de atuação e do compromisso social.

Analisando as atividades que o psicólogo desenvolve no âmbito do CRAS, percebe-se estas bastante alinhadas com a proposta da política públicas de assistência social, no entanto o profissional de psicologia tem dificuldades em estabelecer uma identidade neste âmbito de atuação. Aparentemente lhe falta compreender que o trabalho que desenvolve no CRAS, também é psicologia, embora não contemple as características da atuação clínica. A clínica

parece ser a única modalidade de intervenção psicológica a “merecer” o status de psicologia. Desta forma destaca-se a necessidade de consolidação destas novas práticas, das atividades de cunho socioeducativo que abre muitas outras possibilidades para a ciência psicológica.

Quanto aos instrumentos de que dispõe o psicólogo para alcançar seus objetivos no CRAS, verifica-se que a psicologia tem muitas possibilidades a oferecer, assim como as áreas afins, educação e ciências sociais, das quais podemos agregar conhecimentos para subsidiar a prática psicológica neste contexto. No entanto cabe ao profissional de psicologia aplicar esses instrumentos a realidade apresentada por esta área de atuação.

Os psicólogos entrevistados apesar de afirmarem que atuam numa perspectiva socioeducativa, apresentam uma confusão identitária ao assim se identificarem, como se ao expandir suas possibilidades de atuação, estivessem invadindo o espaço de outros profissionais e perdendo sua especificidade. Contudo a ciência psicológica oferece teorias, assim com técnicas que possibilitam essa atuação. Embora nem sempre estejam acessíveis nos cursos formação de psicólogo, e tenham que ser buscadas por meio de formação complementar.

Quando os sujeitos são convidados a descrever, entre suas atividades, aquelas que consideram socioeducativas, há dificuldades em fazê-lo. Primeiramente por não conhecerem de fato a significação deste termo, para a maior parte dos sujeitos entrevistados educação está associada unicamente a atividade desenvolvida no contexto escolar e com a única finalidade de transmitir o conhecimento.

Não está contemplada a ideia de educação enquanto promotora de desenvolvimento, e do papel fundamental que ela desempenha ao permitir aquisições que possibilitam ao indivíduo a tomada de consciência, mudanças na subjetividade e conseqüentemente às mudanças de atitude e a transformação social.

No entanto, surge na fala dos sujeitos à caracterização de uma prática que se define em promover espaços de diálogo e reflexão, possibilitando ao indivíduo um pensamento crítico, e aquisições que levem a transformação da subjetividade, visando uma melhoria na autoestima e uma existência autônoma e independente.

Estas aquisições são possibilitadas por espaços e atividades educativas, que adquirem diversos formatos no serviço e são destinados a todas as faixas etárias. São promovidos ainda espaços de informações sobre direitos e direcionamentos de como acessá-lo destacando aqui o que anteriormente definimos como socioeducativo, uma educação visando á participação social e fortemente voltada para afirmação de direitos. Ou seja, na prática a socioeducação é

realizada, no entanto, falta aos sujeitos subsídios teóricos para compreender e explicar suas ações, o que traz a confusão sobre a função do psicólogo no CRAS.



“O Grito” por Edvard Munch

Toda pesquisa é manifestação de inconformismo.

(René Lariche)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro “O Grito” de Edward Munch e a citação de Lariche, usados como epígrafe, foram escolhidos para ilustrar a parte final deste trabalho, por representarem a angústia existencial, o inconformismo, e desta forma descrevem o pesquisador, alguém que busca respostas, que não se conforma, que é afligido por seus questionamentos e por isso embarca numa jornada rumo ao conhecimento.

Este trabalho é resultado de algumas angústias e questionamentos que me afligiram ao longo de minha história com a psicologia. Sempre questioneei a formação, a atuação do psicólogo, assim como a resposta da psicologia às demandas que lhe são apresentadas, em minha opinião muito tímida, considerando o potencial desta ciência. Contudo a experiência da pesquisa não resultou na resolução dessas angústias, mas me possibilitou compartilhá-las.

Este estudo confirma o que outros trabalhos já vêm pontuando em relação a grande abertura de vagas de trabalho em Psicologia na área das políticas públicas, que levaram este profissional a vários questionamentos em relação a sua prática, seu compromisso com a sociedade e principalmente sobre a que ideologia vem servindo ao longo de sua história, seu objetivo tem sido amenizar o sofrimento humano, ou adaptar o indivíduo as exigências do modelo de economia capitalista.

Contudo, este momento de autocrítica que a profissão está vivenciando, abre muitas possibilidades. A Psicologia vê-se solicitada a apresentar um novo projeto profissional, e uma prática de cunho social que confronta e desconstrói um histórico de atuação voltado para as elites e para a defesa dos interesses das classes dominantes.

Espera-se da prática psicológica que apresente novas modalidades de intervenção, que alcance outros espaços além dos *settings* tradicionais, e dos profissionais de psicologia espera-se a flexibilidade para adaptar o conhecimento psicológico e seus instrumentos, a novas situações e demandas.

Surgem como empecilhos para essas mudanças a questão da formação do psicólogo, que como foi possível observar, vem sendo considerada insuficiente, com muitas limitações, principalmente no que se refere ao conhecimento necessário ao atendimento de demandas sociais.

Outra dificuldade é a confusão de identidade que pode ser percebida entre os profissionais de psicologia ao adentrar estes novos campos de atuação, à medida que as práticas tradicionais se mostraram inaptas a atender as demandas ali apresentadas, e que

houve a necessidade de reivindicar conhecimentos advindos de outras áreas como as ciências sociais e a educação.

As práticas socioeducativas parecem suscitar ainda muitas dúvidas ao psicólogo, por falta de compreensão de como desenvolver as atividades nesta área. Observa-se que há também uma resistência do profissional de psicologia em expandir os limites de seu fazer, pela confusão de identidade que se estabelece ao agregar conhecimentos e instrumentos de outras ciências.

Contudo os profissionais relatam satisfação em trabalhar neste campo, que como se verificou apresenta muitos problemas devido à precariedade da estruturação das políticas sociais no Brasil. No entanto a satisfação é atribuída principalmente aos bons resultados alcançados pela superação das vulnerabilidades e a transformação percebida entre os usuários dos serviços.

Apesar das dificuldades elencadas a Psicologia tem conseguido desenvolver um trabalho satisfatório, que tem sido positivamente reconhecido pelo público a que se destina e o profissional tem se sentido realizado, o que denota uma perspectiva de continuidade, afirmando o potencial da Psicologia para se expandir e se estabelecer neste âmbito de atuação.

REFERÊNCIAS

AITA, Elis Bertozi; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Subjetividade: uma análise pautada na psicologia Histórico-cultural**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, abr. 2011.

ANDRADE, L.; ROMAGNOLIS, R. **O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos**. Psicologia: Ciência e Profissão, 2010, Vol.3, p.604-620. Minas Gerais, 2010.

ARAÚJO, M. **A atuação do psicólogo no CRAS e o Enfrentamento da Situação de Vulnerabilidade Social**. 2014. 285f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social - Instituto de Psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto pinheiro. Edições 70, LDA: Lisboa, Portugal, 1977.

BIASUS, Felipe. FRANCESCHI, Maiara. **O psicólogo no CRAS: características e desafios da atuação profissional**. Revista de Psicologia da IMED, 7(1): 23-34, 2015.

BISINOTO et. al. **Socioeducação: Origem, Significado e Implicações para o Atendimento Socioeducativo**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Psicologia a Caminho do Novo Século: Identidade Profissional e Compromisso Social**. Estudos de psicologia, Natal, v.4, n.2, dez. 1999.

_____. **Psicologia e Políticas Públicas**. CRP 04: Belo Horizonte, 2011. Disponível em:<<http://www.crpmg.org.br>> Acesso em: 13. 11. 2015.

BOTARELLI, A. **O psicólogo na Política de Proteção Social: uma análise do sentido e da práxis**. 2008. 133f. Tese (Doutorado – Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: 2015**.Disponível em <http://mds.gov.br/suas/guia_protecao>. Acesso em 25. 02. 2015.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. 1º ed.Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009.

CAMOLESI, Ada Bragion. **Financiamento e Gestão da Política de Assistência Social no Contexto do SUAS**. Caderno Profissional de administração. UNIMEP, v. 3, n.2, 2013.

CANCIAN, Renato. **Estado do bem-estar social: História e crise do welfare state**. 2007. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>. Acesso em: 17.01.2017.

CARVALHO, J. **Psicologia Social e Educomunicação: questões sobre o processo grupal**. 2009. 393f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social - Instituto de Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARVALHO, Maria Aparecida Alves Sobreira et. al. **A formação do conceito de consciência em Vygotsky e suas Contribuições à Psicologia**. Arquivos brasileiros de psicologia, v. 62, n. 3, p. 13-22, 2010.

CENTRO DE REFERENCIA EM POLITICAS PUBLICAS E PSICOLOGIA. **Referência técnica para atuação do (a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. -- Brasília, CFP, 2007.

CIAMPA, Antônio da Costa. **Identidade**. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderlei (Orgs.). *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

COELHO L.; PISONE, S. **Vygotsky: Sua Teoria e a Influencia na Educação**. Revista e-Ped – FACOS/ CNEC/ Osório Vol. 2 – N° 1- Ago/2012.

COLÓSI, Roberto. **A Formação e o Trabalho do Psicólogo em Instituições Públicas: Uma proposta de análise institucional do vínculo**. 2012. 158 f. Tese (Doutorado - Instituto de Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (org.). **Exposição 50 anos da psicologia no Brasil: A História da psicologia no Brasil**. São Paulo: CRP/SP, 2011.

COSTA, A.; CARDOSO, C. **Inserção do Psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 3, 2010, p. 223-229. Juiz de Fora, 2010.

COSTA, Q. **As Representações Sociais das Famílias de Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual: um estudo sobre os processos educativos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Teixeira de Freitas – BA**. 2014. 143f. Dissertação - (Mestrado – Faculdade de Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CRUZ, L. R.; HILLESHEIM, B. **Por uma Crítica das Práticas Psicológicas na Assistência**

Social: tantas coisas podem ser mudadas. In: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GESSER, M. *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos*. 1º ed. Florianópolis: ABRAPSO-NUPPE/CFH/UFSC, 2013.

DE CASTRO, Jorge Abrahão. **Política social e desenvolvimento no Brasil. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

DENTZ, K.; OLIVEIRA, E. **O Psicólogo no CRAS: uma nova experiência.** Rev. Psicologia em Foco Frederico Westphalen v. 5 n. 5 p. 82-100 Jul. 2013. Frederico Westphalen, 2013.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”:** crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. — Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada.** Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FREITAS, M. O. **Políticas Públicas: experiências em educação, cultura, comunicação e cidadania.** In: III Encontro de Pesquisa em Educação e Cidadania. Goiânia, 2009.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A abordagem Sócio-histórica como Orientadora da Pesquisa Qualitativa.** Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 2010.

GUZZO, R.; LACERDA, F. **Fortalecimento em Tempo de Sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade Brasileira.** Revista Interamericana de Psicologia, July, 2007, Vol.41, p.231. Campinas, 2007.

HOFLING, Eloisa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500270>. Acesso em: 13.04.2016.

IVIC, Ivan; COELHO, Edgar Pereira(org.). **Lev Semionovich Vygotsky.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

JUNIOR, Achilles Delari. **Princípios Éticos em Vygotsky: Perspectivas para a Psicologia e a Educação.** Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 1, p. 45-63, jan./abr. 2013.

LACERDA Jr, Fernando. **Capitalismo Dependente e a Psicologia no Brasil: das alternativas a psicologia crítica.** Teoría Y Crítica de la Psicología 3, 216-263, 2013.

LAHM, Camila Roberta; BOEKEL, Mariana Gonçalves. **Representação social do psicólogo em uma clínica-escola do município de Taquara/RS**. Contextos Clínicos, vol. 1, n. 2, julho-dezembro 2008.

LEONTIEV, A. **Actividade, Consciência e Personalidade**. 1978, Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/leontiev/1978/activ_person/index.htm>. Acesso em: 21/10/2016.

_____. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIRA, M. **A Importância do Psicólogo no CRAS: possibilidades e desafios**. 2010. 41f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso - Psicologia). Faculdade do Vale do Ipojuca, Caruaru, 2010.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. **Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação**. Psicologia Ciência e Profissão, 2009, 29 (4), 718-737.

LUCCI, Marcos Antônio. **A Proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica**. Revista de currículum y formación del profesorado, 10, 2 (2006).

LURIA, A. R. Vigotskii. In: VIGOTSKII, L. S. et. al. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 2ª Ed. São Paulo: ícone, 1988.

MACEDO, J.; DIMENSTEIN, M. **Psicologia e a Produção do cuidado no Campo do Bem-Estar Social**. Psicologia & Sociedade; 21 (3): 293-300. Florianópolis, 2009.

_____. **Expansão e Interiorização da Psicologia: Reorganização dos Saberes e Poderes na Atualidade**. Psicologia Ciência e Profissão 31(2), 296-313, 2011.

_____. **O Trabalho dos Psicólogos nas Políticas Sociais no Brasil**. Avances en Psicología Latinoamericana, June, 2012, Vol.30, p.182-192. Bogotá – Colômbia, 2012.

MACEDO, João Paulo et. al. **O Psicólogo Brasileiro no SUAS: Quantos Somos e Onde Estamos?** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul./set. 2011. Maringá, 2011.

MACEDO, João Paulo. **O Psicólogo no Campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na saúde e assistência social**. 2007. 245f. Tese (Doutorado – Pós Graduação em Psicologia). Universidade Federal do rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MATIN-BARÓ, Ignácio. **O Papel do Psicólogo**. Estudos de Psicologia 1996, 2(1), 7-27.

MARTINS, João Batista. **A Atuação do Psicólogo Escolar: Multireferencialidade, Implicação e Escuta Clínica**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, n. 2, p. 39-45, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Conceição Jardim et. al. Lisboa: Editorial Presença, 1980. P. 11-102. v. 1.

MIRANDA, J. B; SENRA, L. X. **Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem**. Contribuições de Piaget, Vygotsky e Maturana. 2012. Disponível em: www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0306.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2012.

MOLON, Susana Inês. **Questões Metodológicas de Pesquisa na Abordagem Sócio-histórica**. Revista Informática na Educação: Teoria & Prática. Porto Alegre, v.11, n.1, jan./jun. 2008.

_____. **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**.4. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

NARDI, Henrique C. **A Propriedade Social como Suporte da Existência: a crise do individualismo moderno e os modelos de subjetivação contemporâneos**. Psicologia e Sociedade, v. 15, n.1, p. 37-56, jan./jun. 2003.

NETO, João Leite Ferreira. **A Atuação do Psicólogo no SUS: análises de alguns impasses**. Psicologia Ciência e Profissão, Vol. 30, n° 2. Brasília, 2010.

NETTO, José Paulo. **O que é Marxismo**. São Paulo; Brasiliense, 2006.

OLIVEIRA, I. et al. **Atuação dos Psicólogos nos CRAS do Interior do RN**. Psicologia & Sociedade, 26 (n. spe. 2), p. 103-112. Natal, 2014.

_____. **A prática psicológica na proteção social básica do SUAS**. Psicologia & Sociedade, 2011, Vol.23, p.140. Minas Gerais, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: História de Submissão e Rebeldia**. 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PATTO, M. H. S. et al. **O Estado da Arte da Pesquisa sobre o Fracasso Escolar (1991-2002): um estudo introdutório**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 51-72, jan/abr.2004.

PEREIRA, Lucilene Damacena. **O profissional de Psicologia no CRAS: Análise da Atuação Socioeducativa**.Dissertação de Mestrado. UFMS: 2016.

PRESTES, Zoia. **Quando não é Quase a Mesma Coisa: Análise de Traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil, Repercussões no Campo Educacional**. Tese de Doutorado. Brasília, 2010.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. (2010) Disponível em <<http://www.josesilveira.com>> Acesso em: 16.08.2016.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REIS, Carolina; GIUGLIANI, Silvia & PASINI, Vera Lucia. **Conversando sobre a Psicologia e o SUAS: Potencialidades e Desafios para Atuação do Psicólogo na Política de Assistência Social**. In CRUZ, L. R. & GUARESCHI, N. (Orgs.). 2º edição. O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social. (p. 149-166). Petrópolis: Vozes, 2014.

RODRIGUEZ, M. V. **Políticas Públicas**. Campo Grande/MS: UFMS, 2010.

ROMANOWSKI, J.; ENS, R. **As Pesquisas Denominadas do Tipo Estado da Arte em Educação**. Diálogo Educacional. Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. Curitiba, 2006.

RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria Maxista do Valor**. Tradução José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SANTA, Fernando Dala; BARONI, Vívian. **As Raízes Marxistas do Pensamento de Vygotsky: Contribuições Teóricas para a Psicologia Histórico-cultural**. Kínesis, Vol. VI, nº 12, Dezembro 2014, p. 1-16.

SAWAIA, Bader. (Org.) **As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SENRA, C.; GUZZO, R. **Assistência Social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público**. Psicologia & Sociedade, 2012, Vol.24, pp.293-299. Campinas, 2012.

SILVA, J. V.; CORGOZINHO, J. P. **Atuação do Psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações**. Psicologia & Sociedade, 2011, Vol.23, p.12. Palmas, 2011.

SOBRAL, M. **Representações das Práticas e Práticas das Representações: um estudo com psicólogos e usuários dos CRAS de Sergipe**. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências em Educação e Ciências Humanas). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SOUSA, Jaqueline Almeida; FERREIRA, Lúcia Garcia. **Educação em Espaços não Escolares: o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) como Campo de Desenvolvimento Educacional e Pedagógico**. Revista Faculdade de Educação (Universidade do Estado de Mato Grosso), vol. 21, ano 12, nº1, P. 137-153, jan./jun. 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TOASSA, Gisele. **Conceito de Consciência em Vigotski**. Psicologia USP, v. 17, n. 2, p. 59-83, 2006.

_____. **Conceito de Liberdade em Vigotski**. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2004, 24 (3), 2-11.

URNAU, L. **Psicologia e Proteção Social na Amazônia: diálogos com famílias de um garimpo**. 2013. 281f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

URT, Sônia da Cunha. **A Constituição do Sujeito por Meio da Apropriação da Cultura e da Educação: o foco na atividade docente**. In: URT, Sonia da Cunha; GOMES, Rosana Carla Gonçalves (orgs.). *Identidade Formação e Processos Educativos*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2012.

VIANA, Nildo. **Constituição das políticas públicas**. *Rev. Plurais*, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2006.

_____. **O que é Alienação**. 2011. Disponível em <<http://informecritica.blogspot.com.br/2011/01/o-que-e-alienacao.html>>. Acesso em 24.10.2016.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **História do Desenvolvimento das Funções Psíquicas Superiores**. In *Obras Escogidas III*. Madrid: Visor Distribuciones, 1995.

_____. **Manuscrito de 1929**. *Educação e Sociedade*, ano XXI, n° 71, Julho, 2000.

_____. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Teoria e Método em Psicologia**. Tradução Claudia Berliner. 3ª ed. São Paulo; Martins Fontes, 2004.

YAMAMOTO, O. **A Crise e as Alternativas da Psicologia**. São Paulo, Edicon, 1987.

_____. **Políticas Sociais, “Terceiro Setor” e “Compromisso Social”: Perspectivas e Limites do Trabalho do Psicólogo**. *Psicologia e Sociedade*; 19 (1): 30-37; Jan/abr. 2007.

YAMAMOTO, O.; OLIVEIRA, I. **Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 2010, Vol. 26 n. especial, pp. 9-24. Brasília, 2010.

ZAITH, M. C. **Os Principais Desafios Enfrentados pelo Psicólogo no CRAS**. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-comunitaria/os-principais-desafios-enfrentados-pelos-psicologos-no-cras>> acesso em: 27.07.2016.

ZANELLA A. V. et. al. **Questões de Método em Textos de Vygotsky: Contribuições a Pesquisa em Psicologia**. *Florianópolis – SC, Psicologia & Sociedade*; 19 (2): 25-33, 2007.

ZICAN, Maria Cecília et. al. **Assistência Social e Financiamento: limites e possibilidades na gestão do SUAS**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz-MA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/>>. Acesso em: 20.10.2016

ENTREVISTAS

ESTER. Entrevista realizada com psicólogos do CRAS. Campo Grande, 2016. Entrevista a LUCILENE DAMACENA PEREIRA

JOÃO. Entrevista realizada com psicólogos do CRAS. Campo Grande, 2016. Entrevista a LUCILENE DAMACENA PEREIRA

MARIA. Entrevista realizada com psicólogos do CRAS. Campo Grande, 2016. Entrevista a LUCILENE DAMACENA PEREIRA

MARTA. Entrevista realizada com psicólogos do CRAS. Campo Grande, 2016. Entrevista a LUCILENE DAMACENA PEREIRA

MATEUS. Entrevista realizada com psicólogos do CRAS. Campo Grande, 2016. Entrevista a LUCILENE DAMACENA PEREIRA

RUTE. Entrevista realizada com psicólogos do CRAS. Campo Grande, 2016. Entrevista a LUCILENE DAMACENA PEREIRA

SARAH. Entrevista realizada com psicólogos do CRAS. Campo Grande, 2016. Entrevista a LUCILENE DAMACENA PEREIRA